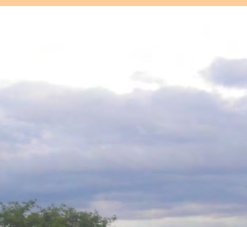




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SILVANA CRISTINA COSTA CORREIA



RESISTÊNCIA E FORMAS DE (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA
NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

João Pessoa-PB, Agosto de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SILVANA CRISTINA COSTA CORREIA

**RESISTÊNCIA E FORMAS DE (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA
NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira.

João Pessoa-PB, Agosto de 2011

C824r Correia, Silvana Cristina Costa.
 Resistência e formas de (re)criação camponesa no
 semiárido paraibano / Silvana Cristina Costa Correia.-
 João Pessoa, 2011.
 281f.
 Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
 1. Campesinato. 2. Recriação camponesa – Nova
 Floresta - Teixeira. 3. Resistência camponesa – Nova
 Floresta – Teixeira.

UFPB/BC

CDU: 323.32(043)

**“Resistência e Formas de (RE)Criação Camponesa no
Semiárido Paraibano”**

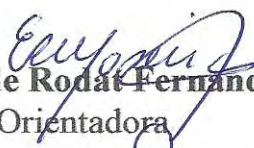
por

Silvana Cristina Costa Correia

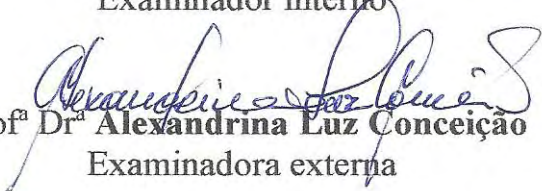
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Profª Drª **Emília de Rodas Fernandes Moreira**
Orientadora


Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**
Examinador interno


Profª Drª **Alexandrina Luz Conceição**
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto 2011

Às famílias camponesas do município de Nova Floresta residentes nas comunidades rurais de:
Canoa do Costa, Morada Nova, Boi Morto, Saco de Milho, Montevideu, Gamelas, Sítio
Novo, Salamantra, Flores de Cima, Estrondo, Flores de Baixo e no Assentamento APROUNI,
conhecido como Pororoca.

Às famílias camponesas do município de Teixeira residentes nas comunidades rurais de:
Santo Agostinho, Fava de Cheiro, Riacho Verde, São Francisco, Serra Verde, Livramento,
Sabonete, São José de Belém, Flores, Rio de Janeiro, Saco de Serra, Sítio Onça, Rosário;
Poços de Cima, Poços de Baixo, e no Assentamento Poços de Baixo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Ana Maria Costa Melquíades (*in memorian*), exemplo de dedicação e amor aos filhos e netos. Obrigada pela minha formação social e pelos incentivos aos estudos. Amarei-te sempre!

Ao meu marido Ricardo Correia, pelo grande suporte durante toda a minha formação acadêmica. Obrigada pela imensa paciência mesmo quando não era para tê-la. Te amo!

A minha filha Yasmin Correia, pela paciência durante a elaboração desta dissertação e pelo tempo não compartilhado. Mas, fique sabendo que mesmo se eu tivesse em minhas mãos todas as coisas belas da vida e todo o perfume das rosas, nada teria sentido se eu não tivesse o presente mais valioso que a vida me deu: você, a flor que embeleza o meu jardim. Eu só tenho a agradecer por você existir em minha vida. Te amo muito!

À minha orientadora Emília Moreira, por quem nutro o mais profundo respeito e admiração, principalmente, por ter realizado meu grande sonho de trabalhar com pesquisas sob sua coordenação. Acima de tudo, ela foi amiga e companheira sempre me orientando para os caminhos certos a serem seguidos e ainda se fez mais do que presente em todos os momentos desta dissertação de mestrado, me dando apoio incondicional que fez dela meu porto seguro nos momentos mais difíceis da minha vida. Sem dúvida alguma, a realização deste trabalho só foi possível graças à sua colaboração direta, até mesmo financeiramente, já que o valor da Bolsa Capes de mestrado algumas vezes foi insuficiente para atender às necessidades desta pesquisa. Por isso, manifesto a minha imensa gratidão na conclusão desta dissertação.

À Capes pela bolsa de estudos no período de março de 2009 a março de 2011.

À minha amiga Ana Maria Gomes Santos, pela constante presença e ajuda imprescindível nos trabalhos de campo, bem como à sua família que acolheu a mim, a minha orientadora e aos membros da pesquisa em sua residência nos possibilitando uma condição de alojamento privilegiada e fundamental para a nossa pesquisa de campo.

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município de Nova Floresta, que através de seus engenheiros agrônomos, facilitou o nosso trabalho de campo nos acompanhando até às unidades de produção camponesas situadas nas comunidades rurais e no assentamento APROUNI, além de nos ceder alguns documentos que foram necessários para a elaboração desta pesquisa. Destaco a ajuda imprescindível de Audivam Azevedo da Silva, que esteve presente sempre que nós solicitávamos. Sou muito grata.

Aos colegas do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS) do município de Teixeira: José Dias Campos; José Rêgo Neto, Aurilene Venâncio de Holanda, Kelly Betânia Monteiro Batista e Edmilson Alves, que apoiaram esta pesquisa nos concedendo alojamento e transporte na realização da pesquisa de campo. Destaco a importância de José Rêgo Neto, que acompanhou e facilitou o nosso acesso às famílias camponesas deste município. Sou muito grata.

Ao Prefeito de Nova Floresta, João Elias da Silveira Azevedo (popularmente conhecido como “Meu Louro”), pela disponibilidade de transporte para a realização do trabalho de campo. Obrigada!

À professora Ana Madruga, pela paciência em passar seus conhecimentos sem restrições e, sobretudo, pela confiança no empréstimo de seus livros sempre que foi preciso.

À professora Maria Franco pela amizade e pelo exemplo de perseverança.

À Professora Alexandrina Luz Conceição por ter aceitado o convite na participação da banca examinadora e pelas contribuições valiosas na qualificação desta pesquisa. Obrigada!

Ao Professor Anieres Barbosa da Silva por ter concordado em ser membro da banca examinadora e, principalmente, pela disponibilidade de suas orientações quando eu o procurei. Obrigada também pelo crédito e confiança no empréstimo de livros da sua sala. Obrigada!

Aos amigos queridos do Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Camponato (GETEC): Noemi, Elton, Lidiane, Michel, Jossandra, Áurea, Luana, Pablo, Nielson, Caio, Gustavo, Leandro, Juliano e Éricson. Obrigada pela convivência harmoniosa e de incentivos recíprocos.

À Elton e Pablo pela ajuda na sistematização dos dados do IBGE e na confecção de tabelas e gráficos. Obrigada pela força!

À Lidiane, Michel e Elton pela disponibilidade no trabalho de campo de Teixeira. Obrigada, vocês nunca faltaram com palavras e apoio moral.

À Noemi Paes Freire pela amizade, alegria, sabedoria e por ter me recebido com muita alegria nas vezes que fui à sua casa. Obrigada pelo bem estar que me proporcionou durante toda a nossa trajetória acadêmica. Sou sua fã.

Ao meu amigo de todas as horas, Éricson da Nóbrega Torres, pela confiança e perseverança.

À Sônia pela constante ajuda nas horas necessárias.

Aos meus amigos da turma 2009 do mestrado que trilharam comigo os mesmos caminhos e objetivos: Elianete, Shauane, Nicole, Henrique, Ilana, Péricles, Jussara, Rafaela,

Dilson, Jean, Marquiline, Welington, Joseilton, Leandro, Altemar, David. Obrigada pela convivência harmoniosa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, pelas disciplinas oferecidas que foram importantes para a minha formação.

Aos amigos da AGB (João Pessoa) que conquistei durante a trajetória do mestrado, se aqui fossem citados, escreveria diversas linhas. Obrigada pelas mudanças e pelos resultados alcançados em tão pouco tempo.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação neste mestrado.

Um pedaço de terra
Uma casinha de taipa
É o bastante
Com a enxada na mão
A gente ganha o pão
E vai avante
Essa mão calejada, danada
Que ainda não cansou
Essa pele morena
Que o sol queimou
É a identidade
De um bom cidadão
Que está querendo
Um pedaço de terra
Pra ganhar o pão
Se isso acontecer
Maria vai gostar
A meninada enche o bucho
Pára de chorar
Toda semana lá em casa
Vai ter um forró
Quero ver rapaziada
Levantando o pó
A galinha corcoreja
Meu cabrito berra
Meu pedacinho de terra
Vai ser meu xodó

Baião agrário de Luiz Gonzaga

RESUMO

Praticamente quatro autores clássicos são responsáveis pela construção do arcabouço teórico que norteia as discussões sobre o desenvolvimento agrário: Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov. Marx defende a tese de que a agricultura, como os demais setores da economia, seguiria as leis gerais do desenvolvimento capitalista; Lênin enfatiza o processo de diferenciação social ao qual estariam fatalmente submetidos os camponeses; Kautsky destaca a especificidade da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista ressaltando a superioridade técnica da grande produção sobre a produção familiar e; Chayanov defende a tese de que a produção camponesa é ao mesmo tempo uma unidade de consumo e de produção cuja organização está pautada no balanço entre estes dois elementos. Essas diferentes teses podem ser integradas em duas correntes teóricas que se contrapõem: a que preconiza o fim do campesinato com a expansão do capitalismo no campo e a que pressupõe que o desenvolvimento do capitalismo no campo é responsável tanto pela criação de relações capitalistas de produção como pela criação de relações não capitalistas, ou seja, que a resistência e a recriação camponesa decorrem do próprio movimento contraditório e desigual do capitalismo. No Brasil essa discussão permanece atual e tem sido abordada tanto por autores agraristas como por geógrafos agrários. Este trabalho recupera a discussão clássica sobre o papel do campesinato no desenvolvimento do capitalismo agrário e o debate levado a efeito sobre a mesma por alguns autores agraristas e geógrafos agrários brasileiros. Defendendo, no caso do Brasil, que a expansão do capital no campo não promoveu o fim do campesinato, mas que este resiste e se recria sob o capitalismo. Este trabalho estuda as formas assumidas por estes processos em dois municípios do semi-árido paraibano: Nova Floresta e Teixeira. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica e documental e da análise de dados secundários, o estudo pautou-se em ampla pesquisa empírica. Do ponto de vista conceitual ele privilegia os conceitos de campesinato, espaço, território, resistência e recriação camponesa. Constata-se, nos municípios estudados, que o campesinato resiste e se recria de diversas formas, subordinado à lógica do desenvolvimento capitalista o qual, ao mesmo tempo em que monopoliza a produção camponesa, permite a sua reprodução. Por sua vez, esses processos se reproduzem e se expressam na forma como se organiza e se estrutura o espaço agrário municipal.

Palavras-chave: Campesinato; Recriação camponesa; Resistência Camponesa; Nova Floresta; Teixeira.

RESUMEN

Prácticamente son cuatro autores clásicos los responsables por la construcción de un marco teórico que guía a los debates sobre el desarrollo agrario: Marx, Lenin, Kautsky y Chayanov. Marx defiende la tesis de que la agricultura, como los otros sectores de la economía, va a seguir las leyes generales del desarrollo capitalista; Lenin hace énfasis en el proceso de diferenciación social por lo cual fatalmente estarían sometidos los campesinos; Kautsky destaca la naturaleza especial de la agricultura en el proceso de desarrollo capitalista destacando la superioridad técnica de la gran producción en la producción familiar y Chayanov defiende la tesis de que la producción campesina, es al mismo tiempo una unidad de consumo y producción cuya organización se basa en el equilibrio entre estos dos elementos. Estas diversas tesis pueden ser integrados en dos corrientes teóricas que se oponen: la que defiende la extinción de los campesinos con la expansión del capitalismo en el campo y a la cual presupone que el desarrollo del capitalismo en el campo es responsable tanto por la creación de relaciones capitalistas de producción cuanto por la creación de relaciones no capitalistas, es decir, que la resistencia y la recreación de los campesinos proceden de lo propio movimiento contradictorio y desigual del capitalismo. En Brasil, este debate sigue siendo actual y ha sido dirigido tanto por los autores agraristas como por los geógrafos de la Geografía Agraria. Este trabajo recupera el debate clásico sobre el papel del campesinado en el desarrollo del capitalismo agrario y los debates sobre el mismo por algunos autores agraristas y geógrafos agrarios brasileños. Creemos en el caso de Brasil, que la expansión del capital en el campo no promovió la extinción de los campesinos, todavía ellos resisten y se recrean en el capitalismo. Este trabajo estudia las formas asumidas por estos procesos en dos municipios de la región semiárida de la Paraíba: Nova Floresta y Teixeira. Para eso, además de la investigación bibliográfica y documental y el análisis de datos secundarios, el estudio se basa en una extensa investigación empírica. Desde el punto de vista conceptual se centra en los conceptos del campesinado, espacio, territorio, resistencia campesina y su recreación. Está claro, en las ciudades estudiadas, que el campesinado resiste y se recrea en sus diversas formas, sujeto a la lógica del desarrollo capitalista que, al mismo tiempo que monopoliza la producción campesina, permite su reproducción. A su vez, estos procesos se reproducen y se expresan en la manera que se organiza y se estructura el espacio agrario municipal.

Palabras clave: campesinado; recreación campesina; resistencia campesina; Nova Floresta; Teixeira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOTUN	Associação dos Trabalhadores Unidos da Comunidade Boi Morto
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
APROUNI	Associação Comunitária dos Produtores da União
ASA	Articulação do Semiárido
BSCs	Banco de Sementes Comunitário
CFCPR	Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural
CEPFS	Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GETEC	Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MIR	Comuna Agrária Russa
PAM	Produção Agrícola Municipal
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONART	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PCPR	Programa de Combate a Pobreza Rural
PQA	Paradigma da Questão Agrária
SEMILUSO	Seminário Luso-Brasileiro Caboverdiano

SIBRAER	Sistema brasileiro de Extensão Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNACT	Associação Comunitária do Município de Teixeira

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa de localização das comunidades rurais e do assentamento de Poços de Baixo em Teixeira.....	32
Mapa 2	Mapa de localização das comunidades rurais e do Assentamento APROUNI em Nova Floresta.....	33
Mapa 3	Mapa de localização dos municípios de Nova Floresta e Teixeira.....	114
Mapa 4	Mapa pedológico de Nova Floresta.....	151
Mapa 5	Mapa pedológico de Teixeira.....	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Paisagem da área de caatinga em Nova Floresta.....	115
Figura 2	Paisagem da área subúmida de serra de Nova Floresta.....	115
Figura 3	Alinhamento da serra de Teixeira.....	117
Figura 4	Assentamento Poços de Baixo no município de Teixeira.....	145
Figura 5	Assentamento APROUNI em Nova Floresta.....	146
Figura 6	Unidade de produção camponesa abandonada em Nova Floresta.....	147
Figura 7	Feijão macacar produzido pelos camponeses da região semiárida de Nova Floresta.....	152
Figura 8	Maracujá cultivado na região serrana de Nova Floresta.....	153
Figura 9	Tipo de poço tubular de uma unidade camponesa da região semiárida de Nova Floresta.....	154
Figura 10	Tanque natural em fenda de rocha na ACOTUN em Nova Floresta.....	154
Figura 11	Pinha colhida na região semiárida de Nova Floresta.....	155
Figura 12	Horta organizada em canteiros no município de Teixeira.....	156
Figura 13	Camponês que cultiva cenoura irrigada na comunidade São Francisco em Teixeira.....	159
Figura 14	Camponês em seu roçado de milho na Comunidade Riacho Verde	

	em Teixeira.....	159
Figura 15	A criação de gado numa unidade de produção camponesa em Nova Floresta.....	161
Figura 16	Camponês após o corte do miolo do sisal em Nova Floresta.....	161
Figura 17	Miolo do sisal pronto para a alimentação do gado em nova Floresta.....	161
Figura 18	Camponês alimentando o gado com o miolo do sisal em Nova Floresta.....	162
Figura 19	Coelhos e preás se alimentando do capim e de restos de frutas em Teixeira.....	163
Figura 20	Galinhas se alimentando do milho em Teixeira.....	163
Figura 21	Porcos se alimentando de restos de culturas agrícolas em Teixeira.....	164
Figura 22	Patos procurando frutas caídas no chão em Nova Floresta.....	164
Figura 23	Preparo do solo feito a tração animal em Teixeira.....	171
Figura 24	Camponesa com as sementes selecionadas por ela em sua propriedade em Teixeira.....	173
Figura 25	Processo de beneficiamento do feijão com uso da debulhadeira.....	179
Figura 26	Escoamento do feijão macaçar pelos atravessadores.....	180
Figura 27	Atravessador negociando à produção do feijão macacar em Nova Floresta.....	181
Figura 28	Produção consorciada de milho e feijão em Nova Floresta.....	185
Figura 29	Macaxeira após ser colhida manualmente pelo camponês em Nova Floresta.....	188
Figura 30	Cultiva de macaxeira numa unidade de produção camponesa em Nova Floresta.....	188
Figura 31	Plantio da batata-doce no Assentamento Poços de Baixo em Teixeira.....	189
Figura 32	Colheita do caju numa unidade de produção camponesa em Teixeira.....	194
Figura 33	Ordenamento territorial de uma unidade de produção camponesa na região serrana de Nova Floresta.....	198

Figura 34	Pai e filho trabalhando no plantio da batata-doce em Teixeira.....	212
Figura 35	Jovem trabalhando no beneficiamento do feijão macacar nova Floresta.....	212
Figura 36	Idoso trabalhando no beneficiamento do feijão macacar em Nova Floresta.....	212
Figura 37	Mulheres camponesas trabalhando no beneficiamento do feijão macacar.....	214
Figura 38	Camponês produtor agrícola e atravessador negociando a produção de cenoura em Teixeira.....	221
Figura 39	Prédio do STR.....	229
Figura 40	Presidente do STR de Teixeira.....	229
Figura 41	Camponeses esperando atendimento no STR de Teixeira.....	229
Figuras 42 e 43	Unidade camponesa Canteiro Cheiro Verde comercializando na feira livre de Nova Floresta.....	233
Figura 44	Camponeses do Canteiro Cheiro Verde comercializando na feira livre de Nova Floresta.....	234
Figuras 45 e 46	Cultivo de maracujá e goiaba em Nova Floresta.....	235
Figura 47	Goiaba colhida na unidade de produção pesquisada em Nova Floresta.....	236
Figura 48	Camponês se assalariando na produção da goiaba em Nova Floresta.....	236
Figuras 49 e 50	Cisterna de placa e casa de farinha em Teixeira.....	238
Figura 51	Camponeses na reunião da UNACT.....	241
Figura 52	Tanque em fenda de rocha na Comunidade Fava de Cheiro em Teixeira.....	244
Figura 53	Barragem subterrânea na Comunidade Santo Agostinho em Teixeira.....	245
Figura 54	Tanque em fenda de rocha na Comunidade Riacho Verde em Teixeira.....	245
Figura 55	Sistema de captação de água através de cisterna em Teixeira.....	245

Figura 56	Jumento transportando água em Teixeira.....	246
Figuras 57 e 58	Bancos de sementes comunitária das comunidades de Riacho Verde e Fava de Cheiro em Teixeira.....	248
Figura 59	Camponesas que são presidentes das associações comunitárias na reunião da UNACT em Teixeira.....	249
Figuras 60 e 61	Equipamentos utilizados no beneficiamento das frutas na comunidade Poços de Baixo em Teixeira.....	251
Figuras 62 e 63	Utensílios domésticos organizados na estante e polpas armazenadas num freezer.....	251
Figura 64	Camponês e sua mandalla na Comunidade de Monte Videu em Nova Floresta.....	254
Figura 65	Círculos de canteiros de hortaliças em torno do tanque central da mandalla em Nova Floresta.....	255
Figura 66	Horticultura, plantas, frutíferas e medicinais na mandalla de uma unidade camponesa em Nova Floresta.....	256
Figura 67	Camponesa olhando a rua da janela da sua porta em Nova Floresta.....	259
Figura 68	Santuário na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Riacho Verde em Teixeira.....	261
Figuras 69 e 70	Casa rústica com antenas parabólicas e eletrodomésticos de camponês em Nova Floresta.....	263
Figura 71	Fogão à lenha numa unidade de produção camponesa de Teixeira.....	263

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da área plantada com lavouras temporárias em Nova Floresta.....	129
Gráfico 2	Evolução da área plantada com lavouras temporárias em Teixeira.....	129
Gráfico 3	Evolução da área plantada com lavouras permanentes em Nova Floresta.....	130
Gráfico 4	Evolução da área plantada com lavouras permanentes em Teixeira.....	130
Gráfico 5	Composição por sexo e idade da população residente nas unidades produtivas de Nova Floresta.....	139
Gráfico 6	Composição por sexo e idade da população residente nas unidades produtivas de Teixeira.....	140
Gráfico 7	Tamanho das unidades produtivas visitadas em Teixeira.....	143
Gráfico 8	Tamanho das unidades produtivas visitadas em Nova Floresta.....	144
Gráfico 9	Percentual dos camponeses que comercializam o excedente das variedades de feijão em Nova Floresta.....	184
Gráfico 10	Percentual dos camponeses que comercializam o excedente das variedade de feijão.....	184
Gráfico 11	Percentual dos camponeses que comercializam o excedente do milho em Nova Floresta.....	186
Gráfico 12	Percentual das unidades de produção camponesas que cultivam o maracujá nas duas regiões naturais de Nova Floresta.....	190
Gráfico 13	Condição de acesso a terra dos produtores entrevistados.....	206
Gráfico 14	Condição de acesso à terra dos produtores entrevistados em Teixeira.....	206
Gráfico 15	Condição de acesso à terra dos produtores entrevistados em Nova Floresta.....	207
Gráfico 16	Unidades de produção camponesa segundo o tipo de trabalho utilizado em Teixeira.....	208
Gráfico 17	Percentual dos camponeses que complementam a renda com o trabalho assalariado em Nova Floresta.....	216

Gráfico 18	Percentual dos camponeses que complementam a renda com o trabalho assalariado em Teixeira.....	217
Gráfico 19	Camponeses que utilizam a parceria como atividade acessória em relação ao total de entrevistados em Nova floresta.....	218
Gráfico 20	Camponeses que utilizam a parceria como atividade acessória em relação ao total de entrevistados em Teixeira.....	219
Gráfico 21	Camponeses que combinam o trabalho agrícola com atividades não agrícolas em Nova Floresta.....	222
Gráfico 22	Camponeses que combinam o trabalho agrícola com atividades não agrícolas Teixeira.....	222
Gráfico 23	Camponeses que tiveram acesso ao PRONAF em Teixeira.....	231
Gráfico 24	Camponeses que tiveram acesso ao PRONAF em Nova Floresta...	232
Gráfico 25	Famílias camponesas entrevistadas que participam do FRS em Teixeira.....	243
Gráfico 26	Famílias camponesas entrevistadas que tiveram acesso aos projetos do CEPFS em Teixeira.....	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Rebanho de grande e médio portes em Nova Floresta.....	131
Tabela 2	Rebanho de grande e médio portes em Teixeira.....	132
Tabela 3	Produtores rurais segundo a condição em Nova Floresta e Teixeira/2006.....	133
Tabela 4	Estrutura fundiária de Nova Floresta/2006.....	134
Tabela 5	Estrutura fundiária de Teixeira/2006.....	134
Tabela 6	Estrutura fundiária do estado da Paraíba/2006.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Calendário agrícola das principais culturas de Nova Floresta e Teixeira.....	166
-----------------	--	-----

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1	Exemplo da ordenação territorial de uma unidade de produção camponesa na região subúmida/serrana.....	200
Croqui 2	Exemplo da ordenação territorial de uma unidade de produção camponesa na região semiárida/caatinga.....	201
Croqui 3	Exemplo da ordenação territorial de uma unidade de produção camponesa em Teixeira.....	202

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Esquema das tarefas agrícolas nas unidades de produção camponesa de Teixeira e Nova Floresta.....	168
Organograma 2	Fatores externos que redefinem a forma de recriação do campesinato.....	175
Organograma 3	Circulação do feijão macaçar e de outras variedades de feijão em Nova Floresta.....	181
Organograma 4	Circulação da produção do maracujá de Nova Floresta.....	193
Organograma 5	Relação entre consumidores e trabalhadores nas unidades de produção camponesas de Nova Floresta.....	209
Organograma 6	Relação entre consumidores e trabalhadores nas unidades de produção camponesas de Teixeira.....	210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 CAPITALISMO E CAMPESINATO NA TEORIA MARXISTA.....	37
1.1 A questão do campesinato no pensamento de Karl Marx.....	37
1.2 O campesinato na concepção de Kautsky e Lênin: teóricos marxistas ortodoxos ou heterodoxos?.....	57
1.3 O campesinato no marxismo heterodoxo: a teoria dos “espaços vazios do capitalismo” de Rosa Luxemburgo e a teoria da economia camponesa de Alexander Chayanov.....	68
2 O DEBATE SOBRE O CAMPESINATO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO.....	78
2.1 Desaparecimento <i>versus</i> recriação do campesinato: um controverso debate.....	78
2.2 Resistência e território camponês: o local na construção da autonomia camponesa.....	101
3 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO DE NOVA FLORESTA E TEIXEIRA.....	113
3.1 Aspectos locacionais e ambientais de Nova Floresta e Teixeira.....	113
3.2 O processo histórico de produção do espaço agrário de Nova Floresta e Teixeira.....	119
3.2.1 O Processo histórico de produção do espaço agrário de Teixeira.....	121
3.2.2 O processo histórico de produção do espaço agrário de Nova Floresta.....	126
3.3 A organização atual do espaço agrário dos municípios de Teixeira e Nova Floresta.....	128
3.3.1 A organização recente da produção agropecuário.....	128

3.3.2	Relações de trabalho e estrutura fundiária.....	133
3.3.3	O padrão técnico da agricultura.....	135
4	RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA: AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	138
4.1	Caracterização do campesinato.....	138
4.2	A autonomia camponesa no processo produtivo: a organização da produção.....	149
4.2.1	A organização da produção.....	149
4.2.1.1	O calendário agrícola e as etapas do processo produtivo.....	164
4.2.1.2	As principais culturas agrícolas, seus ciclos e seu processo de produção e comercialização.....	176
5	RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS, OS COSTUMES E VALORES CAMPONESES.....	205
5.1	A organização do trabalho.....	205
5.1.1	O trabalho familiar.....	207
5.1.2	O trabalho acessório.....	214
5.2	A atuação dos agentes externos junto aos camponeses de Nova Floresta e Teixeira.....	223
5.2.1	A ação do Estado.....	223
5.2.2	A atuação das ONGs.....	239
5.2.2.1	A atuação do CEPFS no município de Teixeira.....	239
5.2.2.2	A atuação da Agência Mandalla em Nova Floresta.....	252
5.3	Costumes e valores como formas de resistência e recriação camponesa.....	257
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
	REFERÊNCIAS	274

ANEXOS



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O debate sobre o papel do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo não é recente, surgiu na Europa no final do século XIX e início do século XX, mas permanece vivo em pleno século XXI. Ele contrapõe duas correntes do pensamento marxista: a que se baseia nos pressupostos teóricos e metodológicos de Marx, Kautsky e Lênin e preconiza o desaparecimento do campesinato com a expansão do capitalismo no campo e a que, influenciada pelas idéias de Rosa Luxemburgo e Chayanov preconiza que o desenvolvimento do capitalismo no campo é responsável pela criação e recriação de relações não tipicamente capitalista de produção como a camponesa, bem como pela geração de relações tipicamente capitalistas como a assalariada. Essa corrente acredita na resistência e recriação camponesa pelo próprio movimento contraditório e desigual do capitalismo.

No Brasil, as transformações ocorridas no campo na segunda metade do século XX, com a denominada “revolução verde”, e os seus impactos sobre a estrutura fundiária, o padrão técnico da agricultura, as relações sociais de produção, promovendo a expulsão de milhares de trabalhadores rurais, são responsáveis pelo agravamento das tensões sociais, pela eclosão de conflitos agrários e pelo surgimento de movimentos sociais no campo. Tudo isso contribuiu para reacender o debate sobre a questão agrária brasileira e sobre o destino do campesinato no desenvolvimento capitalista. São muitos os estudiosos que têm se preocupado com esta questão seja corroborando a tese do fim do campesinato seja defendendo a idéia da resistência e recriação camponesa.

Podemos destacar entre os estudiosos da questão agrária brasileira que se preocuparam e/ou se preocupam em discutir a questão camponesa, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva, José de Sousa Martins, Ricardo Abramovay, José Eli Veiga além de outros.

Na geografia agrária brasileira o tema ganha relevância a partir de estudos realizados por Orlando Valverde, Manoel Correia de Andrade e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Convém destacar, de modo especial, o importante papel desempenhado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira cuja tese de doutorado fortalece dentro da geografia agrária a

incorporação dos conceitos básicos do materialismo dialético e abre espaço para a discussão da questão camponesa pela geografia no âmbito dessa matriz filosófica. É justamente a partir da publicação dos trabalhos deste autor que se multiplica na geografia agrária brasileira uma produção científica sobre a temática do campesinato em forma de livros, artigos em eventos, monografias, dissertações e teses com abordagens diversas.

Vale ressaltar entre os estudiosos do tema, aqueles que nós tivemos oportunidade de consultar além dos autores mencionados, quais sejam: Bernardo Mançano Fernandes; Larissa Mies Bombardi; Eliane Tomiasi Paulino; Rosemeire Aparecida de Almeida; Valéria de Marcos; João Edmilson Fabrini; Alexandrina Luz Conceição; Suzane Tosta Souza além de outros. Na Paraíba, Emilia Moreira, Maria Franco Garcia e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, por diversos caminhos têm despertado o interesse de estudantes para dar continuidade aos estudos sobre o campesinato através da realização de curso de Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado.

A oportunidade que eu tive em participar de vários projetos de pesquisa que tiveram como foco a agricultura camponesa despertou o meu interesse pelo tema. O primeiro contato aconteceu desde o terceiro período da graduação quando cursei a disciplina “Geografia Regional da Paraíba” ministrada pela professora Dra. Emília Moreira. Foi a partir do contato com essa disciplina que construí o meu primeiro artigo científico sobre campesinato, apresentado no I Seminário Luso-Brasileiro Caboverdiano (I SEMILUSO) realizado na Paraíba em 2006. Daí em diante surgiram vários convites para participar de diversos grupos de estudo existentes no Departamento de Geociências da UFPB. Todavia, eu me identifiquei com um grupo que ainda estava em processo de criação e cujos objetivos tinham muito a ver com minhas aspirações e me candidatei para participar do mesmo. Trata-se do “Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato” (GETEC), coordenado pela Profª Emília Moreira.

Após dois meses de participação no GETEC, fui contemplada com uma bolsa do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFPB, no âmbito de um projeto coordenado pela mencionada professora. Tratava-se do projeto “Espaço agrário paraibano: a organização da produção e do trabalho”, financiado pelo CNPq. A mim coube estudar “A organização da produção e do trabalho no espaço agrário de Nova Floresta -PB”. O objetivo era caracterizar e identificar as diferentes formas de organização da produção e do trabalho nas menores

unidades camponesas de produção do município de Nova Floresta à luz da discussão sobre espaço e campesinato.

Nos anos seguintes, entre 2007 e 2008, continuei sendo bolsista do PIBIC/CNPq/UFPB, sob a orientação da mesma orientadora. Nesse segundo momento participei de outro projeto denominado “Terra de produção, terra de trabalho e terra de vida: a organização da produção e do trabalho na agricultura de base familiar paraibana”. Neste projeto dei continuidade aos estudos realizados em Nova Floresta dando ênfase as experiências exitosas de organização da produção camponesa identificadas no primeiro estudo. Paralelamente, me integrei como pesquisadora do GETEC num projeto internacional também de responsabilidade de nossa orientadora que aborda a questão do desenvolvimento territorial e as práticas agrícolas sustentáveis em regiões com risco de desertificação no Brasil, em Portugal e Cabo Verde. A partir de então tive a oportunidade de começar a estudar o campesinato do município de Teixeira, também situado no semiárido paraibano, procurando entender a ação de agentes externos na territorialização de práticas agrícolas sustentáveis no interior da agricultura camponesa.

A experiência de iniciação à pesquisa me propiciou a oportunidade que buscava para ampliar meus conhecimentos sobre espaço e campesinato, para por em prática e apreender as diversas metodologias de pesquisa através de procedimentos, instrumentos e técnicas diversas. Ela também me estimulou a dar continuidade aos estudos buscando meu aprimoramento.

A minha monografia de conclusão do curso de bacharelado denominada “Espaço agrário e campesinato: o caso do município de Nova Floresta” resultou dos estudos efetuados na minha primeira pesquisa de iniciação científica.

A participação em um grupo de pesquisa e no Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq/UFPB abriu caminhos para a minha participação em eventos acadêmicos, não somente da Geografia, mas também de áreas afins como Economia, História e Sociologia, o que muito contribuiu para ampliar os horizontes do meu conhecimento científico.

Levando em consideração a experiência e o conhecimento acumulado durante as pesquisas realizadas bem como a necessidade de aprofundar o debate introduzido na monografia concluída, resolvi no mestrado, em nível de dissertação, dar continuidade ao estudo do campesinato nos municípios anteriormente estudados. A finalidade é dar um novo direcionamento ao estudo através de um recorte sobre as formas de resistência e recriação do

campesinato. Para tanto se fez necessário vários retornos ao campo com um novo olhar que me permitiu agora uma compreensão diferenciada, embora articulada àquela anteriormente desenvolvida, sobre a organização da produção e do trabalho camponês e sua expressão no território.

O trabalho aqui apresentado é fruto desse processo. Ele tem como objetivo principal estudar as formas de resistência e (re)criação camponesa em dois municípios do semiárido paraibano, Nova Floresta e Teixeira, sem perder de vista que estes processos acham-se intrinsecamente relacionados à forma como se organiza e se estrutura o espaço agrário nas sociedades dominadas pelo modo de produção capitalista.

Para tanto buscou-se: a) analisar o papel do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo no pensamento de Marx e na teoria marxista; b) analisar o campesinato dentro do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro sob a ótica de alguns estudiosos da Geografia e áreas afins, que em alguns momentos buscaram explicações nas teorias clássicas para compreender a realidade brasileira; c) resgatar o processo histórico de produção e a organização atual do espaço agrário dos municípios estudados buscando entender nestes, como surgiu e como se apresenta atualmente a agricultura camponesa; d) identificar e caracterizar as formas de resistência e de recriação camponesa pelo viés da organização da produção e do trabalho, da ação de agentes externos e dos costumes e valores dos camponeses.

Do ponto de vista teórico-conceitual, busquei apoio em várias disciplinas cursadas no mestrado e em muitas leituras realizadas buscando não apenas o aprimoramento do meu conhecimento, mas também, e, sobretudo, me dar a oportunidade de aprender com os clássicos do marxismo, o papel do campesinato no desenvolvimento capitalista através de seus diversos olhares no tempo e no espaço. Este foi um exercício muito importante que me ajudou a desvendar muitos aspectos da questão camponesa sob o capitalismo que até então eu não havia tido a possibilidade de visualizar.

No que se refere aos aspectos conceituais, optei por trabalhar com os conceitos de campesinato, espaço, território, resistência e recriação camponesa.

Sobre o conceito de campesinato me pautei nos autores anteriormente mencionados que abordam diferentes visões sobre o futuro do campesinato no desenvolvimento do capitalismo.

Sobre espaço, me pautei na abordagem de Milton Santos (2008), que o considera um produto social que foi transformado pelo trabalho humano ao longo do tempo histórico.

A porção do espaço apropriada pelo homem constitui o território. Este, em sociedades capitalistas como a brasileira, é fundamentalmente um elemento de disputa. No campo, essa disputa se dá entre o latifúndio e o minifúndio. A abordagem sobre o território foi realizada com base na percepção de Raffestin (1993) e de Fernandes (2008).

Sobre a concepção de resistência camponesa me apoiei na abordagem realizada por Fabrini (2008) que a compreende como um processo que se expande para além dos movimentos sociais e que também é influenciado por forças locais materializadas no território camponês.

No que se refere à recriação camponesa, entendemos que esta é fruto do processo contraditório do próprio movimento do modo de produção capitalista. Para defender esse pressuposto me pautei nas obras de agraristas clássicos, de geógrafos e estudiosos de ciências afins contemporâneos.

É neste contexto que se encontra a hipótese central deste trabalho, de que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção como a camponesa nos municípios de Nova Floresta e Teixeira.

2 – Metodologia

A dialética, na sua concepção moderna, como afirma Konder (2003), “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (p.8).

Lênin, afirma que, segundo o método dialético:

O mundo se encontra em perpétuo movimento, num perpétuo processo de destruição e de criação e que, por conseguinte, todo fenômeno, seja na natureza como na sociedade, deve ser considerado no seu movimento, no processo de destruição e de criação e não como algo cristalizado e imóvel (<http://www.comunismo.com.br/textlen3.html>).

É neste sentido que buscamos entender a realidade do campesinato nos municípios estudados.

Para explicar a sobrevivência do campesinato num espaço estruturado segundo a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista vimos a necessidade de buscar apoio na

leitura de alguns clássicos do marxismo, sobre sua percepção quanto ao destino do campesinato no desenvolvimento capitalista e também na leitura de outros autores modernos brasileiros e estrangeiros que fazem uma releitura da teoria marxista clássica. Temos consciência tanto dos nossos limites quanto do desafio aí implicados bem como da importância dessas leituras para nossa formação acadêmica e cidadã.

No que se refere à metodologia de pesquisa adotada para levar a termo a proposta de trabalho, esta compreendeu: a) ampla pesquisa bibliográfica e documental; b) levantamento de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Agropecuário de 2006, e da publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) referente ao período compreendido entre 1994 e 2006. Os dados levantados permitem a análise da evolução da estrutura fundiária, das relações de trabalho, da produção agropecuária e do padrão tecnológico adotado nos municípios estudados.

No que se refere ao trabalho de campo, o consideramos como um pressuposto metodológico basilar da Geografia. Todavia, apesar de sua importância, são poucos os trabalhos que abordam esta metodologia no âmbito dessa ciência.

Para alguns geógrafos, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação torna desnecessária a realização de trabalhos de campo, dada a capacidade superior que tais tecnologias teriam no que diz respeito à obtenção de informação (ALENTEJANO, 2006, p. 51).

As contribuições metodológicas para o trabalho de campo são encontradas mais comumente em outras ciências sociais com destaque para a Antropologia. Apesar dessa lacuna, recentemente observa-se uma preocupação maior dos geógrafos com a questão. Suertegaray (2002) em sua obra “O trabalho de campo como procedimento metodológico da pesquisa geográfica” trabalha a questão de como proceder no campo levando em consideração a escolha do método pelo pesquisador. Isso, dado ao fato que no processo de pesquisa há uma relação entre o sujeito e o objeto, ambos se fundem, isto é, o sujeito constrói o objeto e o objeto reconstrói o sujeito. Segundo a autora, essa relação é expressão de diferentes métodos, em diferentes momentos históricos, portanto, diz respeito a diferentes formas de leitura de mundo.

Concordamos com Suertegaray (2002), pois no âmbito do pensamento geográfico, o trabalho de campo foi visto por diferentes abordagens, quais sejam: a) no método positivista; b) no método neo-positivista; c) no método dialético, d) no método fenomenológico e c) no

método hermenêutico. Esses diferentes métodos conduzem a formas diferenciadas de trabalho de campo. Ou seja, um mesmo objeto de investigação, terá diferentes maneiras de interpretação, a depender do método utilizado pelo geógrafo.

A partir dessas breves considerações, buscamos neste estudo trabalhar a pesquisa de campo sob a perspectiva do método materialista histórico e dialético. Partindo desse princípio entendemos que o campo como realidade não é externo ao sujeito, é uma extensão do sujeito. E a pesquisa é fruto da relação dialética entre o sujeito e o objeto. Assim o campo é pensado como ação de explicação e transformação que ultrapassa os limites da descrição, da classificação e da enumeração dos fenômenos geográficos.

A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes de órgãos governamentais e não governamentais, de entidades de classe bem como com camponeses dos dois municípios estudados. Foram entrevistados 15 camponeses responsáveis por seus estabelecimentos sendo 10 em Nova Floresta e 5 em Teixeira.

Além das entrevistas, aplicamos também questionários junto a 76 camponeses responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários visitados. Estes estabelecimentos estão distribuídos em diferentes comunidades rurais que compõem os territórios camponeses tanto do espaço agrário do município de Teixeira como de Nova Floresta. Os questionários continham questões abertas e fechadas que permitiram o levantamento de informações sobre as formas de organização da produção e do trabalho no seio da unidade produtiva e fora dela, bem como a obtenção de dados relativos à composição da família do (a) camponês (a) por idade e sexo, escolaridade, renda, padrão de moradia e migração.

Dos 76 questionários, 35 foram aplicados no município de Teixeira em 15 comunidades rurais e 1 assentamento de reforma agrária, quais sejam: Comunidades Santo Agostinho, Fava de Cheiro, Riacho Verde, São Francisco, Serra Verde, Livramento, Sabonete, São José de Belém, Flores, Rio de Janeiro, Saco de Serra, Sítio Onça, Rosário; Poços de Cima, Poços de Baixo, e o Assentamento Poços de Baixo (Mapa 1).

Em Teixeira, as unidades de produção camponesa não são conhecidas por um nome específico. Elas formam as comunidades e é o nome da comunidade que define a sua localização. Cada comunidade é composta por trinta a quarenta unidades de produção camponesas, porém, há aquelas formadas somente por duas, três ou quatro como foi verificado nas comunidades de Rio de Janeiro, Sítio Onça e Rosário.

A pesquisa de campo no município também compreendeu visitas ao Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS), ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), à seção local do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA-PB), ao Complexo Educacional e Administrativo Serafim Pereira de Souza. Nestes órgãos foram coletados documentos que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Em Nova Floresta foram aplicados 41 questionários nas diferentes subunidades agroecológicas do município de modo a possibilitar a obtenção de uma representatividade da diversidade de formas de resistência e recriação nas unidades camponesas em nível intramunicipal. Foram visitadas 11 comunidades camponesas e 1 assentamento de reforma agrária no município (Mapa 2), a saber: Canoa do Costa, Morada Nova, Boi Morto, Saco de Milho, Montevideu, Gamelas, Sítio Novo, Salamantra, Flores de Cima, Estrondo, Flores de Baixo e o Assentamento APROUNI, conhecido como Pororoca. Realizamos entrevistas com os técnicos da EMATER¹ e com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Uma entrevista não estruturada foi também realizada com um dos membros de três famílias responsáveis pela gestão de uma unidade de produção que apresenta uma particularidade: situa-se em plena sede do município, na zona urbana, e volta-se exclusivamente para a produção de horticultura destinada ao abastecimento das feiras livres do próprio município e de municípios vizinhos.

Em Nova Floresta, da mesma forma de Teixeira, é o nome da comunidade que define a localização das unidades de produção camponesas. Este fato chama a atenção uma vez que é comum utilizar-se a toponímia “sítio”, para, regra geral, designar-se a pequena unidade produtiva camponesa em oposição à fazenda, à granja e ao engenho. No caso dos camponeses de Nova Floresta e Teixeira, a terra de trabalho, de produção e de vida é uma parcela da comunidade que não tem uma denominação específica. Também se utiliza o termo “sítio” para indicar o nome da comunidade, como por exemplo, Comunidade Sítio Onça (em Teixeira) e Comunidade Sítio Novo (em Nova Floresta).

Essa denominação de Comunidade dada à área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários camponeses dos dois municípios se assemelha a que foi atribuída à área estudada por Heredia (1979) no final da década de 1970 em Pernambuco. Esta área, denominada pelos camponeses de Sítio Boa Vista compreendia a extensão total das unidades

¹ Neste órgão também coletamos documentos que foram importantes para a elaboração desta pesquisa.

de produção de cada família produtora, “incluindo nessa denominação a casa e a parcela de terra que se dispõe para o cultivo, o roçado” (HEREDIA, 1979, p. 36-37).

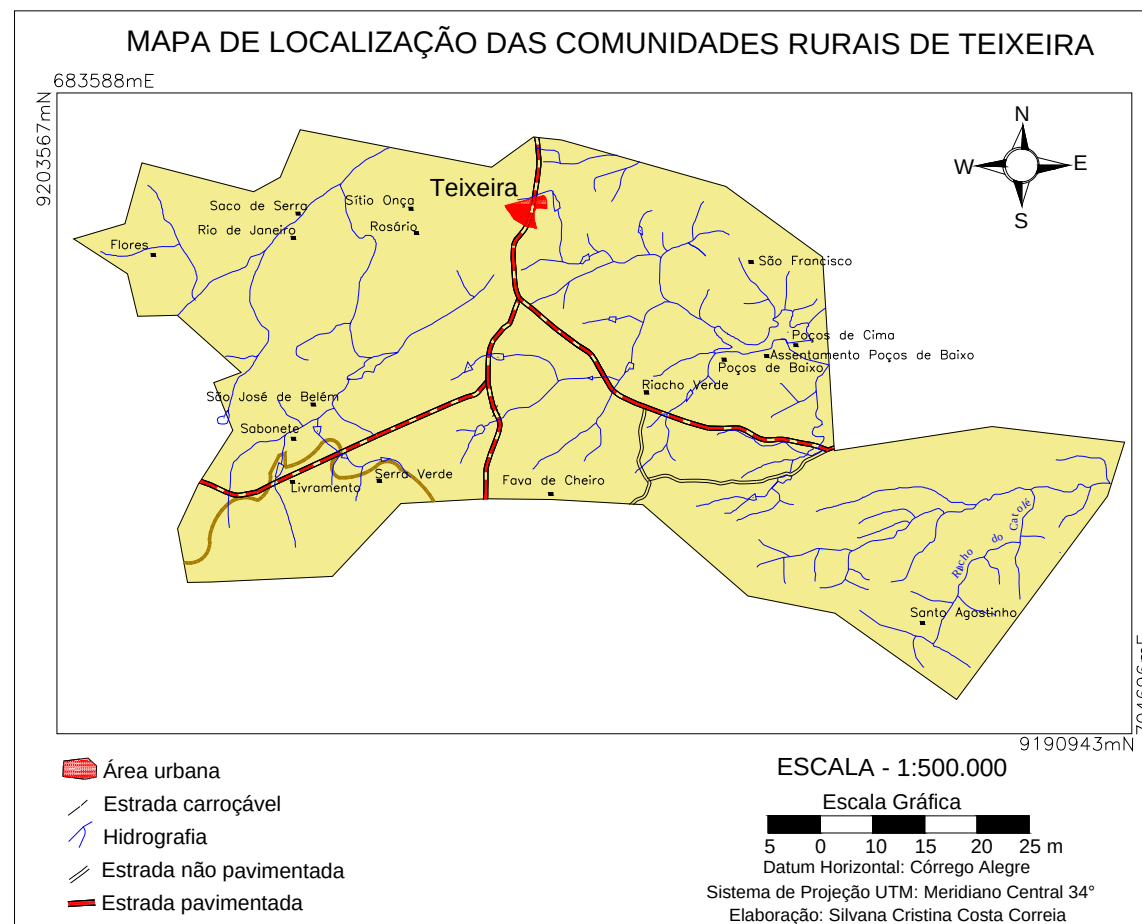
Caracterizamos as comunidades e os assentamentos como territórios camponeses situados dentro do território capitalista (espaço de governança) municipal. Ou seja, conforme a classificação de territórios dentro do território apontado por Fernandes (2008), na qual o segundo território é formado tanto pelas propriedades capitalistas como pelas propriedades camponesas. Compreendemos assim, porque observamos na pesquisa empírica que há uma predominância de camponeses proprietários de suas terras nos dois municípios, o que nos revelou que nem toda propriedade privada é capitalista.

Foram realizados sete trabalhos de campo, sendo que quatro deles foram feitos entre os meses de janeiro e março de 2011 dando ênfase às formas de resistência e de recriação camponesa e três foram realizados nos anos de 2006, 2007 e 2008 no âmbito das pesquisas anteriores, nas quais tratamos das formas da organização da produção e do trabalho nos municípios. Cada ida ao campo em cada município teve uma duração média de três a sete dias.

Foi definido que as unidades de produção a serem estudadas deveriam ter dimensão igual ou inferior a 50 hectares. Este foco nos menores estabelecimentos rurais mesmo sabendo que, no caso do semiárido, um estabelecimento com até mais de 100 hectares por vezes não é suficiente para garantir a manutenção de uma família, se deve ao fato de que são nestes onde se encontra a maior diversidade de categorias de produtores rurais (parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros) o que permite à pesquisa um melhor dimensionamento e uma maior percepção dessa diversidade (MOREIRA, 2006).

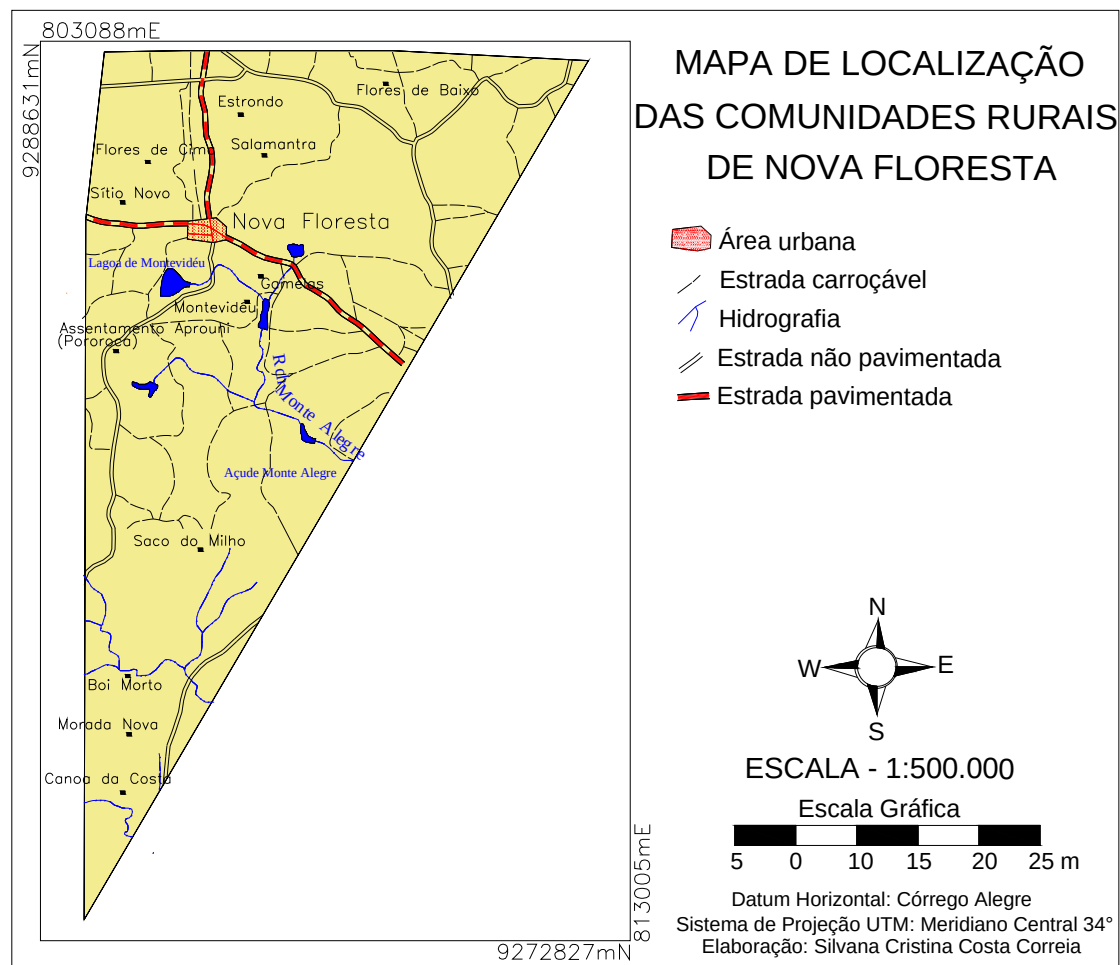
Não é desconhecido tampouco que o que se denomina de pequeno estabelecimento ou pequena unidade de produção camponesa pode variar, de Estado para Estado e até de subunidade regional para subunidade regional em função das características da distribuição da propriedade fundiária e dos critérios de escala utilizados pelos estudiosos para nortear suas pesquisas. Estudo recente realizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira considera como pequenos estabelecimentos em escala de análise nacional, as unidades de produção menores de 200 hectares (OLIVEIRA, 1990). Para a realização da pesquisa de campo, tomou-se emprestado à antropologia o método etnográfico, onde a observação direta, as anotações no diário de campo, a utilização de técnicas de pesquisa como a entrevista livre, a entrevista estruturada (questionários) e semi-estruturada, a gravação de entrevistas e a documentação fotográfica foram fundamentais para nos aproximar da realidade.

Mapa 1



Fonte: Mapa pedológico do Estado da Paraíba na Escala 1:500.000.
Convênio MMARHAL/SRH - Governo do Estado/SEPLAN-PB N° 015/95

Mapa 2



Fonte: Mapa pedológico do Estado da Paraíba na Escala 1:500.000.
Convênio MMARHAL/SRH - Governo do Estado/SEPLAN-PB N° 015/95

O método etnográfico foi utilizado como método de pesquisa e não como método científico de interpretação da realidade estudada. A ele somou-se os métodos de pesquisa quantitativo, qualitativo e o descritivo-analítico no sentido de instrumentalizar melhor a pesquisa.

Como foi colocado anteriormente, o método de interpretação da realidade que se utilizou foi o dialético, entendendo claramente todas as nossas limitações na sua utilização, mas compreendendo que é preciso realizar o exercício do tentar fazer para poder chegar a fazer bem no futuro. A partir do que estamos entendendo deste método, buscamos compreender os processos invisíveis que se exprimem através do visível.

Utilizamos o termo camponês como equivalente de pequeno produtor, pequeno agricultor e produtor familiar. O termo pequeno produtor ou pequeno agricultor por nós utilizado não tem cunho pejorativo. Ele refere-se ao fato do camponês ter acesso legal ou precário a pequenas parcelas de terra. A expressão produtor familiar foi usada na medida em que se considera a organização do trabalho na unidade produtiva camponesa como de base familiar, forma de organização esta, presente no campo desde os primórdios da história da humanidade. O termo camponês e seus equivalentes foram usados independentemente do nível de integração ao mercado, da utilização ou não de tecnologias modernas, de adesão ou não às políticas públicas do Governo, ou da sua condição de produtor (proprietário, parceiro, posseiro, arrendatário, etc). Do mesmo modo utilizou-se as expressões pequena produção, pequenas unidades produtivas ou de produção e estabelecimento agropecuário para nos referir a parcela de terra gerida pelos camponeses (MOREIRA, 2006, p.3).

Conforme os dados e informações obtidos bem como com base nas leituras realizadas, estruturamos a dissertação em cinco capítulos além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo apresentamos a discussão sobre campesinato buscando entender o seu lugar no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para tanto, de início trabalhamos com esse tema no pensamento de Marx e em seguida, buscamos sua apreensão em diferentes autores que se expressam em diferentes correntes do pensamento marxista, como: Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburgo e Chayanov. No segundo capítulo abordamos o debate que contrapõe duas correntes teóricas distintas: a que defende o desaparecimento do campesinato como condição para o Brasil alcançar o desenvolvimento capitalista e a que defende a permanência do campesinato através da sua resistência e recriação ancorada na idéia de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil é desigual e

contraditório. Essa abordagem foi feita com base nas diversas abordagens e posições assumidas pelos autores agraristas e pelos geógrafos brasileiros. No âmbito deste capítulo trabalhamos com a noção de espaço, território, resistência e recriação camponesa. No terceiro capítulo, a partir da apresentação dos municípios estudados com base nos aspectos locacionais e ambientais, recuperamos o processo histórico de produção e a organização atual do espaço agrário de Nova Floresta e Teixeira. No quarto capítulo, traçamos um panorama das formas de resistência e de recriação camponesa pelo viés da organização da produção agropecuária nos municípios de Teixeira e Nova Floresta a partir da pesquisa empírica. No quinto e último capítulo, tratamos das formas de resistência e de recriação camponesa através da organização do trabalho, da ação de agentes externos e dos costumes e valores dos camponeses dos municípios estudados.



CAPÍTULO I

CAPITALISMO E CAMPEBINATO NA TEORIA MARXISTA

1 CAPITALISMO E CAMPEsinATO NA TEORIA MARXISTA

As transformações ocorridas no campo da Europa, no final do século XIX, vinculadas à lógica de reprodução ampliada do capital provocaram discussões no campo teórico acerca do debate sobre o destino do campesinato. Destacaram-se duas correntes de pensamento com particular força neste debate. A primeira corrente deu ênfase à discussão do campesinato atrelada à análise das mudanças surgidas pelo avanço das relações de mercado, bem como aos processos de modernização e industrialização que estavam vinculados ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Ela pressupunha o desaparecimento do campesinato na medida em que se implantava e se desenvolvia o capitalismo. Os principais teóricos desta corrente são Marx, Kautsky e Lênin. A segunda corrente enfatizou a lógica de reprodução camponesa no capitalismo e reforçou a tese da sua permanência. Destacam-se como principais teóricos desta linha de interpretação, Rosa Luxemburgo e Chayanov.

Neste primeiro capítulo, recupera-se de modo sucinto as principais contribuições desses teóricos marxistas sobre o destino do campesinato no capitalismo.

1.1 A questão do campesinato no pensamento de Karl Marx

A produção científica de Marx se desenvolveu na Europa Ocidental no século XIX, no período de consolidação do capitalismo e da sociedade burguesa após a revolução industrial. Para analisar o campesinato no pensamento deste autor, é preciso, em primeiro lugar, compreender o momento histórico-social em que suas obras foram escritas e, paralelamente, o momento na trajetória intelectual do mesmo. Entendemos que, diante de uma variável gama de assuntos produzidos por Marx, o campesinato não foi objeto de um estudo aprofundado, sua análise ocorreu de forma secundária, podendo até se perceber diferentes abordagens a respeito deste tema em seu pensamento.

A partir de 1890, surgiram duas correntes socialistas que divergem sobre a compreensão do futuro do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo: o

marxismo ortodoxo e o marxismo heterodoxo. Para fins de maior compreensão sobre o assunto em tais correntes, recorreremos primeiramente à compreensão do próprio Marx referente ao campesinato com base na análise do desenvolvimento do capitalismo na porção ocidental e oriental¹ da Europa. Para tanto, na tentativa de manter uma coerência estrutural das idéias aqui formuladas, classificaremos a compreensão do autor sobre o campesinato no capitalismo a partir das três fases distintas do seu pensamento: a) na juventude; b) na maturidade; c) no último Marx.

Na primeira fase, inserem-se os manuscritos de Marx elaborados entre 1840 e 1843. Este período literário marca a transição de Marx de uma concepção ainda marcada pelo idealismo de Hegel² para uma concepção materialista de cunho histórico e dialético (BELTRAME, 2006). O autor vivendo na Alemanha, país politicamente atrasado em comparação com a França e a Inglaterra, países de fortes tradições revolucionárias³, somente no decorrer de 1840, começou a ser influenciado pelos ideais socialistas. Esse ideal foi tomando forma com base na análise da realidade daquele momento histórico vivenciado pela Europa Ocidental do século XIX, que coincide com a primeira grande crise de desenvolvimento do capitalismo industrial ocorrido entre 1830 e 1840, como bem assevera Hobsbawm:

Por volta de 1840, a história europeia assumiu uma nova dimensão: o “problema social”, ou para considerá-lo de outra perspectiva, a revolução social em potência encontrava expressão típica no fenômeno do “proletariado”. Os autores burgueses, de modo cada vez mais sistemático, tomavam consciência do proletariado como problema prático e político, enquanto classe, movimento, e, em última análise, potência capaz de subverter a sociedade (1979, p. 60).

O jovem Marx, que ainda não se convertera ao comunismo, era um democrata de esquerda hegeliana e, neste período, direcionou seus olhares para: a) a França, na qual, em 1840, nascia um movimento comunista dotado de consciência política que lutava pela superação do capitalismo rumo ao comunismo; b) a Inglaterra, cujo movimento proletário cartista desenvolvia-se rapidamente; c) outros países da Europa Ocidental que influenciados

¹ Referente à análise sobre a questão da Rússia.

² O jovem Marx, com 25 anos de idade, compunha o grupo de discípulos de Hegel, que após a morte deste em 1831, por divergências entre os integrantes em torno da concepção política e religiosa, dividiram-se, em 1837, em dois grupos distintos denominados por David Strauss de Direita e Esquerda hegeliana. Marx passou a integrar o grupo da Esquerda hegeliana, acompanhado por David Strauss, Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Marx Stiner além de outros (BELTRAME, 2006).

³ Do ponto de vista econômico, o mundo do século XIX formou-se sob a influência da revolução industrial da Inglaterra. E do ponto de vista político, essencialmente sob influência dos ideais da Revolução Francesa (1789).

pelas formas do socialismo utópico⁴ contestavam a forma de sociabilidade instaurada pelo modo de produção capitalista. Neste contexto, com uma classe operária que se expandia e se “mobilizava a olhos vistos, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias-comunistas com as socialistas-associacionistas” (HOBSBAWM, 1979, p. 61).

O que fez precipitar essa fusão da teoria com o movimento social foi a combinação de triunfo⁵ e de crise, ocorrida nesse período nas sociedades desenvolvidas e de certo modo paradigmáticas, como a França e a Inglaterra. Na esfera política, as revoluções de 1830 e as reformas inglesas correspondentes de 1832-35 instituíram regimes que serviam evidentemente aos interesses da parte predominante da burguesia liberal, mas fracassaram clamorosamente no objetivo da democracia política. No campo econômico, a industrialização – que já se impusera na Inglaterra – avançava a olhos vistos em algumas regiões do continente, mas numa atmosfera de crise e incerteza, que a muitos parecia pôr em discussão o próprio futuro do capitalismo como sistema (HOBSBAWM, 1979, p. 62).

Frente aos fatos, o jovem Marx, nesse período literário, direcionou os seus estudos para as mudanças acerca da sua concepção de Estado e política, influenciado pelo momento histórico, social, econômico e, principalmente, intelectual, como mostram as citações supracitadas. Anos mais tarde, acabou rompendo de vez com o pensamento de Hegel, o qual foi alvo de suas críticas no manuscrito de 1843 “A Crítica da Teoria do Estado de Hegel”. Um ano antes, em 1842, quando o mesmo foi redator do jornal alemão *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), realizou um estudo sobre a situação de miséria dos camponeses viticultores de Mosella e, em defesa destes, exigiu que o governo tomasse as devidas providências para solucionar com urgência o problema, ele tem sua primeira aproximação com a questão do campesinato (HEGEDÜS, 1984). Isso é importante, dado ao fato, da maioria dos intelectuais que sucederam Marx, sobretudo os marxistas ortodoxos como Kautsky e Lênin, desconhecerem esse fato e pensarem erroneamente que aquele autor somente fez prognósticos negativos ao campesinato. De fato, depois de se converter ao comunismo, Marx apregoa o fim do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo, com base nos estudos realizados para compreender o avanço do capitalismo na Europa Ocidental, mais precisamente, na Inglaterra do século XIX.

Para Marx, o capitalismo desenvolve-se de acordo com as particularidades de cada país. Aqui merece destacar, sucintamente, o caso recente do campesinato brasileiro, que,

⁴ Que precedeu ao socialismo científico de Marx nas subseqüentes fases de seu pensamento.

⁵ Triunfo do capitalismo liberal burguês.

mesmo diante da penetração do capitalismo no campo, acentuado em 1970, sobrevive até hoje se recriando contraditoriamente ao modelo hegemônico do capital pelas diversas formas de resistências que são construídas localmente no território, como veremos no caso dos municípios paraibanos de Nova Floresta e Teixeira.

Mas o que nos importa é que encontramos, na fase de juventude de Marx, o desvendamento da sua primeira relação com o campesinato: a defesa dos camponeses de Mosella. Porém, não podemos omitir que, nesta fase do pensamento do autor, ele ainda não tem um estudo sistematizado sobre o funcionamento do capitalismo e da economia política, dedicando-se a estes a partir de 1844. Portanto, ele ainda não vê no proletariado a solução para a transformação da sociedade vigente, e não rotula o camponês como atrasado e conservador, situação oposta ao que veremos na fase seguinte.

Entre 1844 e 1870, o campesinato reaparece na visão de Marx pela sua suposta incapacidade política na revolução de 1848 na França. Ao estudar profundamente a Revolução Francesa (1789-1843) e a Revolução Industrial (1780-1830), ele começa a projetar para o campo apenas as duas classes que passam, no seu entender, a serem fundamentais para o funcionamento do capitalismo: a burguesia e o proletariado. Depois de analisar a consequência da dupla revolução, acreditar na força revolucionária do campesinato seria o caminho mais longo para alcançar o socialismo. Todavia, para entender o prognóstico do fim do campesinato no pensamento de Marx, agora convertido ao socialismo científico, é preciso entender o período compreendido entre 1789 a 1848, isto é, sucessivamente, ano da Revolução Francesa e ano da esperada revolução social, correspondendo ao que Hobsbawm (1982) denomina de “era de superlativos”, referente à maior transformação da história humana de todos os tempos, a saber: a) aumento da área geográfica do mundo conhecido que, mapeada e em comunicação entre si, tornou-se maior do que antes; b) crescimento da população e multiplicação das cidades; c) expansão da economia industrial; d) progressão da ciência e inovação técnica em função da criação de um sistema fabril mecanizado, a exemplo da indústria algodoeira que para seu funcionamento exigia máquinas, inovações químicas, eletrificação industrial; e) difusão do conhecimento através de revistas, jornais e livros antes nunca vista f) aumento astronômico da produção industrial; f) expansão do mercado exportador e grandes lucros (HOBSBAWM, 1982).

Todos esses triunfos conferiram à burguesia industrial uma grande força econômica gerando para si grandes riquezas, porém, na mesma proporção, criou a miséria e o descontentamento de outras classes sociais, principalmente da classe proletária que, ao vender a sua força de trabalho, transformou-se numa simples mercadoria. Diante dos graves

problemas sociais provocados pela nova forma de sociabilidade instaurada pelo capitalismo, os proletários passaram a ansiar por uma sociedade sem classes, acreditando que a supressão da propriedade privada garantiria uma sociedade igualitária e mais justa. Porém, é preciso ter em mente que a insatisfação com a revolução industrial, que provocou grandes problemas sociais, não se limitava somente aos trabalhadores pobres, mas também a outras classes que, naquele momento histórico, estavam com desvantagens econômicas em comparação com a burguesia industrial. Conforme Hobsbawm,

Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas, mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizavam profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores luditas⁶ porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas. A exploração da mão-de-obra, que mantinha sua renda a nível de subsistência, possibilitando aos ricos acumularem os lucros que financiavam a industrialização (e seus próprios e amplos confortos), criavam um conflito com o proletariado. Entretanto, um outro aspecto desta diferença de renda nacional entre pobres e ricos, entre o consumo e o investimento, também trazia contradições com o pequeno empresário. Os grandes financistas, a fechada comunidade de capitais nacionais e estrangeiros que embolsava o que todos pagavam impostos (...) cerca de 8% de toda a renda nacional, eram talvez ainda mais impopulares entre os pequenos homens de negócios, fazendeiros e outras categorias semelhantes do que entre os trabalhadores, pois sabiam o suficiente sobre dinheiro e crédito para sentirem uma ira pessoal por suas desvantagens. Tudo corria muito bem para os ricos, que podiam levantar todos os créditos de que necessitavam para provocar na economia uma deflação rígida e uma ortodoxia monetária depois das guerras napoleônicas: era o pequeno que sofria e que, em todos os países e durante todo o século XIX, exigia crédito fácil e financiamento flexível. Os trabalhadores e a queixosa pequena burguesia, prestes a desabar no abismo dos destituídos de propriedade, partilhavam dos mesmos descontentamentos (1982, p. 55-56).

Frente aos descontentamentos, eclodiram as revoltas populares entre todos os segmentos da sociedade, a exemplo da revolução de 1848 na França, que, posteriormente, propagou-se para outros países da Europa Ocidental e Central, pois a essa altura a industrialização que *a priori* concentrou-se na Inglaterra, a partir de 1830, começa a se expandir rapidamente para outros países, como a França, Alemanha, Bélgica, Itália entre outros. Ao mesmo tempo, também se expandem os proletários que começam a formar

⁶ Movimento de trabalhadores ingleses que se rebelaram entre 1811 a 1816 e destruíram as máquinas têxteis por acreditar que eram as responsáveis pelo desemprego (HOBSBAWM, 1982).

associações⁷ contra a burguesia e lutam pelos mesmos ideais: contra a fome, a miséria, o desemprego causado pela maquinaria, além da luta pelos salários mais justos. Nesse período, Marx e Engels escrevem “O Manifesto do Partido Comunista” a pedido do Segundo Congresso da Liga Comunista. Nesta obra, os autores fazem duras críticas ao modo de produção capitalista, apresentando de forma crítica a transformação que a burguesia industrial provocou na sociedade feudal e que desempenhou um papel essencialmente revolucionário na história, a saber:

Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais” sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro”. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas, ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca. A burguesia despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis, até agora consideradas dignas de pudor piedoso. Transformou o médico o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados (MARX E ENGELS, 2008, p. 12).

A citação acima mostra a destruição do poder monárquico e religioso pela classe opressora em função da valorização do capital e desvalorização das relações sociais vigentes e mostra também, do ponto de vista econômico, a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, através do vínculo entre a revolução social e a relação que há entre as relações sociais e as forças produtivas.

Antes da publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848, os autores já assinalaram em “A Ideologia Alemã” de 1845 sobre o papel determinante das forças produtivas no desenvolvimento da sociedade e na transição de um modo de produção a outro. As alterações causadas pelo desenvolvimento das forças produtivas na natureza das relações de produção ocorriam concomitantemente à transformação da sociedade feudal. Isto acarretou na emersão de novas demandas sociais e econômicas, alterando a estrutura desta sociedade e delineando uma nova forma de sociabilidade na Europa Ocidental com base na propriedade privada dos meios de produção.

⁷ Nas quais se preparam para a ocorrência de ondas revolucionárias que estouraram na Europa do século XIX, grande herança da velha revolução de 1789.

Essa contradição existente entre as forças produtivas e as relações sociais de qualquer modo de produção, segundo Marx e Engels (2009), se expressa como luta de classes. Então, dessa forma, compreenderam que o motor da história é realmente a luta de classes e, em uma sociedade organizada em classes como a capitalista, as relações sociais se transformarão unicamente a partir dos conflitos. O que significa dizer, segundo os autores, que é só por meio de uma luta de classes que as relações socialistas poderão surgir. Ou seja, a ultrapassagem se daria pelas relações de produção capitalistas, que ao serem reduzidas à propriedade privada dos meios de produção, seriam capazes de barrar o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, ocasionariam a transição para o socialismo.

Abre-se agora o período das revoluções e o pensamento de Marx daqui por diante marca uma perspectiva crítica e revolucionária e apresenta no Manifesto um programa de ação apoiado no materialismo histórico e dialético, propondo a apropriação dos meios de produção através da abolição da propriedade privada pela ação revolucionária da única classe capaz de reverter à situação de miséria dos trabalhadores: a proletária. Mas como aconteceria tão somente por meio dela se nesse período histórico, entre 1789 a 1848, o mundo era essencialmente rural, ou seja, formado por camponeses?

Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcans, onde a cidade jamais se desenvolvera de forma acentuada, cerca de 90 a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forte tradição urbana, ainda que decadente, a porcentagem rural ou agrícola era extraordinariamente alta: 85% na Lombardia, 72-80% na Venécia, mais 90% na Calábria e na Lucânia, (...). De fato, fora algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro de cada cinco habitantes não fossem camponeses. E até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851 (HOBSBAWM, 1979, p. 27).

No meio século mais revolucionário da história humana, a classe camponesa era predominante, porém, para Marx e Engels, (2008, p. 26), “só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária”. As demais constituem o “lumpemproletariado” que corresponde à “parcela passiva em decomposição das camadas inferiores da velha sociedade” (MARX E ENGELS, 2008, p. 27), tais como: os pequenos industriais, os comerciantes, os artesãos e os camponeses que caminham em direção ao proletariado, portanto, estão em vias de extinção por dois motivos: um referente ao nível econômico e outro ao nível político. O primeiro é dado à incapacidade de concorrer com os grandes capitalistas, uma vez que, pela insuficiência do pequeno capital, não tem condições de adotar novos métodos de produção. O segundo é que essas classes “combatem a burguesia para garantir a própria existência como

classes médias e impedir o próprio declínio” (MARX E ENGELS, 2008, p. 26). Por isso, não têm nada de revolucionárias, são conservadoras e reacionárias, e “quando são revolucionários, é porque estão na iminência de passar para o proletariado, não defendem então os seus interesses atuais, mas futuros, abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado” (MARX E ENGELS, 2008, p. 26).

Sendo assim, os autores planejam a revolução socialista através da tomada do poder político pela classe inferior da sociedade em curso: a proletária. E essa luta contra a burguesia deve ser transnacional, ou seja, tem que ultrapassar as fronteiras nacionais, pois exige que “o proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia” (MARX E ENGELS, 2008, p. 28). Depois da tomada do poder, será instaurada a ditadura do proletariado que corresponde ao “predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado” (2008, p. 44). Isto significa a ascensão do proletariado como classe dominante com o objetivo de aumentar rapidamente as forças produtivas do modo de produção capitalista para, em seguida, derrubá-lo de vez. Mas, para tanto, é preciso tomar algumas medidas que variarão de acordo com os diferentes países. Nos países mais avançados da Europa Ocidental, a exemplo da Inglaterra e da França, serão as seguintes:

1. Expropriação da propriedade latifundiária e utilização da renda da terra para cobrir despesas do estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.
5. Centralização do crédito nas mãos do estado, por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo.
6. Centralização do sistema de transportes nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, desbravamento das terras cultivadas segundo um plano geral.
8. Trabalho obrigatório para todos, constituição de brigadas industriais, especialmente para a agricultura.
9. Organização conjunta da agricultura e da indústria, com o objetivo de suprimir paulatinamente a diferença entre cidade e campo.
10. Educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho fabril de crianças (...).

Integração da educação com a produção material etc. (MARX E ENGELS, 2008, p. 44-45).

Frente às medidas supracitadas, desaparecerá, conseqüentemente, o poder político e todo o antagonismo de classes, e com isto não haverá mais a dominação de uma classe sobre outra. Inclusive o proletariado, que se manteve até então como classe dominante e como tal ao sucumbir às velhas relações de produção e as outras classes em geral, abole também a sua própria dominação de classe e redefine uma nova sociedade: a socialista, na qual a abundância de riquezas será equivalente à satisfação das necessidades de todos.

Na prática, a perseguição a este objetivo ficou mais no sonho do que na possibilidade, pois vários países da Europa, em 1848, inclusive a França, organizaram um conjunto de tentativas para eliminar a exploração do capital sobre o trabalho, mas foram derrotados pela burguesia. Marx mostra na sua obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” que houve um sinal de vitória efêmera no processo revolucionário francês depois da queda da monarquia burguesa de Luís Filipe nas jornadas de fevereiro⁸ de 1848, quando se instalou uma forma de governo provisório, isto é, uma “*república social*”⁹, na qual extinguiram o direito da ação real e todas as classes que participaram desta revolução se encaixaram provisoriamente neste governo, foram elas: a) os social-democratas: a classe proletária; b) a pequena burguesia democrático-republicana; c) a burguesia republicana; d) e todos aqueles que se opunham à dinastia (MARX, 2008). Mas de que lado ficaram os camponeses que constituíam a maior parte da população francesa?

Com a instalação da república social, todos os partidos políticos uniram-se ao Partido da Ordem, o qual posteriormente, nas jornadas de junho do corrente ano, em prol de seus interesses próprios, reuniu às escondidas todos os partidos e classes contra a classe proletária. Enquanto o proletariado neste momento se debruçara principalmente para as medidas a serem tomadas para solucionar os problemas sociais que mais o preocupava, “as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses (...) que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra” (MARX, 2008, p. 26). E, assim, instalaram a República parlamentar no lugar da anterior, com Luís Bonaparte à frente do poder. Diante de tal acontecimento, o que se ouvia pela burguesia era que os objetivos do proletariado de Paris jamais se realizariam, por isso, tratavam-se de devaneios utópicos que deviam ser barrados. A resposta a essa traição foi dada com a “*Insurreição de Junho*” de 1848 do proletariado de Paris, “acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa” (MARX, 2008, p. 26). Os insurretos lutaram contra o partido da ordem em prol da proclamação da república na qual os direitos dos homens fossem garantidos de forma justa. Mas a derrota foi inevitável e os insurretos foram massacrados pelas forças armadas a mando da burguesia, uns foram mortos e outros deportados. Portanto, a luta da classe trabalhadora passou para a estaca zero no cenário revolucionário francês. A república burguesa triunfou

⁸ “O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira” (MARX, 2008, p. 25).

⁹ Prova que “o conteúdo geral da revolução moderna, conteúdo esse que estava na mais singular contradição com tudo que, com o material disponível, com o grau de educação atingido pelas massas, dada as circunstâncias e condições existentes, podia ser imediatamente realizado na prática” (MARX, 2008, p. 25).

com o apoio das outras classes a ela aliadas como: a) a aristocracia financeira; b) a burguesia industrial; c) a classe média; d) a pequena burguesia; e) o exército, o lumpemproletariado organizado em guarda móvel; f) os intelectuais de prestígio; g) o clero; h) a população rural (MARX, 2008). Enquanto que do lado da classe proletária não havia outra classe senão ela mesma. A derrota da minoria, segundo Marx (2008), deve-se à cooptação dos camponeses aos interesses do partido da ordem representado por Bonaparte que, para ganhar popularidade daqueles, prometeu a restauração do império caso fosse eleito. Neste caso, “a idéia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a idéia fixa da classe mais numerosa do povo francês” (MARX, 2008, p. 116). Porém, é preciso termos em mente que:

A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador, não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade, não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do império (MARX, 2008, p. 117).

A recompensa pela aliança foi estabelecida pela divisão do solo francês em pequenas propriedades concedidas aos camponeses. Essa forma de propriedade consolidou as bases materiais para a transformação do camponês feudal em camponês proprietário (livre), dado os seguintes fatores: a) o arruinamento progressivo da agricultura; b) o endividamento constante dos camponeses; c) a alteração nas relações dos camponeses com as outras classes sociais, a exemplo, da substituição dos senhores feudais em usurários urbanos, que substituiu o imposto feudal da terra pela hipoteca¹⁰; d) a substituição da aristocrática propriedade territorial pelo capital burguês (MARX, 2008). Em outras palavras, a forma de propriedade dada por Bonaparte aos camponeses representa a submissão daquela aos lucros, juros e renda do solo para os capitalistas que passam a vê-la daqui por diante como uma fonte de riquezas para si.

Mas no decorrer dos três anos de governo da república parlamentar, de 1848 até o golpe de Estado de Bonaparte que marca o seu fim em 1851, uma pequena fração dos camponeses “(...) desapontados em todas as suas esperanças, esmagados mais do que nunca, de um lado pelo baixo nível dos preços do grão e de outro pelo aumento dos impostos e das dívidas hipotecárias” (Marx, 2008, p. 63), protestaram ainda que superficialmente pelo efeito

¹⁰ “A dívida hipotecária que pesa sobre o solo francês impõe ao campesinato o pagamento de uma soma de juros equivalentes aos juros anuais do total da dívida nacional britânica” (MARX, 2008, p. 119).

do restabelecimento da lei do ensino sob o regime da igreja. Mas, infelizmente, foram reprimidos violentamente pela burguesia que aniquilou os mestres-escolas (camponeses). Isso foi indubitavelmente importante, pois marca um progresso da consciência política de classe da minoria dos camponeses franceses, com os primeiros esforços para se tornarem libertos da ilusão de Bonaparte e da atuação do governo parlamentar.

Depois do golpe de Estado em 1851, alguns camponeses se aliaram aos proletários e protestaram de armas na mão contra o resultado de seu próprio voto nas eleições de 1848, mas sem efeito, pois a palavra já estava empenhada e não podiam voltar atrás, uma vez que “as eleições de 10 de dezembro de 1848 só se consumaram com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851” (MARX, 2008, p. 115), através do qual Bonaparte conquistou o poder e governou sob a forma de um império. E, assim, se fecha o meio século mais revolucionário de todos os tempos, tendo como modelo político a França nesse período histórico.

A partir dessas premissas, levando em consideração que Marx analisou profundamente a conjuntura política da França através dos levantes revolucionários ocorridos entre 1848 e 1851, ele tece duras críticas a aliança feita pelos camponeses conservadores ao partido de Bonaparte e às demais classes que se contrapunham ao proletariado. Para o autor, esses camponeses tradicionais são equivalentes a “um saco de batatas” pelo seu modo de vida e por viverem isolados de outras classes sociais, não estabelecendo uma comunidade de interesses próprios, nem uma organização política. Por isso, são atrasados, conservadores e não constituem uma classe. Aqui merece algumas ressalvas referentes à sucinta definição de classe social presente no “18 Brumário de Luís Bonaparte” de Marx:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 2008, P. 116).

As condições idênticas de vida dos camponeses, segundo a passagem acima, não geram uma forma específica de classe. O que os torna classe são as condições econômicas e sociais que determinam um modo de vida cujos interesses comuns divergem dos interesses de outras classes.

É sabido que Marx não realizou uma sistematização profunda sobre o conceito de classes sociais em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, pois esta não era a sua pretensão.

Dedicou, segundo Bottomore (2001), um capítulo da sua obra “O Capital” a essa temática, mas faleceu antes de concluí-lo. Então, não cabe aqui fazer um inventário sobre o assunto, mas somente mostrar ligeiramente que, na citação acima, está implícito o reconhecimento das formas dúbias de “*classe em si*” e “*classe para si*”, expressões cuja distinção mais precisa Marx fez em “A Miséria da Filosofia”, em 1847, explicando que:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p. 159).

É óbvio que o autor está se referindo ao proletariado industrial do século XIX, mas o mesmo vale para todas as outras classes. No caso dos camponeses franceses, a situação econômica e social de vida somente determina a condição de *classe em si*, mas na medida em que os interesses que determinam essa classe, em oposição, ganham dimensão política, torna-se uma *classe para si*, ou seja, uma classe revolucionária. Então, na compreensão de Marx, os camponeses não constituem uma *classe para si*, mas ele os reconhece enquanto uma *classe em si*. O que prova o reconhecimento de outras classes que estão estruturadas entre o proletariado e a burguesia no pensamento do autor.

Todavia, como já vimos no Manifesto, para Marx, para o funcionamento do capitalismo, somente a classe proletária e a burguesia são fundamentais, as demais como o campesinato e o *lumpemproletariado* estarão sempre na iminência de transitar a qualquer momento para aquelas, principalmente nos períodos de crises do capitalismo quando ocorre o empobrecimento da classe média. Então, do ponto de vista político, para Marx, os camponeses não constituem uma classe para si, não têm força revolucionária. Tal compreensão fez com que o autor deixasse de lado o estudo sobre a questão camponesa para se dedicar à análise da lei de desenvolvimento da agricultura no modo de produção capitalista, tendo como modelo a dinâmica do capitalismo em alguns países da Europa Ocidental.

Marx (1988), a partir dos estudos realizados sobre a conjuntura política e econômica da Inglaterra, exposta na obra “O capital” escrita em 1856, concluiu que, diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a propriedade camponesa tende a desaparecer, passando a ser substituída pela exploração capitalista. Na Inglaterra, este processo foi longo e cruel, tendo começado no final do século XV e início do XVI e se

concretizado no século XIX. Nele, o campesinato foi destruído para atender o desenvolvimento da indústria de lã, suas terras agrícolas foram transformadas em áreas de pastagem para ovelhas e campos de caça. A Lei de Cercamentos das terras comunais, legitimada pela Jurisprudência inglesa, foi a responsável pela expropriação dos camponeses em favor da burguesia que estava diante do florescimento da manufatura de lã que exigia para seu desenvolvimento grandes lotes de terras para aumentar a criação de ovelhas para o seu abastecimento. Marx (1988), para mostrar as atrocidades cometidas contra os camponeses, fez uso da expressão de Thomas Morus: “as ovelhas devoram os seres humanos” (p. 835) evidenciando a situação dos camponeses diante da supressão da propriedade comunal (feudal) e a expansão da propriedade privada capitalista que transformou as terras de lavouras dos camponeses em áreas de pastagens para a burguesia.

Como bem assevera Marx (1988), o sistema de cercamentos serviu como instrumento de roubo para favorecer a burguesia no processo de acumulação de capital:

O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo (p. 841).

Após serem expulsos de seu *habitat*, os camponeses migraram para as cidades, uns foram convertidos lentamente em trabalhadores assalariados da indústria e outros não foram logo absorvidos pela indústria manufatureira de lã e se transformaram em mendigos, ladrões e vagabundos face às circunstâncias que encontraram nas cidades e também pela própria tendência à vadiagem. Os expropriados diante de tal situação receberam tratamentos severos, tais como: açoites, mutilações de parte do corpo, escravização e enforcamentos. Essas foram as medidas tomadas para combater a vadiagem durante os reinados de Henrique VIII, Eduardo VI, Elizabeth além de outros (MARX, 1988).

No capítulo XXIV do “Capital” que aborda “A Chamada Acumulação Primitiva”, Marx (1988) afirma que o processo histórico do capitalismo constitui o elemento principal da separação entre o trabalhador e os meios de produção.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1988, p. 830).

Assim, na medida em que a produção capitalista torna-se independente, a tendência não é somente produzir, mas reproduzir essa separação em escala cada vez maior. Segundo essa compreensão de Marx, o desenvolvimento do capitalismo no campo subentenderia o desaparecimento do campesinato como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva. Tal proposição pressupõe um evolucionismo unilinear do processo histórico, aceitando que a etapa capitalista é a condição necessária para atingir a etapa socialista e, depois, a comunista. Portanto, ela conteria apenas duas classes sociais antagônicas: o proletariado e a burguesia (GUZMÁN E MOLINA, 2005).

No prefácio da primeira edição de “O Capital”, Marx já introduz implicitamente a sua tese fatalista e evolucionista da história da sociedade ao afirmar que “um país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (1988, p. 5). Esse enfoque gerou grandes problemas de interpretação entre os Narodiniks¹¹ russos quando leram pela primeira vez a edição russa de “O Capital” entre 1870 a 1880, uma vez que eles acreditavam na possibilidade da Rússia chegar ao socialismo sem passar pelo capitalismo. Mikhailovski chegou mesmo a afirmar que “O Capital” conteria uma filosofia da história eurocêntrica que faria da passagem pelo capitalismo uma condição universalmente necessária para a realização do socialismo” (FERNANDES, 1982, p. 44-45). Marx, nos últimos anos de sua vida, período de máxima maturação intelectual, se interessou pela questão agrária da Rússia e trocou uma série de correspondências com os narodiniks russos, nas quais percebemos outro Marx, inovado e com grande flexibilidade a respeito da sua concepção da história e também sobre o futuro do campesinato, como veremos a seguir.

A fase que denominamos de o *último Marx* corresponde ao período final da produção teórica do autor, entre 1871 até 1883, ano do seu falecimento. Esse período literário é caracterizado, principalmente, pelos escritos que ficaram obscurecidos durante a vida de Marx e que foram publicados somente postumamente. Entre eles, estão o rascunho e carta a Vera Zasulich e os *Grundrisse*, ambos publicados sucessivamente em 1924 e 1935. Todos os escritos constituídos na fase analisada estão associados a alguns fatos de grande importância política ocorridos nesse momento histórico, tais como: a) a derrota da Comuna de Paris em 1871; b) a expulsão de Bakunin da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT); c) a transferência do Conselho Geral da AIT para Nova Iorque em 1872; d) as lutas internas da

¹¹ Trata-se de uma corrente intelectual e política conhecida como populismo russo que apresenta três etapas de construção: a) a que lhe deu origem, que defendia a “volta atrás” ou seja, algo como o retorno do coletivismo camponês como ideal socialista; b) o narodnismo clássico que defendia a idéia de que era possível se alcançar o socialismo sustentado na comuna rural sem passar pela fase do capitalismo e; c) a expressão prática ou revolucionária que era representada por organizações como “a Vontade do Povo”, Terra e Liberdade e o Partido Social Revolucionário.

AIT que levaram a sua dissolução em 1876; e) as resistências na difusão do marxismo em movimentos operários dos principais países europeus (FERNANDES, 1982). Esses fatos somados ao dilema da questão agrária da Rússia, que exporemos a seguir, contribuíram para a reflexão de Marx sobre novas questões distantes de algumas de suas concepções das fases anteriores, tais como: o reconhecimento da multilinearidade da história da sociedade humana, pondo fim ao equívoco da teoria geral da história. Todavia, devemos destacar, em particular, a distinta compreensão de Marx e Engels sobre a questão russa e a recusa pela tradição marxista, inclusive de Engels, em não aceitar as transformações inovadoras do *último Marx*. Para tanto, classificaremos três períodos da comunicação entre Marx, Engels e os *narodniks*: a) período de oposição às idéias dos *narodniks*; b) período de aproximação de Marx com os *narodniks*; c) período de separação e rejeição com a participação dos marxistas russos.

O primeiro período de comunicação ocorreu entre 1870 a 1880 e se caracteriza pela questão posta pelos *narodniks* a Marx e Engels referente à possibilidade de realizar o socialismo na Rússia ultrapassando o capitalismo. Engels, em resposta à carta de Tkatchov em 1875, realça a distância referente a tal assunto e reafirma que a revolução russa só seria possível com um desenvolvimento das forças produtivas do capital e uma formação do proletariado industrial e da burguesia. Segundo essa visão unilinear que permanece no pensamento de Engels, os camponeses da comuna agrária russa seriam destruídos na medida em que a servidão feudal fosse sucumbida pelo capitalismo. De acordo com o autor:

Somente uma revolução no Ocidente poderia oferecer ao camponês russo as condições necessárias para aquela transição, especialmente os recursos materiais de que precisaria para realizar as transformações que tal revolução implicaria para o seu sistema agrícola (ENGELS *apud* FERNANDES, 1982, p. 44).

Percebe-se então, que para Engels, a permanência do campesinato e a transformação da comuna agrária russa dependeriam de uma ação exógena, ou seja, de uma revolução na Europa ocidental. Talvez Marx também compartilhasse dessa análise de Engels, mas, posteriormente, uma sucinta diferença surgiu entre os dois pensadores, quando Marx, em resposta à acusação de Mikhailovski, nega ser autor de uma filosofia universal da história e sublinha que o capítulo XXIV de “O Capital” é uma análise feita sobre a origem do capital restrita somente à Europa ocidental. Então, dele não se pode extrair uma conclusão a favor ou não da possibilidade da Rússia passar para o socialismo sem experimentar os males do capitalismo, pois se tratam de situações históricas diferentes, a saber:

(...) Nesse movimento ocidental trata-se, portanto, da transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada. Entre os camponeses russos, tratar-se-ia, ao contrário, de transformar sua propriedade comum em propriedade privada (MARX *apud* FERNANDES, 1982, p. 45).

Após analisar profundamente a conjuntura política e econômica da Rússia, Marx concluiu que o capitalismo só poderia se desenvolver segundo as particularidades daquele país. Então, logo demonstra oposição a qualquer compreensão fatalista da história, a qual levaria à extinção do campesinato na sucessão do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista em qualquer país do mundo, e apresenta uma visão multilinear com duas vias contraditórias de desenvolvimento para a comuna agrária russa¹²: uma de possibilidade para uma revolução socialista, sem a necessidade de passar pelo capitalismo, demonstrando certa aproximação com as idéias políticas defendidas por uma corrente dos narodniks, e a outra de transformação radical pela submissão ao regime capitalista que transformaria boa parte dos camponeses em proletários. Essas diferentes vias de desenvolvimento para a comuna agrária russa foram apresentadas por Marx em resposta à carta de Vera Zasulich, em 1881, que será apresentada com maiores detalhes na próxima fase de comunicação com os militantes narodniks.

O segundo período de comunicação data de 1881 até a morte de Marx em 1883. Este período literário é caracterizado pela aproximação de Marx com os projetos socialistas de uma facção dos narodniks, denominada “A Partilha Negra” cuja principal representante é Vera Zasulich, a qual endereçou uma carta à Marx comunicando sobre o debate acirrado entre os populistas e os marxistas russos referente à questão agrária na Rússia depois da leitura de “O Capital”. Nesta carta, Zasulich explica a Marx:

Das duas, uma: ou esta comuna rural – liberada das excessivas pressões fiscais, das indenizações aos grandes proprietários rurais e da arbitrariedade administrativa – será capaz de desenvolver o caminho socialista, isto é, de organizar gradualmente sua produção e a divisão de seus produtos em bases coletivas, caso em que o revolucionário socialista deverá dedicar todas as suas forças para a libertação e o desenvolvimento da comuna; ou, ao contrário, a comuna está condenada à ruína, caso em que ao socialista nada resta senão dedicar-se a cálculos mais ou menos justificados sobre quantos anos levará para que a terra do camponês russo passe às mãos da burguesia, quantas centenas de anos serão, quem sabe, necessárias para que o capitalismo alcance na Rússia o nível da Europa Ocidental (ZASULITCH, 1982, p. 174).

¹² Chamada de “mir”.

Em rascunho da carta-resposta, Marx (1882) aproxima-se das idéias de Zasulitch ao prognosticar a permanência ou decomposição da comuna agrária russa. O autor vai mais longe, ao enfatizar algumas vantagens que poderiam conduzir a comuna agrária a um *desenvolvimento ulterior* que a pouparia dos males do capitalismo, a saber:

Graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta última, sem passar por suas peripécias terríveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, nem é presa de um conquistador estrangeiro, como as Índias Orientais (p. 176).

No final do século XIX, a Rússia era eminentemente agrícola, a comuna agrária manteve-se predominante em escala nacional sob a forma da propriedade comum do solo. Marx (1882) viu nessa “vantagem do atraso¹³” a possibilidade da Rússia transitar ao socialismo a partir da evolução ulterior de sua comuna agrária. Ou seja, a propriedade comum da terra permitiria fazer uma transformação direta: da agricultura parcelar para uma agricultura coletiva. Essa passagem histórica a ser realizada pelos camponeses aconteceria, principalmente, do ponto de vista econômico, pela vantagem da contemporaneidade da produção capitalista dos países da Europa ocidental, que poderiam fornecer as condições materiais e intelectuais para o seu desenvolvimento, como por exemplo: a incorporação do conhecimento técnico-científico para garantir o trabalho coletivo organizado em grande escala. Mas, para isso, seria necessário colocar a comuna russa em seu estado normal de produtividade para suplantá-la a forma insustentável em que se encontrava naquele momento histórico, que, além da infertilidade do solo e das fracas colheitas, estava submetida ao poder estatal por meio do fisco e dos grandes proprietários de terra que ameaçam a existência da comuna se apropriando dos solos mais férteis da Rússia. Portanto, era preciso derrubar o Estado czarista que acabava de criar um capitalismo (à custa da força de trabalho dos camponeses) na forma de “estufa” em resposta à pressão da Europa ocidental para implantar: bancos, bolsas, ferrovias e comércio. A insustentabilidade da comuna russa favorecia os interesses articulados no Estado que pretendia transformar a sociedade russa em novos segmentos sociais, para tanto, “é preciso constituir em classe média rural a minoria mais ou

¹³ A situação histórica da Rússia, com a resistência da comuna rural ao mesmo tempo em que o capitalismo se desenvolvia na Europa Ocidental, sobretudo na Inglaterra, possibilitaria uma passagem direta ao socialismo sem sofrer a expropriação direta dos produtores (MARX, 1882).

menos rica dos camponeses e converter a maioria em simples proletários” (MARX, 1982, p. 185). Na busca de soluções para evitar tal catástrofe, Marx chama a atenção para uma rápida revolução russa na tentativa de preservar a comuna. Nas palavras do autor:

Se a revolução for feita a tempo, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar um livre curso à comuna rural, logo ela se desenvolverá como um elemento regenerador da sociedade russa e como fator de superioridade sobre os países submetidos ao regime capitalista (1982, p. 185).

Na citação acima, percebemos a mudança no pensamento de Marx quanto ao papel histórico da comuna agrária, ou seja, do campesinato russo, pois estaria nele a possibilidade da *regeneração social* da Rússia. Ou seja, a resistência da comuna russa, ao mesmo tempo em que o capitalismo se desenvolvia nos países ocidentais, indicava um passo à frente em direção ao socialismo, portanto, na visão de Marx (1982), constituía a base para uma revolução socialista no Ocidente. Esse fato ficou obscurecido por muito tempo por dois motivos: o primeiro é de cunho político, pelo fato de Vera Zasulitch anos mais tarde romper com o pensamento dos narodniks e se converter ao marxismo russo, fundando o movimento denominado de “A Liberdade do Trabalho”, por isso, a carta-resposta enviada por Marx foi engavetada pelos membros de seu partido e descoberta somente em 1924. O segundo foi que, após a morte de Marx em 1883, anos depois, Engels retomou a comunicação com Zasulitch e distorceu a análise feita por Marx.

Em 1882, Marx em parceria com Engels prefaciou a edição russa do “Manifesto do Partido Comunista”, no qual os autores confirmam a tese dos narodniks sobre a passagem direta ao socialismo, mas fazem uma ressalva, desde que seja realizada em conjunto com a revolução do Ocidente. Conforme o autor, “se a revolução russa der o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (1882, p. 46). Aqui há uma pequena diferença no pensamento de Marx que tende à ligação com a fase posterior: de separação e oposição ao pensamento narodinista.

O último período de comunicação com os narodniks ocorreu sem a participação de Marx. Esse período literário, entre 1883 até 1894, é caracterizado pelo rompimento com o pensamento dos narodniks. Depois do falecimento de Marx, Engels torna-se a principal referência teórica para os grupos marxistas que estavam se organizando na Rússia. Nessa condição, envia cartas à Vera Zasulitch e a Nikolai Franzewitsch Danielson. Em carta à Vera, em 1885, reafirma a sua concepção de que a revolução que estava a ponto de estourar na

Rússia seria do estilo jacobino, a ser realizada pela burguesia para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo (ENGELS, 1982). Em carta a Danielson, em 1893, o autor insiste em dizer que somente uma revolução socialista no Ocidente poderia livrar a Rússia do desenvolvimento do capitalismo. Dava à Rússia um vínculo subalterno em relação ao Ocidente, que depois da suposta revolução, os restos da propriedade comum que ficariam na Rússia deveriam se adaptar ao novo tipo de propriedade comum surgida da superação do capitalismo no Ocidente (ENGELS, 1982).

Em 1890, o antagonismo entre os narodniks e os marxistas russos tornou-se mais acirrado. Engels, por sua vez, envolveu-se e deu suporte ao grupo marxista “Libertação do Trabalho” e rompeu de vez com as idéias dos narodniks, sem deixar nenhum rastro de aproximação. É tanto que, em 1894, o autor escreve o “Epílogo à questão social na Rússia” e reafirma mais uma vez a sua tese do desenvolvimento do capitalismo e que “a iniciativa para a transformação da comuna russa não pode sair do seu interior, mas unicamente do proletariado industrial do Ocidente” (ENGELS, 1982, p. 47). Demonstrando, então, a sua persistência quanto à origem exógena da revolução russa.

Nas palavras de Engels:

Somente quando a produção capitalista for superada em sua pátria e nos países onde floresce, somente quando, através do seu exemplo, os países atrasados puderem ver “como se faz”, como a coletividade utiliza as forças produtivas industriais modernas em função da propriedade socialista, só então esses países poderão tomar aquele caminho mais curto de desenvolvimento, quando então terão a garantia do sucesso. E isto vale não só para a Rússia, mas para todos os países que se encontram em uma etapa de desenvolvimento pré-capitalista (ENGELS, 1982, p. 48).

Pelo exposto, percebemos que Engels sempre enfatizou a objetividade das leis de desenvolvimento do capitalismo para todos os países do mundo. O que significa que este autor em suas análises não considerou as particularidades históricas de cada país. E, quanto ao campesinato, de fato, surgiu uma brecha de resistência com Marx ainda em vida, mas depois foi negada pelo próprio Engels.

Todavia, a discussão sobre a sobrevivência ou a extinção do campesinato no desenvolvimento do capitalismo ganhará novos contornos com a publicação dos *Grundrisse* em 1934. Estes escritos ficaram inéditos durante toda a trajetória intelectual de Marx, mas cabe salientar que foram escritos em 1858. Classificamos este período como o do último Marx, pelo fato dos escritos terem sido encontrados muito depois da sua morte. Nestes escritos, a extinção do campesinato já não aparece como uma tendência inexorável do

desenvolvimento capitalista na agricultura, pois, para Marx, o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não-capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação (MARX *apud* TARGINO E MOREIRA, 2008).

Em suma, admitimos que somente a partir dos escritos obscurecidos da fase denominada de o “*último Marx*” atentamos para a acentuada diferença entre Marx e Engels. Com efeito, Marx, na última fase de sua produção teórica, negou ser o fundador de qualquer filosofia da história e apresentou as formas dúbias de desenvolvimento para a Rússia, conforme a sua visão multilinear e unilinear da história humana. Todavia, depois de seu falecimento, em 1883, a sua visão multilinear de desenvolvimento da sociedade foi rejeitada pelos grupos marxistas russos rivais dos *narodniks*. Nessa condição, subentende-se que Engels, ao dar suporte ao grupo marxista “Liberdade do Trabalho”, negou a aproximação de Marx com os *narodniks* e a sua concepção sobre a possibilidade da Rússia passar diretamente para o socialismo sem decompor o seu campesinato com o desenvolvimento do capitalismo. Talvez tenha sido por incompreensão do pensamento de Marx por parte de Engels que a questão agrária e o campesinato no interior do marxismo até hoje constituem-se como temas polêmicos. E isto se deve ao duplo enfoque de análise de Marx e Engels que se difundiu no marxismo: Engels expunha a desagregação do campesinato com a possibilidade de transição para um capitalismo subordinado ao Ocidente, enquanto Marx indicava para uma ruptura revolucionária para garantir a sobrevivência do campesinato russo que serviria de estímulo para a eclosão da revolução socialista nos países do Ocidente. Há indícios que o enfoque de Marx inspirou a teoria política de Lênin¹⁴ e os bolcheviques com a eclosão da revolução russa de 1917. Enquanto que o enfoque de Engels inspirou Plekhanov e os *mencheviques*.

No entanto, sabemos que nem as previsões de Marx e nem as de Engels foram confirmadas em sua plenitude pela história, mas entendemos que são fundamentais para a compreensão dos debates travados sobre o campesinato até os dias atuais no interior do pensamento marxista. É sabido também que as disjunções existentes entre o pensamento de Marx e Engels na última fase de o “*último Marx*” inspirou duas grandes correntes socialistas: o marxismo ortodoxo e o marxismo heterodoxo. Cabe a nós procurar saber qual é o papel do campesinato no desenvolvimento do capitalismo sob a ótica de alguns autores clássicos que se expressam nestas duas correntes marxistas.

¹⁴ Vale acrescentar que, apesar de Lênin ter visto a realidade russa de acordo com as idéias de Marx, depois da revolução, este pensador aderiu às idéias de Engels sobre a decomposição da comuna russa com base na visão unilinear do progresso histórico. Todavia, posteriormente, essa teoria foi repensada por ele quando firmou aliança com os neo-*narodniks* para a efetivação da revolução socialista.

1.2 O campesinato na concepção de Kautsky e Lenin: teóricos marxistas ortodoxos ou heterodoxos?

A princípio, consideramos que seja mais oportuno distinguir as duas correntes marxistas postas em questão, para depois mostrar a idéia geral das obras clássicas de Kautsky e Lênin no que diz respeito ao campesinato. No sentido etimológico, a palavra ortodoxia vem do grego “*orthos*” que significa certo e “*doxa*” opinião, portanto, ortodoxia é a crença correta, conforme os princípios tradicionais de qualquer doutrina ou religião. Ao contrário da palavra heterodoxia, que vem do grego “*heterodoxo*” que significa de opinião diferente, ou seja, é o desvio de princípios doutrinários (FERREIRA, 2000). No que se refere ao marxismo, a eclosão de sua primeira crise com a revisão crítica dos trabalhos de Marx e Engels, a partir de 1889, pode servir de base para compreender o embate travado entre os marxistas ortodoxos e os marxistas heterodoxos. Não que seja preciso aprofundar no assunto, mas somente introduzir minuciosamente tal diferença.

A ortodoxia no marxismo surgiu no final do século XIX e primeira metade do século XX em prol da fidelidade ao método dialético na teoria marxista diante do revisionismo de Eduard Bernstein que pretendia excluí-lo. Sobre isso, Lukács afirma que:

O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso (2003, p. 64).

A citação acima evidencia que a corrente marxista ortodoxa defende o *status quo* do método dialético presente nos trabalhos de Marx e Engels, contra a corrente revisionista liderada por Bernstein, que rompe com o marxismo ortodoxo ao rejeitar os pressupostos teóricos do materialismo histórico através da negação da dialética (LUKÁCS, 2003). Isto provocou um grande cisma no seio do Partido da Social-Democracia alemã, durante a Segunda Internacional, que foi considerada a primeira crise do marxismo. Como vimos, o revisionismo é um desvio das bases teóricas do marxismo oficial, portanto, é uma corrente heterodoxa do marxismo, pois a rejeição e a exclusão da dialética por Bernstein aproximou-o

do idealismo kantiano e do positivismo, ocultando de sua teoria todas as contradições do capitalismo em defesa de um reformismo anti-revolucionário. Apesar de ter descaracterizado a teoria marxista, tirando o seu conteúdo crítico e transformador, o revisionismo ganhou simpatizantes em vários países do mundo, espalhando neles diversas concepções heterodoxas, com variados níveis de distorções dos pressupostos teóricos e metodológicos do marxismo ortodoxo. É contra o ecletismo que Lukács (2003) chama a atenção, lembrando que o marxismo ortodoxo não significa a tradição do pensamento de Marx e Engels, mas a luta permanente contra o pensamento burguês que a todo custo quer barrar o sentido do socialismo.

Nas palavras do autor:

A função do marxismo ortodoxo – a superação do revisionismo e do utopismo – não é, portanto, uma liquidação definitiva de falsas tendências, mas uma luta incessantemente renovada contra a influência perversora das formas de pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado. Essa ortodoxia não é a guardiã de tradições, mas a anunciadora sempre em vigília da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico (2003, p. 104).

Entretanto, em um sentido mais amplo, o marxismo ortodoxo constitui a primeira corrente que incorpora o conjunto de desenvolvimento do pensamento de Marx e Engels, com o objetivo de criar uma estratégia teórica e metodológica para orientar o proletariado a derrubar o capitalismo e atingir o socialismo. É caracterizado pelos seguintes aspectos teóricos: a) incompreensão do arcabouço teórico do livro *O capital*, influenciada por três fatores, a saber: 1) ao modo peculiar de Marx escrever, ao destinar assuntos centrais a notas de rodapé de páginas; 2) ao equívoco da generalização da evidência empírica do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra para todos os países do mundo e; 3) ao desconhecimento da metodologia¹⁵ utilizada por Marx nesta obra; b) falsa interpretação do *último Marx* por Engels por não aceitar a diferenciação do pensamento de Marx nas três fases (juventude, maturidade e *último Marx*), sobretudo, na última, ao não aceitar a proximidade que se operou no pensamento de Marx com a concepção narodinista ao ver a possibilidade de uma via camponesa; c) unilateralidade do processo histórico, uma vez que os marxistas ortodoxos acreditam na teoria geral dos modos de produção, em que a passagem de um modo de produção a outro, como já foi dito anteriormente, dá-se pelo descompasso entre as formas

¹⁵ Segundo Gusmán e Molina (2005), a lei universal referente à sequência de modos de produção foi utilizada por Marx “tão-somente como modelos ou cortes históricos, em seu processo de avaliação no interior de seu método de regressão histórica” (p. 41).

de produzir, de pensar e atuar dos homens, surgindo novas lógicas sociais que substituirão as anteriores, transformando a forma de atuar sobre a natureza para dela tirar as condições necessárias para sobreviver. Ou seja, o processo unilinear da sociedade funciona conforme as leis do movimento econômico, isto é, do modo de produção comunista primitivo, passou-se para o modo de produção escravista, o qual foi substituído pelo modo de produção feudal, que foi ultrapassado pelo modo de produção capitalista, que será supostamente substituído pelo modo de produção socialista. Para o marxismo ortodoxo, Marx teria pressuposto essa mesma lógica sequencial dos modos de produção para todas as sociedades históricas; d) consideração da agricultura como um ramo da indústria, hipótese efetuada por Marx após analisar a agricultura européia em pleno desenvolvimento do capitalismo, mais precisamente na Inglaterra como consta no livro *O capital* (GUSMÁN E MOLINA, 2005).

A partir dessas breves considerações sobre o marxismo ortodoxo, percebemos que esta corrente teórica orienta-se pelos escritos da fase da maturidade de Marx e não considera a diferenciação das demais fases do pensamento do autor, por isso, caracteriza-se pela rigidez oficial do marxismo, contrapondo-se a outras correntes consideradas marxistas, mas que apresentam certas discrepâncias em relação a esta.

Após essa explanação referente à corrente marxista ortodoxa, cabe agora verificar como a questão agrária e o campesinato foram interpretados por ela e pelos autores clássicos que se orientaram por tal.

De acordo com Gusmán e Molina (2005), denomina-se de marxismo ortodoxo agrário o contexto teórico que interpreta a questão agrária no desenvolvimento do capitalismo a partir das seguintes características: a) evolução unilinear; b) sequência histórica; c) dissolução do campesinato; d) superioridade da grande empresa agrícola e; e) contraposição entre a grande e a pequena produção.

A questão agrária analisada de acordo com a tese da evolução unilinear dos marxistas ortodoxos funciona da seguinte maneira:

As transformações que se operam na agricultura respondem às mudanças que se produzem na sociedade global. Essas mudanças estão determinadas pelo crescimento das forças produtivas e a configuração do progresso como resultado, gerando formas de polarização social nas quais se produz um processo acumulativo de formas de exploração social (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 49-50).

Neste contexto, a sequência de fases históricas das formas de exploração foi: da escravidão na civilização antiga passou-se para a servidão na Idade Média e depois para o

trabalho assalariado na Idade Moderna. Para o marxismo ortodoxo agrário, essas formas de exploração dependem da lógica do desenvolvimento das forças produtivas. “Portanto, as transformações que tem lugar no campo se produzem seguindo uma seqüência histórica de modos de produção irreconciliáveis entre si” (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 50). Desta forma, o modo de produção capitalista se constrói sob as bases das antigas relações sociais e econômicas do modo de produção anterior, determinando a dissolução do campesinato por ser uma forma de organização social própria do modo de produção passado.

A corrente marxista ortodoxa agrária, segundo Gusmán e Molina (2005), defende a tese que “a centralização e a concentração, como processos necessários ao capitalismo industrial eliminam o campesinato da agricultura por ser ele incapaz de se incorporar ao progresso técnico” (p. 50). Acredita na superioridade técnica da grande exploração agrícola perante a pequena exploração, principalmente, pela vantagem de adaptação daquela ao funcionamento da agricultura capitalista. Essa contradição entre ambas acontece porque “a dinâmica do capitalismo gera uma confrontação entre o campesinato e o latifúndio, que tem como desenlace a proletarianização do campesinato e a polarização social do campo” (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 50-51).

A tese da dissolução e proletarianização do campesinato, bem como da superioridade técnica da grande propriedade agrícola em comparação à pequena produção camponesa, foram formuladas por Lênin e Kautsky em seus estudos sobre a questão agrária no desenvolvimento do capitalismo. Por isso, o marxismo ortodoxo agrário atribui a ambos a inevitável tendência ao desaparecimento do campesinato no modo de produção capitalista. Mas, como chama a atenção Paulino e Almeida (2010), “é necessário ressalvas à questão do marxismo ortodoxo agrário de Kautsky e Lênin, além disso, é preciso considerar suas diferenças interpretativas em relação à questão agrária” (p. 22). Isso porque, ao tentarem explicar a evolução do campesinato conforme a visão unilinear do processo histórico, tecem profecias quanto ao seu fim com o avanço das relações capitalista no campo. Porém, em seus trabalhos, há elementos teóricos que se opõem a tal formulação e confirma a resistência camponesa no modo de produção que o oprime. É neste contexto que será discutida a seguir a questão da existência ou não do campesinato no pensamento desses dois autores.

Karl Kautsky (1972, 1986), com a publicação em 1898, de sua obra “*A Questão Agrária*”, além de descrever a influência do capitalismo sobre a agricultura e as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX, mas precisamente na Alemanha, faz prognósticos para o novo século no que se refere à introdução do capitalismo no campo. Neste momento, o autor vivia um momento ímpar na sua vida, pois,

além de desfrutar de grande prestígio intelectual entre os marxistas, era um dos líderes da Segunda Internacional. O objetivo principal do autor na mencionada obra foi analisar como o capital se apropria da agricultura na Alemanha (área de investigação geográfica dele), evidenciando que a grande propriedade agrícola é superior à pequena propriedade camponesa, dado o fato da penetração do capitalismo no campo favorecer aquela, por ser a melhor em satisfazer as necessidades da grande indústria agrícola. Neste caso, a pequena unidade de produção por não ter condições para se fortalecer tecnicamente para desenvolver as atividades capitalistas tenderia a diminuir ou desaparecer¹⁶ (KAUTSKY, 1972). Essa profecia foi tecida pelo autor ao analisar o processo da integração indústria-agricultura que determinou um novo ritmo de vida do camponês alemão que passou a depender do capital para realizar as suas atividades. Em outras palavras, o camponês terminou se envolvendo com o sistema capitalista e passou a produzir para o mercado, dependendo de dinheiro para comprar as coisas necessárias para o seu sustento, bem como, as ferramentas e produtos industrializados para a sua produção agrícola. Então, nas palavras de Kautsky (1972), o camponês:

(...) deixa, portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (p. 128-129).

A consequência da integração da agricultura com a indústria imposta pelo capital ao camponês deixou-o mais vulnerável e dependente da indústria, por isso, a sua existência como tal estaria com os dias contados.

Sobre essa integração, Kautsky afirma:

Quanto mais este processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica a que, primitivamente, o camponês se dedicava, e mais aumenta a necessidade de dinheiro não só para comprar coisas que não são indispensáveis, ou que são até supérfluas, mas também para comprar coisas necessárias. Já não pode continuar a explorar a sua terra nem prover ao seu sustento sem dinheiro (1972, p. 26).

Na citação supracitada, não podemos ignorar três fatores condicionantes à submissão do camponês ao capital, quais sejam: o primeiro refere-se ao avanço tecnológico proveniente da Revolução Industrial, durante a qual, foram inventadas diversas máquinas com os objetivos

¹⁶ Para Kautsky (1972), o campesinato é compreendido como um vestígio de modos de produção pré-capitalistas, talvez por isso, acredite no seu fim no capitalismo.

principais de reduzir a penosidade do trabalho na terra e de aumentar a sua produção; o segundo fator insere-se no contexto citado anteriormente e se refere à falta de recursos financeiros pela maioria dos camponeses para comprar tais equipamentos que naquele momento fazia-se necessário para tocar à frente a sua produção diante da sua recém inserção no mercado. Em prol destes, surgiram os empréstimos junto aos usurários para comprarem equipamentos e máquinas. Estes, porém, em contrapartida, impunham a hipoteca das terras dos camponeses como forma de garantir o pagamento. Os que experimentaram deste milagre caído do céu perderam suas terras, uns migraram para as cidades em busca de empregos e outros permaneceram no campo, mas trabalhando em grandes propriedades. Os poucos que tinham recursos para obter equipamentos compraram e continuaram no campo, mas adotaram novas formas de uso de terra no intuito de aumentar a sua produtividade. Para isso, passaram a organizar a produção com base no método de rodízio das culturas e na divisão do trabalho na terra, buscando cultivar mais os produtos que tivessem os melhores preços no mercado, reduzindo ou até mesmo deixando de cultivar os cereais para a sua alimentação, passando, então, a comprá-los (KAUTSKY, 1972).

Foi com base nesses pressupostos que Kautsky (1972, 1986), inspirado na obra “O Capital” de Karl Marx, analisou a questão agrária utilizando-se de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como por exemplo: a mais-valia; o lucro; a renda da terra; as classes sociais e outros. Portanto, a organização social camponesa não foi analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas do espaço econômico em que se realiza. Desse ponto de vista, o autor defende a superioridade técnica da grande exploração em relação à pequena, que, associada às desigualdades geradas pela penetração do capitalismo no campo, condenaria o campesinato à proletarianização, à pobreza e à exclusão sendo sua tendência diminuir ou desaparecer. Kautsky realmente procura e se esforça para provar que a grande exploração é bem mais vantajosa que a pequena. E, dentre essas vantagens, destaca: a) a idéia que há na pequena exploração desperdício de trabalho; b) a hipótese que somente na grande exploração pode ocorrer a utilização racional e proveitosa de máquinas, animais, irrigação, drenagem, instrumentos e conhecimentos escolares e técnicos para o manejo da terra; c) somente a grande exploração terá maiores vantagens ao comércio e ao crédito; d) os bons salários e uma boa alimentação serão oferecidos somente pela grande exploração.

Contudo, o autor ainda afirma que a grande exploração não é necessariamente a melhor, dado ao fato que o aumento da empresa agrícola ocasiona uma expansão de prejuízos materiais, dentre tais, podemos citar o maior emprego de força-de-trabalho e meios para o

transporte dos trabalhadores. Porém, essa vantagem da pequena exploração somente ocorria em casos especiais, já que, no geral, as vantagens prevaleciam para as grandes explorações.

Kautsky ainda projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista. E dentro desse processo, a tendência do campesinato é a sujeição e a proletarização no capitalismo e ao Estado, no socialismo. De acordo com o autor,

(...) é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de “tubarões” do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhes alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma em uma força de trabalho especialmente respeitada (KAUTSKY, 1986, p. 391).

Kautsky propõe a implantação do socialismo através da instalação das cooperativas, transformando o camponês em um determinado tipo de proletário. Para o autor:

Quando as cooperativas socialistas (...) tiverem afirmado a sua vitalidade, quando tiverem desaparecido os riscos que hoje ameaçam ainda qualquer empresa econômica, quando o camponês já não tiver que recear tornar-se um proletário pelo abandono dos seus bens, então ele reconhecerá que a propriedade individual dos meios de produção é um obstáculo que impede de chegar a uma forma superior de exploração, um obstáculo de que ele se desembaraçará com prazer (KAUTSKY, 1972, p. 176).

No entanto, o camponês que tiver consciência que sua salvação será pela produção agrícola cooperativa, compreenderá também que esse tipo de produção só haverá na altura em que o proletariado tiver força para modificar a forma da sociedade em conformidade com os seus interesses. Porém, nessa altura, claro que ele já será socialista. Desta forma, Kautsky enfoca o processo de diferenciação social, embora admita a superioridade da grande propriedade. Deixa bem clara a possibilidade de resistência da pequena produção camponesa, principalmente se ela for capaz de se associar e cooperar, pois a grande exploração necessita de um bom número de pequenas propriedades para sua exploração industrial, no qual a pequena fornecerá matéria-prima e ainda servirá como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração necessite de trabalhadores assalariados. Por isso, o autor sugeriu que os camponeses, para superarem as suas dificuldades, se organizassem em ligas, isto é, em uma forte organização socialista de produção para enfrentar o capitalismo agrário.

Em suma, subentende-se que a produção científica de Kautsky se distancia da visão unilinear do marxismo ortodoxo e se aproxima da abordagem multilinear¹⁷ do marxismo heterodoxo, contribuindo, assim, para a discussão sobre a resistência da produção camponesa ao apontar algumas estratégias de sua recriação, tais como: a) a opção pelo trabalho acessório (impulsionado pelas ruínas de algumas pequenas unidades produtivas) para complementar a renda familiar; b) a difusão da idéia de que as cooperativas e a ação do Estado poderiam favorecer os pequenos produtores; c) ao funcionalismo complementar da grande exploração e da pequena exploração, onde uma torna-se o sustentáculo da outra e vice-versa, isto é, de um lado, a grande exploração dá oportunidade de emprego para os camponeses, por outro lado, a pequena exploração torna-se um sustentáculo para a grande propriedade na medida em que fornece para ela força-de-trabalho. É tanto que ambas sempre se localizam em áreas próximas.

Outra obra que merece destaque sobre o estudo do processo de penetração do capitalismo na agricultura é *“O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”* de Lênin publicada em 1899. Esse autor também defendeu a tese da desintegração do campesinato e argumentava que os camponeses apresentavam formas contraditórias ao capitalismo, uma vez que, detendo os meios de produção, eles representavam um entrave ao avanço do capitalismo e, assim, viviam em uma situação intermediária entre “não” ser totalmente um capitalista e “não” ser um proletário propriamente dito. Lênin (1982) traz uma abordagem sobre a situação do camponês frente ao processo capitalista, onde o camponês na economia mercantil torna-se inteiramente subordinado ao mercado, dependendo deste tanto para seu consumo próprio como para sua atividade agrícola, o que resulta na criação de um mercado interno para o capitalismo.

Para Lênin (1982), o processo de desintegração do campesinato na Rússia foi consequência de vários fatores que ocasionou o empobrecimento do camponês, quais sejam: o problema do arrendamento da terra; a compra de terras; os implementos agrícolas aperfeiçoados; as atividades temporais; o progresso da agricultura mercantil; e o trabalho assalariado. Essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo fizeram com que ocorressem mudanças nas classes sociais rurais, pois “o campesinato antigo não se

¹⁷ O marxismo heterodoxo, corrente teórica dos populistas russos, cuja maior representante foi Rosa Luxemburgo, aborda a visão multilinear do marxismo e defende a idéia de que para alcançar o modo de produção socialista e depois a comunista, poderia-se ultrapassar o modo de produção capitalista. Portanto, não acredita na hipótese de que todas as sociedades teriam que passar pela seqüência dos modos de produção. Nessa corrente, a extinção do campesinato já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, pois o capital é contraditório ao se utilizar de relações não-tipicamente capitalistas, portanto, pode criar e recriar as mesmas para se desenvolver, contanto que favoreçam ao processo de acumulação (GUZMÁN E MOLINA, 2005).

‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural (...)” (1982, p. 114), que passaram a constituir a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista.

Na visão de Lênin (1982), o camponês é tido igualmente como na concepção de Kautsky, como vestígio de modos de produção pré-capitalistas, porém, existe uma nítida diferença quanto ao papel político do campesinato. A concepção defendida por Lênin admite que os camponeses pobres possam ser sujeitos ativos da transformação das estruturas da sociedade mediante a aliança com a classe operária, embora de maneira subordinada.

Lênin (1982) ainda nos remete ao processo de diferenciação interna do campesinato. Essa diferenciação consiste no empobrecimento da grande maioria dos camponeses e, simultaneamente, no aumento do poder financeiro e do controle sobre maiores extensões de terra por parte de uma parcela ínfima desse mesmo campesinato. Desse processo resultariam fragmentos sociais diferenciados: os camponeses ricos (em sua minoria que supostamente viria a constituir os capitalistas agrários); os camponeses pobres (que em prol de sua sobrevivência terão que vender sua força de trabalho formando o proletariado rural); e os camponeses médios (com o passar do tempo passariam a aumentar a fila dos proletários rurais).

Nesse sentido, o autor apresenta-nos duas vias possíveis para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, a saber:

Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e pode verificar-se também, tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirparão do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e, sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros (LÊNIN, 1980, p.29-30).

A tese da dissolução do campesinato defendida por Lênin (1980) foi posteriormente revista por ele quando apresentou essas duas vias para o desenvolvimento capitalista: a via prussiana e a via americana. Na primeira, a exploração feudal do latifundiário conserva-se e se transforma aos poucos numa exploração puramente capitalista do tipo “junker” (latifundiários nobres prussianos), condenando os camponeses a décadas da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma minoria de

“Grossbauers” (lavradores abastados). Na verdade, nesta via, o objetivo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema diários do tipo “júnkers”. Na segunda, “ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais” (LÊNIN, 1982, p. 30). Desta forma, predomina o camponês que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até se converter no granjeiro capitalista, ou seja, o conteúdo da via americana está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês.

Apesar de Lênin ter a consciência de que não era possível desencadear um processo revolucionário de transformação social sem o apoio político dos camponeses (na suposta aliança operário-camponesa), ele não elevou o campesinato à mesma altura do proletariado no que se refere à tarefa de construção do socialismo.

Contudo, é importante acrescentar que Lênin (1982) efetuou estudos sobre a questão agrária na Rússia, em condições completamente diferentes dos estudos feitos por Kautsky na Alemanha. Pois, neste país, o capitalismo já havia consolidado, enquanto na Rússia, houve um retardo do desenvolvimento do capitalismo, portanto, ainda permaneciam características do antigo regime feudal.

Porém, Lênin (1982) se contrapunha ao pensamento ideológico do movimento populista, cujos integrantes, a exemplo de Chayanov, difundiam idéias que a Rússia, por ser um país agrícola, não possuía características de países capitalistas da Europa Ocidental. Então, preocuparam-se em preservar as comunidades aldeãs e tradicionais, no sentido de manter características do sistema socialista, evitando, dessa maneira, chegar ao estágio histórico do capitalismo, transitando diretamente do feudalismo para o comunismo. Esse posicionamento teórico incomodava Lênin, que afirmava com particular força, através da pesquisa empírica e de dados estatísticos na sua obra, que a Rússia já se encontrava dentro da economia capitalista, mesmo que atrasada.

Em suma, aparentemente, Lênin segue a leitura unilinear de Marx, ao afirmar que o emprego da mão-de-obra assalariada é o indicador direto do desenvolvimento do capitalismo no campo. Mas também apresentou uma visão multilinear do desenvolvimento capitalista na agricultura, ao apresentar, como idéia central no seu estudo, que o capital pode criar diferentes formas de propriedades na agricultura, mesmo que estejam submissas ao seu desenvolvimento, tais como: a medieval, a clã e a comunal.

Contudo, é óbvio que as interpretações de Kautsky e Lênin sobre a desintegração do campesinato se encaixam nas orientações da corrente marxista ortodoxa que era a dominante no período histórico em que escreveram as suas famosas obras. Mas também não podemos

ocultar a grande contribuição desses dois autores, tão sagazes para a época, que se aproximam das orientações do marxismo heterodoxo sobre a resistência camponesa no desenvolvimento do capitalismo. Kautsky foi longe, neste sentido, pois identificou a resistência camponesa ao lado da concentração da grande propriedade capitalista. De fato, o autor afirma que o modo de produção capitalista domina a sociedade atual, mas não significa que seja a única forma de produção existente, pois ao lado da grande exploração agrícola encontram-se ainda restos de modos de produção pré-capitalistas. Ele, com base na sua pesquisa empírica, deu-nos o exemplo concreto da empresa Nestlé em Vevey na Suíça, “cujos habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas não são mais agricultores livres” (AMIN E VERGOPOULOS *apud* PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 22). Ou seja, com a subordinação da agricultura camponesa à indústria, o camponês se reduz à mera condição de um trabalhador disfarçado. Enquanto Lênin, da mesma forma que Kautsky, autodenominou marxista ortodoxo, porém, deixou brechas em suas análises sobre a resistência do campesinato. O que lhe rendeu críticas por parte do Partido da Social-Democracia que, a partir de 1907, acusou-lhe de ter se transformado em um narodinista russo. Sobre isso, Shanin (1980) afirma que Lênin, desde 1907, “(...) passa a reconhecer certo exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, e, ainda que implicitamente, a aceitar a permanência de traços camponeses” (p. 55).

Comprovada a resistência camponesa no pensamento de Kautsky e Lênin, mesmo que seja sucintamente, podemos agora classificá-los como teóricos clássicos que se posicionaram na interface entre o marxismo ortodoxo e o marxismo heterodoxo. Afirmamos isso sem dúvida alguma, pois essas entre outras análises aqui apresentadas foram ignoradas pela postura dogmática do marxismo ortodoxo, que via somente na burguesia e no proletariado as únicas classes do capitalismo. Isto devido ao entendimento do desenvolvimento histórico em etapas, conforme dito aqui anteriormente, isto é, do feudalismo para o capitalismo e deste para o socialismo. Compreensão muito cara para alguns estudiosos sobre essa temática no Brasil como veremos mais adiante neste trabalho, pois os partidos comunistas que se instalaram pelo mundo inteiro, reproduziram a tese etapistas, influenciando muitos países capitalistas periféricos. Todavia, com o passar do tempo, tal tese foi questionada com diversas críticas referentes à compreensão do campesinato no marxismo ortodoxo. É neste contexto de críticas que apresentaremos a seguir o campesinato no marxismo heterodoxo a partir das contribuições de Rosa Luxemburgo e Chayanov.

1.3 O campesinato no marxismo heterodoxo: a teoria dos “espaços vazios do capitalismo” de Rosa Luxemburgo e a teoria da economia camponesa de Alexander Chayanov

Alguns desvios à ortodoxia marxista foram apresentados por Rosa Luxemburgo (1985) na sua obra *“A Acumulação do Capital”*, na qual se opõe a interpretação marxista referente à realização da mais-valia e sobre a existência do campesinato no capitalismo. Segundo a autora, o esquema da reprodução do capital¹⁸ apresentado por Marx é insuficiente e limitado.

Sobre isso, Luxemburgo (1985) afirma:

(...) historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças

¹⁸ Luxemburgo (1985) mostra claramente como acontece a reprodução do capital e a forma em função da qual as relações capitalistas de produção dialogam com as relações não capitalistas para completar o ciclo reprodutivo do capital. Primeiro a autora expõe a fórmula responsável pelo funcionamento do processo de reprodução social do capital, qual seja: $c + v + m$. Considera-se “c” o capital constante que corresponde aos meios de produção que retornam ao processo produtivo. O “v” refere-se ao capital variável, representado pelos trabalhadores que adquire seus meios de consumo. E “m” corresponde à mais-valia realizada pelas formas de produção não capitalistas, como a camponesa. Portanto, segundo a autora, não faz sentido o esquema da reprodução do capital de Marx, pois em uma sociedade limitada somente por duas classes, a dos proletários e a dos capitalistas, não haveria a reprodução ampliada do capital, tendo em vista que *“a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzem pelo modo capitalista”* (p. 241). Sem a classe (não capitalista) responsável pela a realização da mais-valia, não ocorre a reprodução ampliada do capital, e sem esta, não tem como a empresa capitalista desenvolver-se. Foi esse o espaço vazio deixado por Marx quando apresentou o seu esquema da reprodução do capital.

produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (p. 285).

Para a autora, a realização da mais-valia é fundamental para a acumulação capitalista, mas, para que seja realizada, faz-se necessária a utilização de relações não capitalista de produção, inclusive, a camponesa. Tal explicação preenche os “*espaços vazios do capitalismo*” deixado por Marx, que, em suas análises sobre o processo de reprodução do capital, chega à conclusão que o modo de produção capitalista é o dominante, por isso, há somente duas classes sociais, a dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados. Todavia, Luxemburgo (1985), no Capítulo XXVI da mencionada obra, demonstra o contrário, explicando minuciosamente que nunca existiu uma sociedade capitalista cuja forma de produção capitalista funcionasse exclusivamente. O que há, segunda a autora, é uma coexistência entre as sociedades capitalistas com as sociedades não capitalistas, mas desde que favoreça em primeira instância a acumulação do capital daquela.

Percebe-se que a análise de Luxemburgo (1985) traz um novo marco teórico sobre o futuro do campesinato no desenvolvimento do capitalismo na agricultura, uma vez que a idéia de sua recriação no interior do capitalismo é explicada não somente pela articulação entre diferentes modos de produção, mas, sobretudo, pelo processo contraditório criado pelo capital para que haja a sua reprodução. Ou seja, ocorre um processo dúbio de recriação: tanto da burguesia capitalista como do campesinato, mesmo que a tendência seja a substituição da primeira pela segunda. Tal afirmativa, na qual o camponês ganha destaque, completa as entrelinhas deixadas por Marx quando formulou a sua teoria sobre a reprodução do capital. Portanto, sem receio de errar:

É possível atribuir a Rosa Luxemburgo o estabelecimento de um marco teórico sobre os “*espaços vazios do capitalismo*”, segundo o qual em toda sociedade se produz a coexistência de regimes de produção diferentes assim como um forte intercâmbio entre eles. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 48-49).

Em suma, na interpretação de Rosa Luxemburgo (1985), o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa necessariamente a destruição do campesinato, dado ao fato que o papel do camponês neste processo é o de um trabalhador para o capital, por ser ele o responsável pela reprodução da mais-valia capitalista. Por isso, para o capital se desenvolver, faz-se necessário a dissolução e a recriação do campesinato para completar o seu

ciclo produtivo. Porém, é preciso ressaltar quanto a tal compreensão da autora, pois estamos no século XXI e ainda não se comprovou a extinção do campesinato, mas a sua transformação e recriação no capitalismo, e isso se deve não somente ao processo de acumulação do capital, mas à luta pela terra e as diversas formas de organização da produção e do trabalho.

Outras idéias que também estão no contexto da existência e recriação do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo é apresentada por Chayanov na obra “A organização da Unidade Econômica Camponesa¹⁹”, publicada em 1925. Essa obra constitui um importante referencial teórico sobre a questão camponesa e coloca como elemento principal a caracterização do campesinato russo sob um ponto de vista interno, através do núcleo familiar e do equilíbrio trabalho-consumo. Chayanov (1974), diferentemente de Kautsky e Lênin, não analisa os camponeses a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, ao contrário, faz uma avaliação subjetiva sobre a natureza da produção camponesa e a compreende como um modo de produção. De fato, o autor também identificou uma diferenciação camponesa, mas completamente diferente da diferenciação social defendida por Lênin que resultaria no desaparecimento do campesinato no capitalismo. Paulino e Almeida (2010), ao tecerem comentários sobre o ponto de vista de Chayanov, afirmam:

A diferenciação, para Chayanov, longe de ser a possibilidade de descamponização, era uma estratégia de manutenção da condição de camponês diretamente relacionada com o ciclo de desenvolvimento da família e, portanto, indispensável à compreensão da permanência camponesa. Para o autor, o que estava em curso no campo russo não era um processo de desigualdade e antagonismo de classe no seio do campesinato, numa competição própria da lógica capitalista que levaria inflexivelmente à desintegração do mundo camponês. Mas, sim, um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que partia da família para a terra, portanto, da avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar. Assim sendo, a diferenciação não resultaria na proletarianização (futuro operário) ou na acumulação (pequeno patrão) como lógica capitalista. Na verdade, era expressão de mecanismos internos relativos ao (des)equilíbrio da família, em que o padrão de vida e a amplitude das exigências de consumo também figuravam como fatores decisivos para a estrutura da unidade produtiva camponesa (p. 33).

Por isso, que a tese da subordinação dos camponeses ao capital e a sua subsequente expropriação não tiveram lugar de destaque na obra de Chayanov (1974), se apresentaram “*marginalmente*”, pois o autor se limitou em analisar o interior do organismo camponês e entender a diferenciação demográfica ali existente. De acordo com Chayanov, cada família

¹⁹ Do original “La Organización de la Unidade Econômica Campesina”, baseada nos estudos realizados nas unidades econômicas de produção familiares russas no início do século XX.

camponesa possui uma dinâmica demográfica própria, constituída pelo número de trabalhadores e consumidores, conforme suas idades determinam a variação no volume do trabalho e consumo necessário para a reprodução familiar. Em outras palavras, a produção camponesa aumenta ou diminui de acordo com a quantidade de membros consumidores de uma família, ou seja, os camponeses buscam sempre ajustar o tamanho de sua família às necessidades de sua base material. Nas palavras do autor, “el volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores” (1974, p. 81). Portanto, ele parte da necessidade de consumo e subsistência da família para entender o trabalho camponês.

Neste contexto, a pequena produção camponesa busca equilibrar a relação entre: a) o trabalho familiar; b) o consumo; c) e a intensidade do trabalho. Esse equilíbrio estabelece um limite natural na produção, “que é o da satisfação das necessidades da família, sendo desinteressante qualquer esforço maior” (PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 34). Para Chayanov (1974), o aumento da produtividade do trabalho camponês deve-se à pressão desempenhada pelas necessidades do consumo familiar. Sendo assim, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra e entre força-de-trabalho e capital. Ou seja, qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força-de-trabalho em atividades não-agrícolas complementares²⁰, ou até mesmo, pela intensificação do trabalho. Sobre a ocupação dos camponeses nas atividades não agrícolas, Chayanov afirma:

(...) En numerosas situaciones no es una falta de medios de producción lo que origina ganancias provenientes de las artesanías y comercio, sino una situación de mercado más favorable para este tipo de trabajo, en el sentido de la remuneración que brinda a la fuerza de trabajo campesina, comparada con la de la agricultura (1974, p. 118).

O ingresso às atividades não agrícolas é justificado pela possibilidade em obter o equilíbrio interno de modo mais rápido, porém, é importante acrescentar, para não descaracterizar a natureza da produção camponesa, que, ao restabelecer o equilíbrio interno, ocorre o retorno da família para retomar a sua condição de existência social.

Nos seus escritos “Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas”, Chayanov (1981) elaborou a teoria sobre o cálculo econômico camponês, segundo a qual, a

²⁰ As contribuições de Chayanov a respeito das atividades não-agrícolas complementares, serão expostas neste trabalho posteriormente de forma mais detalhada no item que trata sobre as diferentes formas de recriação camponesa.

lógica da produção camponesa se realiza no interior da sua unidade, onde a terra é manejada somente pelos membros da própria família, por isso, caracteriza-se por um cálculo econômico específico, muito diferente do cálculo econômico capitalista. Analisando a produção camponesa, o autor a comparou com a produção capitalista e chegou à seguinte conclusão: uma empresa é considerada lucrativa quando a renda bruta (RB), após a dedução das despesas em materiais (DM) e também em salários (DS), perfaz a soma (S). A soma maior do que zero indica a existência de um lucro líquido. Esta é a fórmula que expressa a economia capitalista, na qual as categorias: preço, capital, salários, juros e renda determinam-se mutuamente e são inseparavelmente vinculadas entre si. Segundo Chayanov (1981, p. 136), “na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente”. Assim, por exemplo, a retirada da categoria salário desagrega completamente o sistema, pois a ausência dela em qualquer cálculo econômico coloca-se diante de uma economia não capitalista, como a economia de base familiar camponesa, em que a família possui somente os elementos da renda bruta (RB) e as despesas em materiais (DM) e não pressupõe trabalho porque são eles mesmos, os camponeses, os empreendedores da produção que atuam como trabalhadores. Então, se deduzir (RB) de (DM) terão um produto líquido que pode ser considerado satisfatório ou não diante das necessidades da família camponesa. Ou seja, a perda para o camponês é suportável, pois o mesmo não visa o lucro, busca somente alcançar o equilíbrio interno (trabalho-consumo) para atender as necessidades básicas da sua sobrevivência.

Entretanto, sem a categoria salário, é impossível estabelecer ao cálculo camponês o lucro líquido, a renda e o juro do capital.

Neste contexto, Chayanov (1981, p.138) afirma:

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; restam-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, *o produto de seu trabalho*. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Pelo exposto, percebe-se que o funcionamento econômico verificado entre os camponeses russos, com base na lógica do equilíbrio interno (trabalho-consumo), não se ajustava ao cálculo capitalista do lucro. Por isso, Chayanov (1981) parte da análise de um “modo de produção camponês”, não-capitalista, cujas unidades são constituídas por famílias de camponeses trabalhadores que destinam a maior parte de sua produção para o consumo familiar e apenas uma pequena parte é destinada ao comércio. O autor ainda explica que o camponês em questão não é um empresário capitalista porque o mesmo não procura maximizar o lucro de seu capital, mas somente viver na terra que é sua em virtude de uma organização social camponesa.

Todavia, Chayanov (1974) ainda vê nas cooperativas²¹ coletivas a única alternativa para inserir o camponês russo no ambiente da industrialização agrícola em grande escala, incorporando inclusive, o progresso técnico disponível:

(...) deberá evolucionar historicamente el nuevo agro en la próxima década, habiendo convertido, por medio de cooperativas, una considerable parte de su economía en formas de producción socialmente organizadas. Deberá ser un campo industrializado en todas las esferas del proceso técnico, mecanizado e electrificado, un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y la tecnología agrícola (CHAYANOV, 1974, p. 43-44).

Assim, o futuro da unidade camponesa parece se adaptar às novas tendências do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, é preciso ressalvas quanto a tal compreensão, pois Chayanov (1974) explica que algumas propriedades camponesas podem até intensificar o capital através da ampliação dos meios de produção, tais como: terra, equipamentos e máquinas, resultado da formação do capital proveniente dos ganhos de uma articulação mais favorável de mercado ou até mesmo das atividades não agrícolas. Porém, o autor deixou bem claro que o equilíbrio trabalho-consumo, além de determinar o modo de funcionamento da economia camponesa, torna-se um entrave na formação do capital, assim os camponeses somente irão intensificar o capital mediante a observância do equilíbrio interno da unidade camponesa.

Então, neste caso:

²¹ Somente desta maneira, ele acreditava em “superar el capitalismo de estado y pueda constituir la base para un futuro sistema económico socialista” (p. 315). Então, o autor sugere que, para continuar no modo de produção camponês, o caminho é através da unidade econômica familiar e, caso ingresse no capitalismo (agroindústria), a sugestão é que devem aliar-se e unir-se em cooperativas.

(...) por mais vantajoso que possa parecer um determinado investimento em que o uso do capital resulte em aumento de ganhos, isso não representa, necessariamente, um estímulo para o camponês. Ele não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço-consumo que é subjetiva porque baseada nas necessidades da família. (...) as unidades de exploração familiar usam máquinas não em função das vantagens econômicas e sim, por causa dos riscos a que ficam expostas em época de plantio e de colheita. (...) onde a lavoura exige uma colheita rápida que extrapole as possibilidades de trabalho da família, o camponês fatalmente fará uso da máquina, independente do cálculo custo-benefício. Por outro lado, se a mão de obra da família encontra-se ociosa, o camponês dispensará o uso de maquinário (PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 36-37).

No entanto, a compreensão tem que partir do modo de vida camponês e, sobretudo, das suas particularidades que são bem diferentes das aplicáveis aos capitalistas ou até mesmo aos trabalhadores urbanos. Chayanov (1974) analisa, na unidade camponesa, as relações entre terra, capital e família e reconhece como suas principais características: a) a força do trabalho familiar; b) a inexistência da força de trabalho assalariada; c) a pequena propriedade como local das atividades agrícolas e; d) a produção de seus meios de produção pela própria família. Sendo que periodicamente, devido a diversos fatores, alguns membros da família são obrigados a empregar a sua força de trabalho em atividades não-agrícolas complementares conforme já foi mencionado aqui. Mesmo assim, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário capitalista o qual investe seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e as despesas gerais de produção, o que faz gerar lucro. Mas somente uma simples remuneração que permite ao camponês determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

Enfim, Chayanov, adepto da corrente heterodoxa neo-populista e membro da “*Escola da Organização da Produção*”, na primeira metade do século XX, juntou-se a estudiosos de diversas áreas do conhecimento, como: agrônomos, economistas e extensionistas rurais, para difundir idéias contra os pressupostos teóricos e metodológicos do marxismo-leninismo dominante na Rússia. Eles, com base nos dados estatísticos resultantes de suas pesquisas sobre o funcionamento econômico das unidades camponesas russas, reprovaram os modelos da política agrária proposta pelos marxistas leninistas, por não se ajustarem ao comportamento interno das unidades camponesas, pelo fato de serem elaboradas com base na dinâmica das categorias capitalistas que é incompatível com a realidade camponesa.

Chayanov (1974) defende a viabilidade da agricultura camponesa mesmo em economia de mercado, dado ao fato dela se adaptar a diferentes modos de produção e encontrar diferentes estratégias para alcançar o equilíbrio trabalho-consumo. E, mesmo que

haja a sua integração (vertical) a indústria capitalista, sua existência não será comprometida ao desaparecimento, desde que seja como ele profetizou para o futuro, a partir de sua organização em cooperativas. De fato, essa forma de penetração do capitalismo no campo russo muda o funcionamento interno da produção camponesa, mas não significa um processo horizontal de diferenciação social que foi defendido por Lênin.

De acordo com o autor:

(...) esta concentração vertical, segundo a situação econômica geral, assume forma cooperativa ou mista e não capitalista. Neste caso, o controle dos empreendimentos necessários ao sistema de comércio, ao transporte, à irrigação, ao crédito e ao processamento que concentram e guiam a produção agrícola parcial ou totalmente, este controle pertence não aos proprietários de capital, mas aos pequenos produtores mercantis organizados que contribuíram com seu próprio capital a estes empreendimentos ou foram capazes de criar capital social (CHAYANOV, 1925/1986 apud ABRAMOVAY, 1998).

Portanto, Chayanov (1974) rejeita a tese do fim do campesinato no desenvolvimento do capitalismo na agricultura e contribui para reforçar a tese da sua permanência. Todavia, a sua teoria do equilíbrio trabalho-consumo (elaborada a partir de estudos sobre a racionalidade interna da economia camponesa, apesar de sua relevância teórica como orientação analítica no nível microeconômico) recebeu severas críticas de alguns intelectuais marxistas-leninistas. Estes não acharam a teoria adequada para explicar a permanência da agricultura camponesa no capitalismo, uma vez que Chayanov não teria levado em consideração as relações externas e se restringira somente em explicar uma forma de economia familiar pouco subordinada à indústria e isolada das relações mercantis. Isto foi uma compreensão errônea dos marxistas-leninistas, pois o fato dele analisar a dinâmica interna da produção camponesa não significa: a) que ela esteja isolada socialmente; b) que produza somente para atender as necessidades básicas da sua família sem estabelecer relações comerciais; c) que não recorram às atividades não-agrícolas em épocas de desequilíbrio interno; d) que não incorpore o progresso técnico, além de outras. Por isso, acreditamos que a teoria do equilíbrio interno de Chayanov, tanto é fundamental para revelar os equívocos teóricos dos marxistas-leninistas como para nos ajudar atualmente a compreender a natureza da resistência e recriação do campesinato dos municípios paraibanos de Nova Floresta e de Teixeira.

Tendo em vista que as teorias clássicas de Marx, Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburgo e de Chayanov repercutiram no Brasil e na Geografia Agrária brasileira, nosso objetivo neste capítulo foi buscar nesses autores um suporte para a compreensão sobre o futuro do

campesinato no processo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na Paraíba. Para tanto, é preciso termos em mente que esse processo não aconteceu da mesma forma do que ocorreu na Europa, a começar pelo fato de que aqui não houve a implantação do feudalismo e sua transição para o capitalismo, pois as transformações no espaço agrário brasileiro, iniciadas com o processo de colonização, surgem no momento no qual já predominava o capitalismo mundial na sua fase comercial de expansão. Convém salientar, porém, que esses pressupostos teóricos nos quais esses autores clássicos marxistas (ortodoxos ou heterodoxos) se basearam podem explicar, até certo ponto, a realidade do campesinato brasileiro atual.

Isto posto, buscamos, no próximo capítulo, recuperar o debate sobre o campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, levado a efeito por estudiosos brasileiros da Geografia e de áreas afins.



CAPÍTULO II

O DEBATE SOBRE O CAMPESinATO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

2 O DEBATE SOBRE O CAMPEsinATO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

No Brasil, o debate em torno do campesinato no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo acirrou-se a partir de 1960, situando-se no contexto de uma discussão mais ampla sobre o caráter da sociedade brasileira. Esse debate contrapõe duas correntes teóricas distintas: a que pressupõe o desaparecimento do campesinato como condição para o país alcançar o desenvolvimento capitalista e a que pressupõe a permanência do campesinato através da sua resistência e recriação apoiada na lógica de que o desenvolvimento capitalista no Brasil é desigual e contraditório. Este capítulo recupera este debate com base nas diversas abordagens e posições assumidas por teóricos agraristas e geógrafos brasileiros.

2.1 Desaparecimento *versus* recriação do campesinato: um controverso debate

Autores como Alberto Passos Guimarães, Maurice Dobb, Néelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel analisaram a questão agrária brasileira a partir do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Eles defendem a existência de uma economia colonial feudal no país com formas arcaicas de produção. Influenciados pela concepção leninista, apostaram no desaparecimento do campesinato por este representar obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. O maior expoente dessa corrente foi Alberto Passos Guimarães.

Guimarães (1968), em seu livro “Quatro séculos de latifúndio”, analisa o percurso da agricultura brasileira a partir dos quatro séculos de latifúndio sob os quais o sistema agrário brasileiro esteve submetido. Para tanto, ele caracterizou: a) a natureza da colonização brasileira; b) a grande propriedade da terra e; c) as relações sociais de produção, que inclui o campesinato.

Partindo da gênese do período colonial, o autor conclui que o latifúndio desta época possuía características feudais e uma forma arcaica de produção. Desse modo, ele contesta a tese de que o capitalismo foi o regime econômico colonial implantado no Brasil.

Nas palavras de Guimarães (2005, p. 36-37):

A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América portuguesa. Por conseguinte, o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil-Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado.

O autor afirma ainda que a estrutura social implantada no Brasil pela metrópole portuguesa não seguiu os padrões do feudalismo clássico por três motivos principais, a saber: a) pela regressão das relações sociais de produção e de trabalho do feudalismo colonial brasileiro em relação à metrópole colonizadora com a implantação do regime escravista; b) pela forma de colonização portuguesa ser efetivada através da associação entre os senhores feudais sem fortuna e a burguesia nascente, que, naquele momento, ainda não tinha condições de manter um *status* social e econômico dentro do Estado português; c) pelo próprio descompasso da estrutura econômica de Portugal: entre não ser completamente feudal e não ser completamente capitalista, embora já tivesse atingido um sistema de troca elevado, a sua forma de produzir ainda era assentada na agricultura e não na indústria (GUIMARÃES, 1968).

Para Guimarães (1968, 2005), a origem da concentração da propriedade da terra no Brasil remonta ao regime de sesmaria, implantado durante o período colonial, que teve como base interna o monopólio territorial. As grandes extensões de terras doadas aos fidalgos portugueses (sem fortuna) foram chamadas pelo autor de latifúndios:

Como latifúndios, temos conceituado, neste trabalho, as unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista (1968, p. 223-224).

No que se refere às relações de trabalho no campo, Guimarães (1968) afirma que, com a abolição da escravatura, a parceria tornou-se a relação de trabalho predominante no Brasil. Tratava-se, segundo o mencionado autor, de um sistema de arrendamento de terra primitivo

feito por um suposto contrato de igualdades de condições entre o proprietário da terra e seu cultivador. O primeiro doava pequenos lotes de terra do latifúndio para o segundo plantar lavouras de subsistência. Esta relação de trabalho incluía a servidão por dívida que não conferia ao trabalhador nenhuma autonomia econômica sobre a produção.

Ainda de acordo com Guimarães (2005, p.52):

Todas essas e outras relações extra-econômicas derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho.

Para este autor, essa dinâmica da organização da produção e do trabalho imposta pelo monopólio feudal e colonial da terra teria acentuado os fatores regressivos e atrasados das transações comerciais do Brasil, que passou a depender das formas primitivas de capital comercial e, posteriormente, de trustes internacionais que passaram a comprar a produção latifundiária. Tais fatores, segundo Guimarães (2005), impedem as transformações democráticas do país, como a reforma agrária e a sua evolução para a forma de produção capitalista. Neste contexto, o autor faz uma diferenciação entre a forma de monopólio feudal da terra, que atendeu ao mercado interno de alguns países desenvolvidos da Europa e da América, com a forma de monopólio feudal e colonial da terra, que atendeu somente aos interesses do mercado externo como foi o caso do Brasil:

Quando o monopólio feudal da terra existe em função do mercado interno, como no caso dos países desenvolvidos da Europa e da América (Antiga Prússia, Sul dos estados Unidos etc.) em virtude de ficar retida no país a totalidade do excedente econômico obtido na produção e do próprio desenvolvimento industrial interno, o latifúndio é levado a incorporar processos técnicos mais adiantados, a adotar formas de trabalho e de produção do tipo capitalista, e tem condições para modernizar-se gradualmente, para “aburguesar-se” ou converter-se em grandes propriedades capitalistas. Com o monopólio feudal e colonial da terra (ou semifeudal e semicolonial), de que o sistema de plantação é a forma típica, isso só pode acontecer muito lenta e dificilmente. (...) porque o sistema latifundiário feudal-colonial está constituído para exportar toda a sua produção, e ao fazê-lo, por definição, exporta também parte da renda e dos lucros produzidos, cedendo-os aos trustes compradores internacionais. Para que tal mecanismo de sucção funcione sem prejuízo da parte que cabe à classe latifundiária, esta transfere, para os seus trabalhadores e para a população do país onde se situa, os ônus decorrentes desse processo de espoliação (GUIMARÃES, 2005, p. 52-53).

Ou seja, o sistema latifundiário do feudalismo colonial exigiu para seu funcionamento uma articulação com os intermediários compradores e com os intermediários usurários que “atuam não só no sentido de facilitar a transferência da parte dos lucros especulativos para as mãos dos trustes internacionais, como no sentido de ainda mais reduzir a remuneração dos trabalhadores agrícolas” (GUIMARÃES, 2005, p.53). É essa forma de comercialização do feudalismo colonial brasileiro, de dependência aos compradores da produção latifundiária, que constitui o argumento central de Guimarães (2005), sobretudo, pela influência regressiva que essa forma de produção e de distribuição exerce sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Dado que, ao promover a saída de uma parte da renda gerada aqui para o exterior, tanto descapitaliza o país, limitando o seu desenvolvimento industrial, como limita o desenvolvimento de um mercado interno pela redução econômica da população rural.

Feita a caracterização do sistema agrário brasileiro, Guimarães¹ (2005) apresentou dois caminhos, por ele considerados importantes, para o desenvolvimento do capitalismo² no campo brasileiro e solucionar a questão agrária: um reformista e outro revolucionário. O primeiro consiste nas transformações burguesas sem alterações na estrutura fundiária. O segundo se opõe a este e contempla o plano para destruir os laços feudais com todas as formas de produção pré-capitalistas existentes no Brasil com o apoio de três formas de lutas de classes do campo, quais sejam: a) a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os seus patrões e grandes proprietários da terra; b) a luta do campesinato contra os resquícios do feudalismo e contra os latifundiários; c) a luta de toda a classe camponesa contra as diversas formas de opressão e de espoliação imperialista (GUIMARÃES, 2005).

A primeira forma de luta de classes no campo é “a frente dos assalariados e semi-assalariados” que buscava construir uma aliança operário-camponesa, no intuito de “ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo” (GUIMARÃES, 2005, p. 103). A segunda forma de luta, considerada mais ampla que a anterior³, é “a frente dos camponeses contra o latifúndio” que abrange toda

¹ No seu escrito “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro - 1960”, publicado na “Tribuna de debates” do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – PCB.

² O autor, a partir da visão unilinear do marxismo ortodoxo, acreditava que, no Brasil, na década de 50 e 60 do século XX, ainda existiam relações de trabalho do tipo feudal, e essa forma de produzir no campo brasileiro impedia o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, era preciso uma revolução brasileira de caráter burguês para consolidar o capitalismo no campo.

³ Guimarães (2005) contestou as afirmações de Caio Prado Júnior sobre a grande quantidade dos trabalhadores assalariados no campo. Os resultados do censo de 1950 indicavam tal superioridade, mas Guimarães, para fins de maiores esclarecimentos sobre essa contagem da população rural, achou por bem analisá-lo minuciosamente. Conforme o censo de 1950: “(...) havia nos 2 milhões de estabelecimentos agropecuários, 11 milhões de trabalhadores, dos quais cerca de 2 milhões de pessoas eram as responsáveis pela gestão daqueles estabelecimentos (proprietários e arrendatários à frente da exploração, administradores etc.); cerca de 4 milhões

a população heterogênea do campesinato pré-capitalista e semifeudal, ou seja, os agregados, os moradores, os meeiros, os parceiros, os rendeiros e os foreiros que, ligados entre si, em prol de seus interesses comuns, almejavam destruir as formas pré-capitalistas de produção a fim de se libertarem da coação econômica e extra-econômica imposta pelo monopólio da terra. A terceira e última forma de luta de classe, considerada a maior e mais ampla que as anteriores, é “a frente de luta dos camponeses contra o imperialismo”, que, organizada em nível nacional, buscava romper com as condições de dependência impostas pelo monopólio dos grupos econômicos estrangeiros⁴ apoiados em agentes internos⁵ (GUIMARÃES, 2005).

Em suma, o campesinato foi visto por Guimarães (2005) como a classe responsável pelas mudanças⁶ no campo brasileiro, uma vez que os camponeses em 1950/1960 constituíam a classe predominante no país. Para ele, os camponeses se inseriam em diferentes formas de relações de trabalho, tais como: a) os camponeses da categoria da renda-trabalho como os moradores, os agregados e todos aqueles que prestavam serviços gratuitos ou semigratuitos; b) os camponeses da categoria renda-produto como os meeiros e parceiros; c) os camponeses da categoria renda-dinheiro como os rendeiros e foreiros; d) os camponeses proprietários de terra e os posseiros. O autor estabeleceu o limite de 5 até 50 hectares para caracterizar os estabelecimentos camponeses. Para tanto, classificou as propriedades camponesas a partir de uma diferenciação social semelhante à diferenciação social de Lênin. Ou seja, os camponeses pobres são aqueles que possuem até 20 hectares de terra e não contratam trabalhadores assalariados, cultivam somente com a utilização da força do trabalho familiar. Os camponeses médios são aqueles que possuem entre 20 até 50 hectares de terra e organizam a sua produção

de pessoas constituíam os membros não-remunerados das famílias dos responsáveis, isto é, menores e mulheres em sua maioria, que trabalhavam ajudando os chefes da família sem receberem remuneração direta nenhuma; 3,7 milhões eram “empregados” dos estabelecimentos; e 1, 3 milhões eram “parceiros” (GUIMARÃES, 2005, p. 104). Acontece que o censo incluiu na sua contagem: os moradores, os agregados, os meeiros, os parceiros, os rendeiros e os foreiros, como sendo trabalhadores assalariados que recebem remuneração em dinheiro. Porém, para Guimarães, todos são considerados camponeses feudais, segundo os critérios marxista-leninista. Esse erro foi cometido a partir dos critérios adotados pelo próprio censo, que na definição de “empregado”, (...) “mistura os assalariados propriamente ditos (...) com as pessoas remuneradas com parte em dinheiro e parte em produtos que recebiam a maior porção em dinheiro” (GUIMARÃES, 2005, p. 104).

⁴ Representados pela empresa Bung Born que detinha o monopólio da moagem de trigo; pelos frigoríficos Armour e Anglo; pela Souza Cruz, compradora e exportadora do fumo; pelas empresas: Samba e Anderson Clayton, compradoras e exportadoras de algodão e amendoim e; pelas empresas Standard Brands, American Coffe, compradoras e exportadoras de café.

⁵ A agricultura semifeudal do Brasil era baseada na monocultura para exportação, por isso precisava manter uma relação econômica por meio do sistema do capital comprador, considerado: “(...) o conjunto de relações econômicas que atua, quer na produção, quer na distribuição dos produtos destinados ao mercado exterior” (GUIMARÃES, 2005, p. 108). No entanto, essas relações econômicas, para manter a sua existência material, exigiam uma rede de empresas estrangeiras que pelos seus agentes provocava a coação econômica e extra-econômica de uma parte (a maior) da mais-valia do processo de acumulação primitiva do capital e do produto dos camponeses.

⁶ Embora faça esse reconhecimento, o autor não acredita no poder político dos camponeses para modificar a estrutura agrária do país por serem de formação recente, por isso, atrasado.

com o predomínio da mão-de-obra assalariada. Os camponeses ricos, de caráter capitalista, são os que possuem entre 50 até 500⁷ hectares de terra, estes incorporam o nível técnico na produção e emprega a mão-de-obra assalariada permanentemente.

A compreensão de Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária e o campesinato foi compartilhada por alguns intelectuais pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, que, no início da década de 1960, foi a principal referência para a esquerda brasileira. O seu projeto político, denominado de democrático-burguês, tinha como pressuposto básico a idéia da existência no Brasil de uma economia agroexportadora atrasada em contraste com uma economia urbano-industrial que se modernizava rapidamente. E, para superar o atraso daquela, era preciso estabelecer um regime político que rompesse com a dependência do mercado externo e destruísse de vez as relações pré-capitalistas de produção existentes no campo brasileiro. Tal compreensão, porém, não encontrou consenso no interior do PCB, provocando até confronto teórico e político entre seus integrantes, como aconteceu com Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior.

Caio Prado Júnior defende a existência de uma economia colonial capitalista no Brasil e pressupõe a industrialização do campo pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Nesta compreensão, o campesinato estaria fadado ao desaparecimento pelo processo de diferenciação social provocado pelo progresso do capitalismo no campo. Na sua obra “*A questão agrária*” (1979), partindo da análise ortodoxa marxista, defende a tese de que a agricultura brasileira já surgiu sob as bases de uma sociedade capitalista. Para o autor:

Ao invés de “restos feudais” e relações “semifeudais”, seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis, pois uma economia de base escravista não se confunde com economia feudal, e as relações de produção são em ambas distintas (PRADO JR. 1979, p. 67).

Com base na concepção unilinear do processo histórico, ou seja, na seqüência dos modos de produção, Prado Júnior (1979) entendeu que, no Brasil, se teria passado diretamente das relações escravistas para o trabalho assalariado, sem afetar a estrutura das grandes propriedades rurais. Nesta compreensão, não há e nunca houve camponeses neste país, uma vez que a sua existência dependeria da transição do sistema feudal para o capitalista. Todavia, em outros escritos, como no livro “*Formação do Brasil contemporâneo*” (2000), no capítulo intitulado “*Grande lavoura e agricultura de subsistência*”, o autor, ao utilizar o termo

⁷ De acordo com os critérios de Guimarães (2005), são considerados latifúndios os estabelecimentos acima de 500 hectares de terra.

“pequena lavoura”, reconhece implicitamente a existência de um campesinato autônomo já integrado ao sistema capitalista de forma dependente. Mas, mesmo assim, defende o predomínio das relações capitalistas no campo, compreendendo o sistema de parceria como formas de pagamentos ajustadas, em que o dinheiro é substituído por formas não-monetárias.

Nas palavras do autor:

Certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde (...) não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (PRADO JR., 1979, p. 66).

A parceria é vista por Caio Prado Júnior como uma relação de trabalho tipicamente capitalista que ainda prevalecia no campo brasileiro entre 1950 e 1960. Por isso, que o foco de sua análise esteve mais voltado para a forma de trabalho assalariada e não para a camponesa, a não ser em áreas restritas de importância secundária.

Diante das contradições existentes no campo herdadas do passado colonial, o autor insere a questão agrária brasileira no processo por ele denominado de “Revolução Brasileira”.

O objetivo principal da “Revolução Brasileira” seria romper com a situação de miséria dos trabalhadores do campo a partir de duas frentes de luta: uma de regularização das leis trabalhistas para o campo e a outra de desconcentração da propriedade fundiária. A primeira asseguraria aos trabalhadores do campo seus direitos trabalhistas para terem melhor qualidade de vida. A segunda teria a reforma agrária como medida necessária para solucionar a questão agrária brasileira (PRADO JR, 1979).

Como consequência das medidas citadas acima, aconteceria:

O crescimento quantitativo e o qualitativo da população, e sua integração num todo social orgânico, corresponde à ampliação e diversificação das necessidades econômicas, e, pois à formação e desenvolvimento de um mercado interno que se irá emparelhar e tende mesmo a superar o externo, de início o único existente. O que determinará novos estímulos e diferente orientação, e, em consequência, a modificação gradual das atividades produtivas (...). Em suma, a estrutura da produção e, pois, a economia em geral se transformam a fim de fazerem face às novas solicitações e estímulos proporcionados por uma grande coletividade socialmente integrada e nacionalmente organizada (PRADO JR., 1966, p. 117).

Enfim, as duas frentes de luta da suposta Revolução Brasileira convergiam num sentido de elevar as condições sócio-econômicas dos trabalhadores assalariados do campo, para, em seguida, inserir toda a população brasileira com equidade no desenvolvimento do capitalismo para depois, com a superação deste, atingir a forma socialista de produção. Neste sentido, o desaparecimento da parceria seria inevitável, dado que a regulamentação das leis trabalhistas não permitiria a existência de vínculos extra-econômicos. Todavia, apesar do equívoco de Prado Júnior (1979) em compreender os parceiros como proletários do campo, excluindo a sua essência camponesa, não se pode negar a existência da agricultura camponesa no seu pensamento, mesmo que de forma residual e dispersa.

Os caminhos apontados por Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães para a superação da questão agrária brasileira foram inviabilizados com o golpe militar de 1964, que empreendeu uma derrota em termos políticos para o partido que ambos pertenciam, o PCB. Em termos acadêmicos, ainda hoje o debate teórico sobre a existência ou não de um modo de produção feudal colonial no Brasil se faz presente.

Nas décadas seguintes, com o modelo político e econômico implantado pelo regime militar e o desenvolvimento do capitalismo no campo pautado na modernização da agricultura, a questão agrária brasileira ganha novos contornos. É neste contexto que se inserem as contribuições de José Graziano da Silva sobre o campesinato vinculado às transformações capitalistas. Ele corrobora, como será visto a seguir, com a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo no campo culmina com o desaparecimento do campesinato, no entanto, faz ressalvas ao caso brasileiro, uma vez que, para ele, no Brasil, a insuficiência do desenvolvimento do capitalismo na agricultura não foi suficiente para expropriar completamente os camponeses de seus meios de produção.

Cabe ressaltar que não há consenso sobre o conceito de modernização da agricultura. Para alguns estudiosos, a expressão está relacionada exclusivamente às modificações na base técnica da produção. Para outros, a exemplo de José Graziano da Silva (1982), a expressão embute todas as mudanças no processo produtivo, inclusive, nas relações sociais de produção.

Segundo Silva (1982), no Brasil, o desenvolvimento do capitalismo no campo se consolidou com a modernização da agricultura, na década de 1960⁸, com a implantação de um setor industrial voltado para produção de equipamentos e insumos para a agricultura. O

⁸ De acordo com Silva (1996) em Soto (2002), o espaço agrário brasileiro começou a se transformar desde 1850 com a proibição do tráfico negreiro e com a implantação da Lei de Terras Nº 601 e, em 1888, com a abolição da escravidão. Esses fatores determinaram mudanças nas relações de trabalho e na criação, em 1950, de um setor industrial voltado para produção de bens de capital. Em 1960, essas transformações se acentuaram principalmente para as regiões Sul e Sudeste, e, na década de 1970, expandiram-se para as outras regiões.

objetivo era passar⁹ de uma agricultura tradicional, condicionada pela natureza e por formas rudimentares de produção, para uma agricultura mecanizada com formas intensivas de produção. A industrialização da agricultura¹⁰, para Silva (1980), significa a subordinação da “natureza pelo capital, quando então se liberta o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas, passando-se a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias” (p.45). O autor compreende o processo de industrialização da agricultura a partir da concepção de Marx referente à divisão social do trabalho, cuja expressão é a separação entre o campo e a cidade.

A separação inicial entre a indústria e a agricultura ocorre, em primeiro lugar, com a mecanização da agricultura para libertar o processo produtivo das condições naturais de solo e clima, com a finalidade de permitir que a indústria seja livre dos condicionantes naturais. Em segundo lugar, ocorre a reunificação de ambas as atividades quando a agricultura transforma-se em uma fábrica, isto é, perde a sua condição autônoma e torna-se um ramo da indústria (SILVA, 1980). É neste processo dialético de separação e reunificação da indústria com a agricultura que acontece a proletarianização do campesinato, mas não sob a forma de expropriação direta do produtor de seus meios de produção, mas como subordinação do trabalho ao capital. Tal processo se “inicia com a transformação do camponês num assalariado temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria nascente” (SILVA, 1980, p. 54). Posteriormente, a própria dinâmica do capitalismo provoca a passagem do trabalho temporário para o trabalho permanente.

Neste contexto, Silva (1980), influenciado pela tese leninista, afirma que o desenvolvimento do capitalismo implica necessariamente na proletarianização do campesinato. Todavia, o autor explica que ressalvas são necessárias no que diz respeito ao Brasil, visto que isso não aconteceu aqui em virtude da fraqueza do capitalismo. A sazonalidade do trabalho temporário do camponês expressa a debilidade do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Para Silva (1982, p. 30):

⁹ Refere-se à passagem do Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial, isto é, da transição de uma agricultura camponesa que dependia da natureza para uma agricultura totalmente dependente de insumos industriais (SOTO, 2002).

¹⁰ Para entender o processo de industrialização da agricultura, deve-se analisar o processo produtivo através de três componentes: a indústria a montante, a agricultura e a indústria a jusante. A indústria a montante tem a função de fornecer bens de capital e insumos para a agricultura e; a indústria a jusante é a agroindústria propriamente dita, que tem a função de processar a matéria-prima proveniente da agricultura (SILVA, 1982).

A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais.

No que se refere ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro via modernização agrícola, este se deu, segundo Silva, de modo parcial, desigual e excludente. Nas palavras do autor:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos etc, e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (SILVA, 1994, p. 138-139).

A modernização restringiu-se, de início, à região Centro-Sul, principalmente, ao estado de São Paulo, expandindo posteriormente para as regiões Norte e Nordeste de forma moderada.

O Estado atuou com força neste processo, principalmente através de políticas de crédito rural subsidiado, incentivos fiscais e políticas incentivadoras das exportações. No entanto, os pequenos camponeses foram excluídos destas políticas, uma vez que a modernização torna a agricultura cara, pois há uma substituição dos insumos produzidos na própria unidade de produção (sementes selecionadas pela família, adubos e fertilizantes naturais) por insumos produzidos na indústria. Então, diante do processo de transformação capitalista da agricultura, alguns se beneficiaram com o fortalecimento das monoculturas, produzindo de forma intensiva, enquanto outros ficaram totalmente de fora, produzindo culturas alimentares de forma extensiva.

Conforme Silva (1999, p.138):

(...) o fator limitante da modernização no setor camponês parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor.

Ao abordar a questão histórica do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a permanência ou desaparecimento do campesinato nesse processo, José Graziano da Silva (1980), na obra *“Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira”*, com base na concepção da acumulação primitiva do capital de Marx, afirma que o desenvolvimento capitalista não foi suficiente para expropriar completamente os camponeses de seus meios de produção. Nas palavras do autor:

(...) não foi possível, nesse momento histórico, realizar a separação completa entre produtor direto e meios de produção. Ou seja, ‘homens livres e pobres’, que surgem ao longo da história brasileira como agregados, posseiros, pequenos proprietários, no geral, assim se mantiveram. Se expulsos de um local, iam se reconstituir enquanto pequenos produtores em outro. Nesse sentido, a abundância relativa de terras tornou também relativamente inócua a Lei de Terras. Os próprios imigrantes não se tornam, aqui, pura e simplesmente vendedores de força de trabalho. De certa forma, eles se ligam, embora parcialmente, aos meios de produção e produzem seus próprios meios de vida (SILVA, 1980, p. 27).

Neste contexto, a permanência do campesinato no campo brasileiro, segundo Silva (1980), deve-se à insuficiência do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que pode ser explicada: a) pela existência da propriedade privada da terra; b) pela permanência da agricultura camponesa no campo representada por pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e parceiros; c) pelo papel do Estado e das políticas de créditos subsidiados que atuam favorecendo mais os grandes proprietários do que os camponeses; d) pelo elevado grau de exploração da mão-de-obra empregada.

Visto por este prisma, segundo Silva (1980), a presença dos camponeses no Brasil não pode ser explicada nem como resquício do modo de produção feudal nem como atraso da agricultura, mas pela forma específica adotada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

José Graziano da Silva faz uma certa confusão em suas análises ao tentar adaptar as idéias dos autores clássicos marxistas à realidade brasileira. Em seus primeiros escritos, explica a existência da agricultura camponesa diante das transformações ocorridas no campo brasileiro com base na tese da acumulação primitiva do capital de Marx, que consiste na separação direta do produtor de seus meios de produção, na concentração da terra e na propriedade privada. Conseqüentemente, sustenta a tese da proletarianização do campesinato projetada por Lênin como condição inevitável do desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, o campesinato tenderia ao desaparecimento. Todavia, reconhece a debilidade do capitalismo monopolista na agricultura brasileira e afirma, com base nas idéias de Kautsky,

que aqui o seu desenvolvimento não necessariamente levaria à proletarização dos camponeses, mas a integração da agricultura camponesa à indústria.

Nesse caso, a recriação camponesa se daria subordinada ao capital, conforme prega a teoria da acumulação primitiva do capital de forma continuada de Rosa Luxemburgo. De acordo com a mesma, o desenvolvimento capitalista necessita da existência do campesinato para realizar a mais-valia para reproduzir o capital. Silva (1980) sustenta essa idéia, com muita propriedade na sua obra *“Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira”*, afirmando a importância da agricultura camponesa no processo de acumulação do capital. Todavia, nos seus escritos posteriores, principalmente na sua obra *“A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil”*, ele rever tal idéia e afirma o inverso, que o desenvolvimento do capitalismo não precisa preservar a agricultura camponesa “porque a dinâmica do capitalismo é dada pelo movimento do próprio capital, não sendo necessário nenhuma ‘acumulação primitiva contínua’ para que o sistema se desenvolva” (SILVA, 1982, p. 9). Desta forma, ele se restringe à forma única da acumulação primitiva de Marx e não considera as relações camponesas como funcionais à acumulação do capital. Para o autor, elas são nada mais que uma forma específica das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. Portanto, o fato do capitalismo reproduzi-las, de acordo com seus interesses, numa determinada fase histórica de seu desenvolvimento, não significa que sejam antagônicas ao processo de proletarização, mas ao contrário, fazem parte dele.

A partir de tais premissas e na tentativa de superar a imagem de um campesinato isolado, atrasado e sem vínculo com o mercado, surge o conceito de “novos camponeses” que “organizam a produção com base no trabalho familiar e que só excepcionalmente lançam mão de trabalho assalariado nas suas unidades de exploração” (SILVA, 1982, p. 139). Além disso, o autor classifica a pequena produção camponesa levando em consideração as transformações externas, oriundas do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, que provocaram profundas mudanças no seu funcionamento interno. Quais sejam:

a) uma camada em processo de tecnificação e capitalização, conduzindo à formação de pequenas empresas familiares; e b) uma camada em franco processo de proletarização e marginalização das atividades produtivas. Entre esses dois extremos subsiste uma faixa intermediária, ainda com características de campesinato, com uma diferenciação interna visível pelo seu maior ou menor grau de riqueza (pobres, remediados e ricos) (SILVA, 1999, p. 126-127).

Ainda para Silva (1999), a primeira camada seria a dos camponeses ricos, que passaram a produzir alimentos e matérias-primas fundamentalmente para o mercado. A segunda camada seria a dos camponeses remediados (semiproletários) que funciona como reserva de mão-de-obra para as atividades capitalistas. A terceira camada seria a dos camponeses pobres marginalizados diante da industrialização da agricultura. Para o autor, a tecnologia e o grau de inserção no mercado seriam os elementos-chave da diferenciação social dos camponeses. Ele também afirma que a forma específica assumida pelo desenvolvimento capitalista em cada região do Brasil permitiu a existência de diversas formas de produção camponesa que vão desde o sistema de parceria ainda existente no Nordeste até a sua integração à agroindústria no Sul do país.

Todavia, as transformações ocorridas no campo brasileiro entre as décadas de 1960 e 1990, com o desenvolvimento capitalista na agricultura, fatores como a criação de um mercado interno para a indústria, o aumento da produção agrícola nacional, a transformação do campesinato tradicional em um “novo campesinato tecnificado”, a territorialização do capital integrando interesses urbanos e agrários aos complexos agroindustriais teriam contribuído decisivamente para a heterogeneidade da produção camponesa e para recolocar em pauta a questão da reforma agrária.

Nesse contexto, a agricultura camponesa, na sua heterogeneidade, apresentou, segundo Silva (1999), um traço comum: a sua subordinação ao capital sob diversas formas. A reforma agrária, por sua vez, permaneceu no discurso da esquerda brasileira, sobretudo, depois da criação do Estatuto da Terra (Lei 4.504), em 1964, no âmbito do regime militar, que preferiu consolidar o processo de modernização da agricultura mantendo a grande propriedade para evitar qualquer esforço de reforma agrária.

Após os estudos e análises da agricultura brasileira realizadas nos anos de 1980, José Graziano da Silva desenvolveu, nos anos de 1990, uma nova tese que ficou conhecida como o “novo rural brasileiro”. Nesta fase, ele defende a unificação dos trabalhadores urbanos com os trabalhadores rurais a partir da combinação das atividades agropecuárias com as atividades não-agrícolas. Para tanto, seria preciso uma reforma agrária não-agrícola para intermediar a transição para uma sociedade urbanizada. Por isso, o autor sugere a efetivação de uma reforma agrária que estimule as atividades não-agrícolas, pois ela “teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, o que é forte limitante para a massividade requerida pelo processo distributivo (...)” (SILVA, 1990, p. 131).

No contexto da tese do “novo rural brasileiro”, emerge uma categoria social denominado de “*part-time*”, responsável pela fase de transição para a urbanização do campo, uma vez que a sua presença quebra a barreira capitalista/camponês, bem como patronal/familiar, dificultando uma reclassificação das classes sociais no campo.

Em suma, é evidente a influência dos clássicos marxistas na trajetória intelectual de José Graziano da Silva, principalmente do processo de diferenciação social de Lênin, haja vista que o autor a todo custo defende a tese da proletarianização do campesinato brasileiro e o seu conseqüente desaparecimento. Com efeito, ele afirma a recriação camponesa adequada ao sistema capitalista, quer seja como compradora de suas mercadorias ou como fornecedora dos meios de produção de que o capital necessita. Neste sentido, a recriação só acontece pelo próprio desenvolvimento do capitalismo que a recria conforme seus interesses. Aqui de fato, ele dá sustentação à tese de funcionalidade da produção camponesa no capitalismo, conforme Rosa Luxemburgo defende, sobretudo quando faz referências à dinâmica da recriação e destruição do campesinato diante do movimento cíclico do capitalismo:

(...) na fase da subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais do país, ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil cresceu sempre a taxas superiores às das pequenas no período 1965-1975 (SILVA, 1981, p. 54-55).

Todavia, essa dinâmica de recriação/destruição do campesinato no processo de acumulação primitiva contínua não permanece no pensamento do autor, que posteriormente reviu e a explicou como sendo uma fase do processo de proletarianização. É sobre tal perspectiva que surgiu mais recentemente a concepção do “novo rural brasileiro” cuja existência do *part-time* é fundante no processo de urbanização do campo e no fim do campesinato.

Constata-se que o debate acerca dos rumos da agricultura camponesa no Brasil ganhou novas interpretações teóricas com as transformações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1970. De fato, não se pode negar que, do ponto de vista econômico, o processo de modernização da agricultura trouxe um considerável aumento na produção agrícola do país, porém, do ponto de vista social e ambiental, os seus efeitos foram muito perversos. Segundo Moreira et al. (1999, p. 6-7):

Deve-se também levar em conta que, se de um lado a modernização levada a efeito foi responsável por uma grande expansão da produção de determinadas culturas industriais e de exportação, tais como soja e cana-de-açúcar, e da pecuária, pelo aumento do número de tratores utilizados, pelo crescimento do consumo de NPK e pelo fortalecimento do Complexo Agroindustrial, de outro lado, ela trouxe, no seu bojo, uma série de complicadores da ordem sócio-econômica, tais como: a) a expropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; b) a retração da área cultivada com culturas alimentares; c) a acentuação do processo de concentração da propriedade da terra; d) a deterioração da distribuição da renda do setor agropecuário; e) a utilização indiscriminada de fertilizantes e defensivos agrícolas, comprometendo a fertilidade dos solos e provocando desequilíbrio nos ecossistemas existentes e efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores e consumidores; f) a intensificação da sazonalidade da demanda de trabalho na atividade agrícola.

Na atualidade, as principais abordagens sobre o campesinato brasileiro têm se centrado, no âmbito das transformações ocorridas com a expansão do capitalismo no campo, na capacidade ou não da adoção de tecnologia pelo campesinato e de sua inserção no mercado. Nesta direção, situam-se, entre outros, José Eli Veiga e Ricardo Abramovay para quem há dois caminhos para os camponeses: ou eles se transformam em “agricultores familiares” e se integram ao mercado capitalista ou se mantêm como camponeses e desaparecem devido à expansão do capitalismo no campo.

Na sua obra *“Fundamentos do agroreformismo”*, José Eli Veiga (1994) concebe a agricultura familiar como equivalente à empresa familiar, por isso que o aumento da produtividade, a integração ao mercado, a adoção de novas tecnologias e o papel do Estado em fomentar as políticas produtivistas são fundamentais para a sua sobrevivência no capitalismo.

Para o autor:

Os prejudicados pelo avanço tecnológico serão os agricultores mais retardatários (...) que, por este ou aquele motivo, não adotaram a nova tecnologia. Não poderão cobrir todos seus custos, serão levados a sair do ramo. (...) No contexto do livre mercado, a adoção de novas tecnologias força os agricultores participantes a pedalar um *treadmill*¹¹. E os que decidirem não pedalar serão empurrados à falência (VEIGA, 1994, p. 79).

Em outras palavras, os camponeses que forem capazes de se adequar às inovações tecnológicas serão inseridos ao mercado e permanecerão na economia agrícola. Enquanto os outros “retardatários”, pela incompatibilidade nas relações mercantis, terão que abandonar o

¹¹ Instrumento usado no século XVIII para transformar o andar humano em força motriz, os seus eixos rodavam sem que os usuários saíssem do lugar (VEIGA, 1994).

campo. Neste sentido, Abramovay (1998, p.125) explica que “a pobreza do campesinato é uma das bases sociais, em que se apóiam os mercados incompletos”, o que impossibilita a sua participação em mercados completos desenvolvidos pelo sistema capitalista. Portanto, a metamorfose do camponês em agricultor familiar significa a superação daquele a mercados parciais e incompletos. De acordo com o autor, os camponeses do Sul do Brasil encaixam-se neste perfil:

Integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1998, p. 126-127).

Para o autor, os camponeses da região Sul do Brasil transformaram-se em agricultores familiares porque se adaptaram às exigências do mercado por meio do capital, das relações externas e do progresso técnico e assim criaram uma realidade contrária à permanência da agricultura camponesa no mesmo espaço agrário em que se consolidou a empresa capitalista. Ou seja, “o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas” (ABRAMOVAY, 1998, p. 131). Para Abramovay, o desaparecimento dos camponeses é previsto pela sua metamorfose em agricultores familiares, ao contrário dos teóricos brasileiros da corrente anterior que pressupõem o seu fim a partir do processo de proletarianização ocasionado pela industrialização da agricultura.

Na obra “*Paradigmas do capitalismo agrário em questão*”, Ricardo Abramovay (1998) procura romper com as teses marxistas de que o desaparecimento do campesinato seria inevitável com a expansão do capitalismo no campo, e apresenta, na contramão de Marx¹²,

¹² Para Abramovay (1998, p.129), “O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura”.

Kautsky e Lênin, que a agricultura de base familiar teve participação expressiva no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e de alguns países da Europa.

Conforme o autor:

Em vários países europeus, a intervenção da política fundiária é mais profunda que muitos planos de reforma agrária caracterizados como radicais na América Latina. A diferença básica é que o objetivo central das políticas fundiárias na França, por exemplo, nunca foi fundamentalmente distributivista, mas produtivista: tratou de adaptar a estrutura de posse e de uso da terra às exigências do progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 106).

Portanto, a permanência ou o desaparecimento do campesinato depende de mudanças conjunturais (sócioeconômicas) determinadas pela intervenção do Estado a partir de fomentação de políticas produtivistas pautadas no progresso técnico. Ou seja, a produção familiar nada mais é que uma produção moderna e mercantil, por isso, a questão da produtividade e o seu vínculo com novas tecnologias determinam o seu desenvolvimento. De acordo com essa compreensão, a reforma agrária de forma distributivista é totalmente descartada, uma vez que o tamanho da propriedade camponesa não representa obstáculos para o seu desenvolvimento, pois basta a inovação tecnológica para ela maximizar a produção e ter uma boa relação de mercado.

Os teóricos da agricultura familiar interpretam o desenvolvimento do capitalismo no campo como um processo de metamorfose do campesinato. Portanto, a única condição de existência do camponês seria sua conversão em agricultor familiar. Esta nova categoria social representa o moderno e o progresso, enquanto que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso. Tal interpretação teve forte influência: a) na organização dos movimentos camponeses; b) nas políticas públicas elaboradas pelo Estado e; c) nas pesquisas acadêmicas.

Politicamente, entre os movimentos camponeses existentes no Brasil, criou-se uma disputa ideológica pelo uso dos termos agricultura familiar ou agricultura camponesa. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (FETRAF-SUL) identificam-se com os pressupostos teóricos e metodológicos dos autores da agricultura familiar e dão preferência pelo uso do conceito de agricultor familiar em contraposição ao de camponês. Enquanto que os movimentos camponeses que são vinculados à Via Campesina – Brasil dão preferência ao

uso do conceito de camponês¹³. Todavia, nos eventos nacionais em que todos participam, procura-se manter um certo consenso quanto ao uso dos conceitos, utilizando as seguintes expressões: “agricultura familiar/camponesa ou agricultura camponesa/familiar” (FERNANDES, 2004, p. 21).

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram criadas diferentes políticas públicas assentadas na lógica da corrente da viabilidade da agricultura familiar articulada ao mercado, que foram: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF¹⁴) e o Programa Novo Mundo Rural, que teve como objetivo principal “a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além da criação de infra-estrutura social nos assentamentos rurais” (FERNANDES, 2004, p. 21). Outras políticas públicas que não se adequaram ao novo modelo capitalista foram extintas ou ficaram congeladas durante muito tempo, como por exemplo: o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA); o Projeto Lumiar de Assistência Técnica e; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este último ficou congelado durante quase todo o segundo governo FHC.

No espaço acadêmico, o uso dos conceitos de camponês e agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos teóricos. É tanto que, na obra “*Reforma agrária: o impossível diálogo*”, José de Souza Martins (2000) evidenciou que:

Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas, penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, as condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional (MARTINS, 2000, p. 45).

Com efeito, Martins usa os dois conceitos de forma articulada, reunindo características que Abramovay separa. Neste sentido, segundo Fernandes (2004), os teóricos da agricultura familiar sustentam a tese:

¹³ Neste caso, inserem-se: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; o Movimento dos Pequenos Agricultores – MAP; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; a Comissão Pastoral da Terra – CPT (FERNANDES, 2004).

¹⁴ Este programa tem forte influência no campesinato do município de Nova Floresta que será apresentado em capítulos posteriores.

(...) que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico – política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Fernandes (2001) chama a atenção para dois aspectos importantes do debate e da utilização dos conceitos aqui apresentados. Em primeiro lugar, destaca o fato de que, apesar de muitos trabalhos acadêmicos utilizarem o conceito de agricultor familiar, isto não representa a perda do *status* teórico do conceito de camponês. Para ele, “uma coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito” (FERNANDES, 2001, p. 30). Em segundo lugar, ressalta que, observando atentamente os trabalhos acadêmicos, pode-se verificar que, enquanto os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não utilizam o conceito de camponês, os que usam o conceito de camponês, comumente também o designam de agricultores familiares, não como um conceito em si, mas como condição de organização do trabalho. Afirma também que, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar sem problemas as expressões pequeno produtor e pequeno agricultor.

Já para Almeida (2003), o uso do conceito de camponês, no Brasil, mesmo que tenha sido importado pelo partido comunista na década de 1960, é explicado pelo sentido de unidade que carrega, por ser capaz, segundo esta autora, de “dar visibilidade à classe, ao contrário do termo trabalhador que é genérico” (p. 20). Além disso, segundo Paulino (2006), é este conceito que:

permite vislumbrar a unidade de classe que se manifesta na ordenação das parcelas do território sob seu controle. Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre assim o determine (PAULINO, 2006, p.21).

Em suma, conceber o camponês separado do agricultor familiar ou considerá-los de forma equivalente é uma questão de método. E o método utilizado pelos teóricos da

agricultura familiar “dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-los aos seus princípios” (FERNANDES, 2004, p. 20).

As idéias de Abramovay e Veiga se especializaram na academia, nos movimentos camponeses e, principalmente, no governo de FHC, redefinindo territórios teóricos e políticos e entrando em conflito com outras correntes teóricas como a que pressupõe a permanência do campesinato através da sua resistência e recriação apoiada na lógica de que o desenvolvimento capitalista no Brasil é desigual e contraditório. Como integrantes dessa corrente, neste trabalho, destacamos a contribuição de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Eliane Tomiase Paulino e Bernardo Mançano Fernandes.

Em “*Agricultura camponesa no Brasil*”, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996) afirma que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura se faz de forma desigual¹⁵ e contraditória, “isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo” (OLIVEIRA, 1996, p. 18). Ou seja, tem que haver a articulação de relações capitalistas com as relações não-capitalistas.

Nas palavras do autor:

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas (OLIVEIRA, 1996, P. 11).

A citação acima demonstra o caráter contraditório do capitalismo no campo, pois ao mesmo tempo em que expande as relações capitalistas nas médias e grandes propriedades, também expande as relações não-capitalistas baseadas no trabalho familiar do camponês nas pequenas propriedades.

De acordo com Oliveira (1996, p.20):

(...) o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas.

¹⁵ Creditamos a noção de desenvolvimento desigual do capitalismo aos autores clássicos: Trotsky, Lênin e Rosa Luxemburgo (MARQUES, 2008).

Em outras palavras, as relações capitalistas não se estabelecem de forma homogênea no tempo e no espaço, pois o capital na medida em que expropria o camponês em determinados lugares, contraditoriamente, na mesma medida, ele cria condições para sua recriação e para que haja a subjugação da renda da terra ao capital.

Conforme Oliveira (2002, p.80):

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas.

Neste caso, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre com a monopolização do território pelo capital que se define pela sujeição da renda da terra ao capital e pela subjugação do trabalho realizado. Todavia, para compreender o processo contraditório do capital e a recriação camponesa gerada por ele, faz-se necessário destacar o processo de funcionamento da geração da renda da terra.

Oliveira (1996), baseado na acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, explica que, no processo produtivo, os capitalistas estão envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar camponês. Neste caso, não se trata da sujeição do trabalho ao capital, mas da subordinação da produção ao capital na circulação mercantil. Portanto, não é o trabalho, mas a produção que gera a taxa de lucro (mais-valia) aos capitalistas. Para não confundir a sujeição formal do trabalho ao capital com a sujeição real do trabalho ao capital, achamos por bem buscar em José de Souza Martins a correta adequada definição dos conceitos:

A noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores (...). Essa sujeição não representaria nenhuma mudança no processo de trabalho. Ele continuaria sendo realizado exatamente como era na produção artesanal doméstica. Só que agora o artesão, transformado em trabalhador assalariado, já não

trabalha para si mesmo, mas para o capitalista (...). O passo seguinte é o capital se assenhorear não só do resultado do trabalho, mas também do modo de trabalhar (...) na sujeição real do trabalho ao capital, o conhecimento se restringe a um pequeno aspecto da produção (...). Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital (...) estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995 apud PAULINO, 2006, p. 110).

A renda da terra é gerada pelo trabalho familiar dos camponeses e se faz presente nos produtos que são lançados no mercado. Neste caso, conforme Paulino (2006), o que os “camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que têm para vender unicamente a mercadoria força de trabalho” (p. 108). É na fase da circulação que acontece a transformação da renda da terra em capital, haja vista que, na fase da produção de mercadoria, os camponeses se recriam controlando ao mesmo tempo a força de trabalho e os meios de produção.

A apropriação da renda da terra se dá pelo capital comercial, pelo capital industrial e pelo capital financeiro. Uma das formas de transferência da renda da terra ao capital foi apresentada por Paulino (2006) através dos estudos por ela realizados sobre o sistema de integração dos camponeses do Norte do Paraná às indústrias de fumo, de leite, de aves, de suínos e do bicho-da-seda. Para a autora, é nos contratos estabelecidos que ocorre a sujeição da renda da terra pela indústria, que dita o preço da matéria-prima. Essa é uma das investidas do capital para garantir primeiramente a produção e depois a reprodução do capital. Todavia, há uma dupla funcionalidade neste processo que tanto explica a contradição do capitalismo como deixa brecha para a recriação camponesa. Se de um lado o sistema de integração possibilita a monopolização do território pelo capital, de outro garante a recriação camponesa e impede a territorialização do capital. Dito de outra forma, neste caso, a monopolização do território pelo capital ocorre sem a territorialização do capital, dado que, para produzir o capital, os camponeses precisam manter a sua recriação e sua territorialização.

Paulino (2006) percebeu, em seus estudos, que alguns camponeses resistem à sujeição ao capital. É o caso, por exemplo, de uma família que rompeu com a lógica da agroindustrialização do leite porque a empresa capitalista exigiu a utilização de tecnologias avançadas na produção leiteira. Ao perceber a perda da sua autonomia nas tomadas de decisões, a família abandonou a produção leiteira e passou a investir na criação de gado mestiço, evitando a dependência externa.

Sobre isso, a autora afirma que:

(...) é o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesas que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa (...). Lembremos que, além desse, muitos outros almejam tal vínculo, não o estabelecendo em virtude da necessidade de investimentos, em geral incompatíveis com os recursos disponíveis. É evidente que nesse momento há também os que já foram integrados e rechaçam a experiência, da mesma forma como há muitos que nem sequer cogitam tal possibilidade (PAULINO, 2006, p. 120).

É contra a sujeição da renda da terra ao capital que os camponeses produzem diversas formas de resistência: seja para permanecer na terra controlando o seu tempo e seu espaço ou para entrar nela através das ocupações organizadas pelos movimentos sociais. É a este último contexto que se refere Fernandes (2000) quando afirma que:

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000, p. 19).

Para o autor, a ocupação de terra é uma das formas de resistência ao capital que possibilita a recriação camponesa no processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo. Isto porque ela abre possibilidades para o retorno ou a entrada na terra por meio da luta pela terra e pela reforma agrária.

Com base no exposto, confirma-se a influência das duas correntes teóricas, anteriormente mencionadas, na análise do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro realizada por agraristas e geógrafos: a que acredita que este desenvolvimento levaria o campesinato ao desaparecimento e a que acredita que é justamente o caráter contraditório e desigual do capitalismo que favorece a criação e recriação do campesinato no seu interior. Isso significa que os camponeses, para manterem ou assegurarem a territorialização camponesa, produzem diversas formas de resistência ao capital. Este aspecto será abordado em seguida.

2.2 Resistência e território camponês: o local na construção da autonomia camponesa

A palavra resistência no sentido etimológico significa “ato ou efeito de resistir” ou “força que se opõe a outra” (FERREIRA, 2000). Outro sentido é apresentado por Chauí (1986) quando estudou os aspectos da cultura popular no Brasil. Esta autora considera a resistência e o conformismo como palavras ambíguas na busca de compreender a relação existente entre a cultura popular e a cultura dominante. Mas como encarar essa ambigüidade se essas palavras possuem significados opostos? A etimologia da palavra conformismo significa “atitude de quem se conforma com todas as situações” (FERREIRA, 2000, 174). Todavia, Marilena Chauí entende a cultura popular como algo que se realiza no interior da cultura dominante, ou seja, como mistura de conformismo e resistência.

Nas palavras da autora:

Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas da sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente (CHAUÍ, 1986, p. 122).

A cultura popular concebida em suas ambigüidades se expressa como “tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar” (CHAUÍ, 1986, p. 124). Ou seja, não existe oposição entre conformismo e resistência, são dimensões simultâneas entendidas como práticas locais historicamente determinadas em um mesmo processo.

A partir de tal premissa, entendemos a recriação do campesinato brasileiro a partir da forma ambígua de resistência e conformismo. Afirmamos isso porque uma determinada ação ou reação que caracterize conformismo do camponês pode ter efeitos de resistência à lógica dominante capitalista, tais como: a) a autonomia no processo produtivo; b) o predomínio do trabalho familiar na produção; c) a produção para o autoconsumo ou a produção mercantil simples; d) a diversificação da produção contra a penetração de monoculturas exportadoras; e) a produção orgânica; d) a criação de animais (aves, bois, cabras, porcos, abelhas e outros); f) a não integração à indústria capitalista; g) a eliminação dos atravessadores na comercialização da produção; h) as relações de vizinhança e comunitárias, além de outras formas de conformismo ao resistir ao capital.

Em termos políticos, alguns camponeses proprietários de terras ou não são considerados reacionários, conservadores e conformados, pelo fato de não se organizarem em

grandes movimentos sociais contra a sujeição da renda terra ao capital, ou em prol da reforma agrária. Isso deve-se ao fato de que “os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses” (FABRINI, 2008, p. 239). Todavia, de acordo com Fabrini:

A resistência camponesa não se limita à ação/organização dos movimento sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: “o movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”. É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se ergue como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo (FABRINI, 2008, p. 239-240).

Para o autor, existe um movimento camponês superior aos movimentos sociais que se caracteriza pelo processo de construção de resistência que carrega um conjunto de práticas sociais (como as supracitadas) de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental e costumeiro, que são construídas a partir de forças locais assentadas no território camponês, quais sejam: os acampamentos dos sem-terra; os assentamentos; as comunidades rurais; os bairros rurais e as pequenas propriedades camponesas. Portanto, antes de caracterizar o território camponês a partir das diversas formas de resistência ao capital, faz-se necessário apresentar o conceito de território para além do espaço de governança. Neste sentido, o ponto de partida é o espaço.

Milton Santos (2008), ao elaborar uma definição plena do espaço na sua obra “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*”, explica que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2008, p. 63). Assim, o espaço geográfico é uma totalidade onde se realizam todos os tipos de relações que o produz. Nesta compreensão, é evidente a noção de sistema espacial composta por objetos e ações indissociáveis.

Sobre o funcionamento do sistema espacial, Santos (2008, p.63) afirma:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Nesta abordagem, o sistema de objetos é formado pelos objetos naturais que estão presentes na natureza e pelos objetos sociais produzidos a partir de uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza modificada por esse mesmo trabalho. Dito de outra forma, o sistema de objetos é formado pela transformação dialética da primeira natureza em segunda natureza. De acordo com Santos (2008, p. 72-73):

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade.

O sistema de ações é exclusivamente de natureza humana, haja vista que somente os homens com intencionalidades técnicas poderão dar sentido aos objetos.

Nas palavras de Santos (2008, p. 82-83):

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas.

Assim, o espaço geográfico é produzido através de uma relação dialética entre os sistemas de objetos e sistemas de ações cuja intencionalidade é carregada de conteúdo técnico. Todavia, segundo Santos (1986), este espaço geográfico não pode ser explicado sem o tempo social, devido ao processo histórico, ao fato da relação espaço-tempo ser o resultado de cada período da história que, configurado através do modo de produção, vai produzir um espaço específico, expressão da sociedade que o organiza. Assim sendo, o espaço geográfico é algo dinâmico, é a expressão da sociedade em movimento.

Se partirmos da premissa que o território é construído a partir do espaço geográfico, o processo que produz o espaço também produz o território.

Para Raffestin (1993), o conceito de território necessariamente deve ser diferenciado do conceito de espaço geográfico, o qual constitui um substrato, é algo anterior ao território.

Conforme o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O território, para Raffestin (1993), é, portanto, produzido a partir do espaço e caracterizado por relações de poder. O poder exercido pelas pessoas, grupos ou instituições estatais é fundamental na compreensão do território. Este poder é relacional porque está presente em todas as relações sociais que formam o território.

Essa compreensão de território a partir das relações de poder tem influenciado inúmeros trabalhos desenvolvidos no âmbito da Geografia brasileira, por estudiosos como Andrade (1995); Souza (2009); Haesbaert (2004); Oliveira (1996) e; Fernandes (2008, 2009).

Não é nosso objetivo resgatar esses estudos, mas apresentar como as comunidades rurais e os assentamentos podem ser compreendidos enquanto territórios para além do espaço de governança. É neste sentido que trazemos a abordagem de Fernandes (2008) sobre a tipologia dos territórios.

Em “Entrando nos territórios do território”, Bernardo Mançano Fernandes (2008) destaca a importância da multidimensionalidade e da multiescalaridade na análise dos territórios. Para o autor, “cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas” (FERNANDES, 2008, p. 279). Ou seja, a dimensionalidade corresponde ao princípio da totalidade na compreensão dos territórios, refere-se à relação dialética entre as dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais materializadas nos territórios. A multiescalaridade nos permite compreender o território para além do espaço de governança, levando em consideração os diferentes tipos de território em nível local, regional, nacional, internacional.

Nas palavras do autor:

O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade. Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no

“território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional (FERNANDES, 2008, p. 278).

Portanto, recusar a análise do território a partir da sua dimensionalidade e multiescalaridade significa negar a socialização das tomadas de decisão e não reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. Em outras palavras, o conceito de território é considerado espaço de governança se analisado somente a partir de uma dimensão territorial (país, estados ou municípios) e se considerar apenas uma ou duas das dimensões da totalidade nas relações travadas no território. É neste sentido, segundo Fernandes (2008), que este conceito vem sendo utilizado “(...) como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentado pelas transnacionais do agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 279). O autor ainda explica que:

A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, possibilita-nos entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representadas como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Na tentativa de superar a compreensão do território somente como espaço de governança, uno e singular, o autor propõe três tipos de territórios: a) o território caracterizado como espaços de governança: país, estados e municípios; b) o território caracterizado por dois tipos de propriedades privadas: a capitalista e a não-capitalista; c) o território caracterizado pelos territórios fluxos, os quais são produzidos no primeiro e segundo territórios, isto é, suas fronteiras se movimentam conforme a intencionalidade de diferentes instituições e as conflitualidades geradas pelas disputas territoriais. Todavia, é no interior do primeiro território que os demais se organizam, ou seja, é no território brasileiro e nos seus estados e municípios que as diferentes formas de propriedade privada são materializadas. Nesta compreensão, Fernandes (2008) considera as propriedades privadas capitalista e

camponesa como territórios dentro do território do espaço de governança, o que mostra que nem toda propriedade privada é capitalista.

O segundo território pode ser contínuo ou descontínuo, isto é, pode “pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições” (FERNANDES, 2008, p. 283). Deste modo, também pode ser uma comunidade rural ou parte dela, um sítio ou parte dele. O caráter descontínuo é porque ele pode se organizar em redes ligando-se a vários territórios.

Ao analisar essa tipologia de territórios, tem-se que levar em consideração o sentido político da soberania nas tomadas de decisões, principalmente no segundo território, cujas propostas de desenvolvimento são definidas pelos proprietários.

Essa compreensão sobre o significado de território é fundamental para este trabalho, uma vez que se trabalha com as propriedades privadas como territórios dentro do território de governança (municipal, estadual, regional, nacional e internacional). Neste sentido, podemos entender as comunidades rurais dos municípios paraibanos de Nova Floresta e Teixeira enquanto territórios do território municipal. Mas, para tanto, é preciso saber como se dão as relações de poder em seu interior para defini-lo a partir de tal compreensão. Essa abordagem será apresentada nos resultados da pesquisa empírica presentes nos próximos capítulos. Todavia, temos que ter em mente que considerar o território como uno, sem levar em consideração a sua dimensionalidade e sua multiescalaridade, é compreendê-lo somente como espaço de governança e ignorar suas conflitualidades. Isso acontece porque o conceito de território é definido de acordo com as intencionalidades de pesquisadores que estão vinculados a diferentes métodos, correntes teóricas e instituições. Portanto, “Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora ou que usa o conceito” (FERNANDES, 2008, p.278).

Para este autor, os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil partem de apenas duas linhas de interpretação: a dos autores/pesquisadores que defendem a viabilidade da agricultura familiar através da sua integração ao mercado e da incorporação tecnológica e os que estudam o espaço agrário brasileiro a partir do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo. Essas duas correntes são denominadas por ele como Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA).

No PCA, o conceito de território se expressa como espaço de governança (território do Estado) devido a suas análises serem feitas a partir dos modelos do modo de produção capitalista, portanto, nesta corrente, ele tem o significado semelhante aos conceitos de espaço e região. Afirma-se isso, sobretudo, pela falta de estudos sobre as contradições e as conflitualidades geradas pelas diferentes classes sociais. Nesta compreensão, predominam as

políticas de desenvolvimento territorial rural cujos parâmetros são sempre as relações capitalistas. Podemos citar como exemplo as pesquisas financiadas pelo Banco Mundial que utilizam o território não como conceito, mas como instrumento de análise na elaboração de políticas territoriais. É o caso das políticas neoliberais que ainda predominam no espaço agrário brasileiro através de três processos: primeiro intensifica a desterritorialização dos territórios camponeses “por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado” (FERNANDES, 2008, p. 293); segundo facilita a territorialização do agronegócio através das monoculturas voltadas para exportação; e terceiro permite a reterritorialização dos territórios camponeses por meio da mercantilização das políticas públicas como a reforma agrária. É evidente, neste último processo, a recriação do campesinato mesmo que seja de forma subalterna, usando as palavras de Fernandes (2008, p. 294): “O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalista”, no denominado processo de acumulação por espoliação¹⁶.

Os territórios capitalistas e camponeses possuem diferentes formas de organização da produção e do trabalho, portanto, para um se expandir é preciso a destruição do outro.

O território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do estado (FERNANDES, 2008, p. 295).

Este processo¹⁷ contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização permanecerá enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, pois com o seu fechamento as conflitualidades existentes entre as classes capitalistas e camponesas se intensificarão ainda mais.

No PQA, o conceito de território utiliza como parâmetro em seus estudos as contradições e as conflitualidades entre as classes capitalista e camponesa. Por essa razão, este conceito distingue-se dos conceitos de espaço e região porque se expande para além do sentido de espaço de governança. Neste sentido, as perspectivas do desenvolvimento territorial rural dão mais ênfase a sua dimensão política através de severas críticas ao capitalismo. O território é analisado através da soberania expressa pelas formas de resistência à desterritorialização do campesinato que acontece através de políticas de desenvolvimento

¹⁶ Sobre o processo de acumulação por espoliação, ver Harvey (2004).

¹⁷ É importante destacar que, neste processo, há uma desvantagem do campesinato em relação ao agronegócio que se territorializa mais rápido no campo.

local dos órgãos oficiais e multilaterais que colocam limites à existência camponesa com a sua inserção ao mercado.

Fabrini (2008) apresenta duas abordagens sobre o “local” para a compreensão do território camponês. A primeira abordagem trata da questão do desenvolvimento local na interpretação do PCA que focaliza o local como possibilidades de desenvolvimento de negócios. Neste sentido, o local é entendido como:

(...) a comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos já que a geografização do camponês ocorre pelas trocas, no caso de mercadoria, a qual, na essência, encontra-se a idéia de desenvolvimento (FABRINI, 2008, p. 255).

O desenvolvimento é concebido no sentido de progresso bem como de acesso a tecnologias e idéias que vão elevar a capacidade de produção e de consumo. O local apresenta-se como potencializador do desenvolvimento na medida em que possui “um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadoras e participativas de gestão” (FABRINI, 2008, p.257). Dito de outra forma, as forças locais favorecem a descentralização de políticas públicas com a transferência de responsabilidade do Governo Federal para os estados, municípios e até mesmo para as comunidades rurais conferindo poder aos segmentos populares. Nesta compreensão, os camponeses, denominados no PCA de agricultores familiares, em virtude das características locais, teriam mais vantagens econômicas com a sua inserção ao mercado. O contexto local ergue-se como elemento fundamental na caracterização do território, todavia, é preciso observar se esse desenvolvimento assentado na oportunidade de negócios cria possibilidades de mercado para todos.

A segunda abordagem, em contraposição à primeira, apresenta as forças locais (das comunidades rurais, assentamentos, acampamentos, bairros, além de outras) no sentido de resistência ao mercado global imposto pela lógica capitalista. Nesta compreensão, estão os teóricos do PQA e alguns movimentos sociais que caracterizam o território como possibilidades de resistência aos esquemas hegemônicos do modo de produção capitalista. Neste sentido, defendem que as forças locais erguem-se no território camponês no sentido de fortalecer a agricultura camponesa para abastecer o mercado interno.

Essa posição foi apresentada no I Fórum Mundial da Reforma Agrária realizada na Espanha em 2004:

Em oposição ao modelo agro-exportador, o FMRA – Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária – defende o fortalecimento da agricultura camponesa e

familiar voltada para os mercados locais como ferramenta para garantir a soberania alimentar das nações. Esse modelo de produção agrícola, segundo a declaração final do encontro é potencialmente mais produtivo por unidade e superfície, mais compatível com o meio ambiente e muito mais capaz de proporcionar uma vida digna às famílias rurais ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores rurais e urbanos alimentos sãos, baratos e produzidos localmente (BRASIL DE FATO *apud* FABRINI, 2008, p. 259).

As forças locais do território se erguem como processo de resistência à ordem dominante capitalista. Por essa razão, “os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos” (FABRINI, 2008).

(...) ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos e não o contrário (p. 259).

Os movimentos camponeses constituem apenas um dos fatores da existência do campesinato. Com efeito, é evidente que a escala de ação deles se espacializa pelos movimentos sociais, mas é preciso levar em consideração que estes se fortalecem por uma força local do território, que se manifesta em formas de resistências ao capitalismo, como por exemplo, a autonomia no processo produtivo e um conjunto de costumes e valores que tradicionalmente se distancia das forças externas capitalistas.

A etimologia da palavra autonomia significa, segundo Ferreira (2000, p. 77), “faculdade de se governar por si mesmo”. Porém, a autonomia a qual nos referimos não significa independência em relação ao modo de produção capitalista nem a outros fatores externos provenientes dele, e sim a uma forma de resistência camponesa pautada no controle do próprio tempo e do próprio espaço no processo produtivo de forma inversa à lógica capitalista.

Bombardi (2004, p.200), ao estudar a autonomia dos camponeses do bairro Reforma Agrária de São Paulo, afirma que:

Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço. Essa liberdade se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimi-los em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido (o produto final do trabalho da família

lhes pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer, ou que se precisa atribuir à própria família.

O controle do próprio tempo está relacionado ao ritmo de trabalho determinado pela família conforme o ciclo biológico das espécies que cultivam. Por essa razão, durante o ano, há período em que o trabalho é mais extenso, como na fase do plantio e da colheita, enquanto que, nas fases dos tratos culturais, o trabalho diminui. Além disso, o fato de ter o controle da força de trabalho e dos meios de produção faz com que o camponês seja ao mesmo tempo produtor para o autoconsumo e produtor de excedente.

Conforme Fabrini (2008, p. 261):

O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia.

A agricultura camponesa é regida por princípios opostos à agricultura capitalista, para compreendê-los podemos utilizar as idéias de Marx (1988) sobre o cálculo camponês expresso na seguinte fórmula: $M - D - M$, que significa mercadoria, dinheiro, mercadoria. Ou seja, os camponeses produzem mercadorias que são comercializadas para poderem comprar outras mercadorias que são necessárias à reprodução da família. O dinheiro entra neste processo como um mecanismo intermediário de troca.

Essa teoria da produção mercantil simples camponesa é contrastante à teoria de produção mercantil capitalista, para a qual Marx (1998) utiliza a seguinte fórmula: $D - M - D$, que significa dinheiro, mercadoria e dinheiro. Nesta concepção, o processo se inicia com o dinheiro investido na agricultura (para compra de matéria-prima, máquinas e força de trabalho) para a produção das mercadorias, que, ao serem comercializadas, dão um retorno monetário superior ao que foi investido, possibilitando a acumulação do capital.

A produção camponesa não visa fundamentalmente o lucro, mas a sobrevivência do núcleo familiar. Por essa razão, consideramos a autonomia como resistência localmente construída que permite a recriação do campesinato pelos saberes acumulados de geração a geração, a saber: a) controle do processo de produção e da força de trabalho familiar; b) produção para o autoconsumo e para a comercialização de excedente; c) fabricação de alguns dos instrumentos e ferramentas de trabalho pelos próprios camponeses não dependendo dos equipamentos e máquinas sofisticadas produzidas pelas empresas capitalistas; d) a

organização da produção e do trabalho pautada predominantemente no trabalho familiar e na diversificação de culturas alimentares; e) relação ambientalmente correta com a natureza resistindo ao consumo de agrotóxico, insumos industrializados, equipamentos e orientações técnicas proveniente da lógica capitalista de produção; f) as condições naturais de solo e clima determinam o calendário agrícola camponês e marca a sua dependência em relação à natureza.

Além de outras formas de resistências que extrapolam a dimensão econômica por meio de hábitos e valores localmente construídos no território camponês que se referem às dimensões culturais, sociais, ambientais e políticas, relacionadas entre si, tais como: a) as relações de vizinhanças que se estendem à produção agrícola por meio da ajuda mútua na troca de dias de serviços; b) a religiosidade marcando uma relação local em torno da igreja; c) os laços e ações comunitários centrados nas festividades, nas visitas aos vizinhos aos domingos que são caracterizados pelo prazer das conversas (sobre saúde, educação, produção agrícola) que estão além das ações políticas e ideológicas.

Em suma, é com base nesses pressupostos que fundamentamos este trabalho. Nele, compreende-se que o campesinato se recria de modo contraditório no interior do modo de produção capitalista por meio de diversas formas de resistência construídas localmente no território, que asseguram a sua existência e permanência num sistema a ele adverso. Entendemos ainda o campesinato enquanto classe inerente ao modo de produção capitalista por acreditar que os prognósticos da destruição e do desaparecimento do campesinato no desenvolvimento capitalista não se concretizaram no Brasil porque, no nosso país, a sua recriação acontece por meio da luta pela terra, pela reforma agrária e por outras formas de resistência que estão para além destas materializadas numa base territorial local carregada de conteúdo político, econômico, social, cultural e ambiental que garantem a sua existência no capitalismo. Cabe relacionar ainda a pertinência deste arcabouço teórico à realidade do espaço agrário de Nova Floresta e Teixeira. Para tanto, partimos do resgate do processo de produção do espaço agrário desses municípios.



CAPÍTULO III

**PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E
ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO
DE NOVA FLORESTA E TEIXEIRA**

3 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO DE NOVA FLORESTA E TEIXEIRA

Antes de enveredarmos no estudo da produção do espaço agrário dos municípios de Nova Floresta e Teixeira e sua organização atual, expomos os aspectos locacionais e ambientais que lhes conferem individualidade.

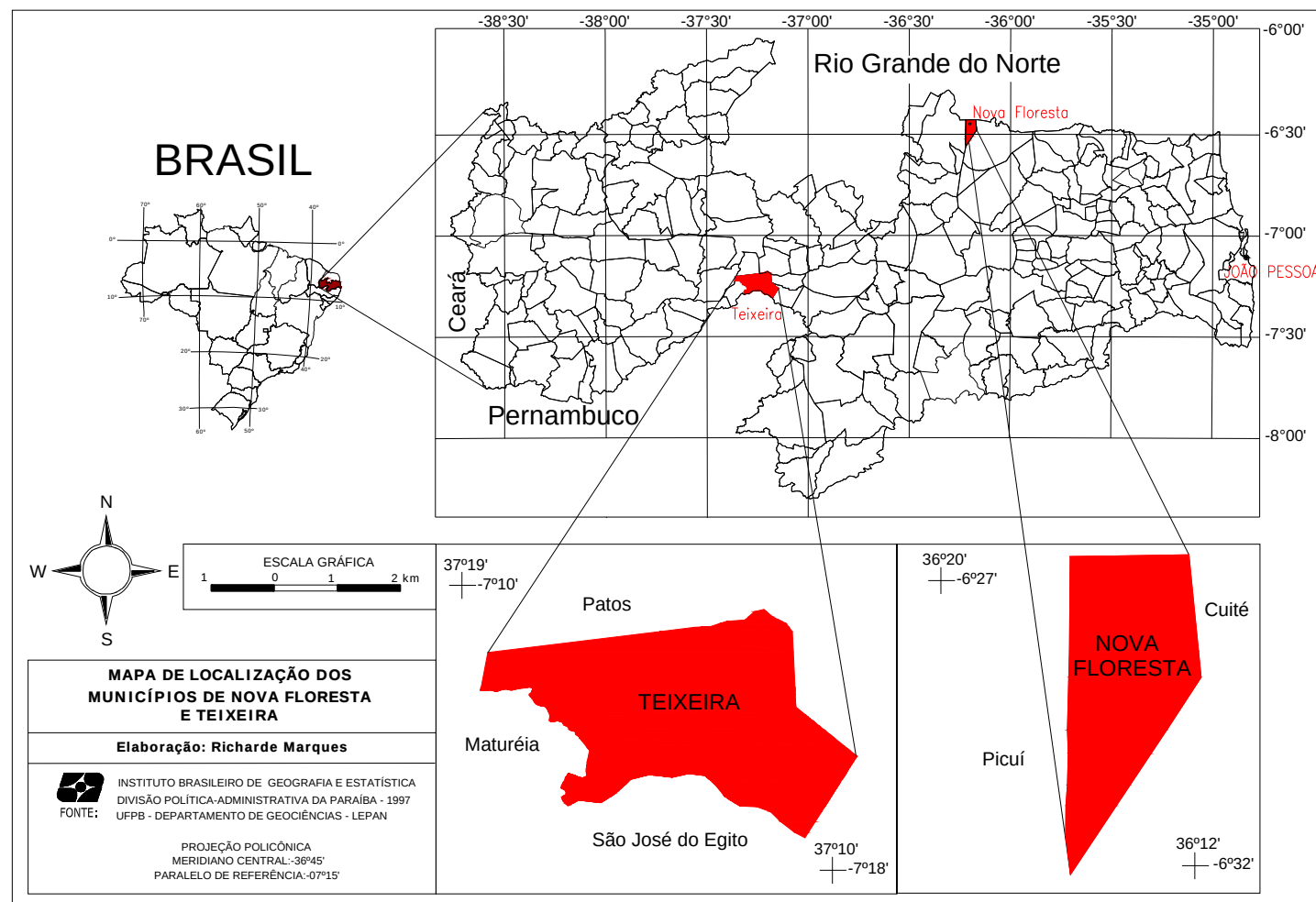
3.1 Aspectos locacionais e ambientais de Nova Floresta e Teixeira

Os municípios de Nova Floresta e Teixeira situam-se no estado da Paraíba-Brasil. Nova Floresta com uma extensão territorial de 59 km² situa-se na Microrregião do Curimataú Ocidental que faz parte da Mesorregião do Agreste Paraibano. Sua posição geográfica é determinada pelo paralelo de 06°27'18" de Latitude Sul, em sua interseção com o meridiano de 36°12'10" de Longitude Oeste. Limita-se ao Norte com o estado do Rio Grande do Norte, ao Sul com os municípios de Cuité e Picuí, a Leste com o município de Cuité e a Oeste com o município de Picuí (Mapa 3).

O município de Teixeira localiza-se na Microrregião da Serra do Teixeira, na subunidade espacial da Mesorregião do Sertão Paraibano. A sua extensão territorial é de 160, 899 km² e sua posição geográfica é determinada pelo paralelo de 07°13'22" de Latitude Sul, em sua interseção com o meridiano de 37°15'15" de Longitude Oeste (Mapa 3). Limita-se ao Norte com os municípios de São José do Bonfim e Cacimba de Areia, ao Sul com o estado de Pernambuco, ao Leste com Cacimbas e Desterro, e a Oeste com Maturéia e Mãe d'Água.

Do ponto de vista ambiental, os dois municípios se situam, no todo ou em parte, em dois conjuntos serranos constituídos pelos Brejos Serranos de Cuité e Bom Bocadinho e pela Serra do Teixeira. Os conjuntos serranos constituem maciços residuais, isto é, "blocos individualizados, separados do corpo geral e principal da Superfície Aplainada da Borborema, por depressões tectônicas ou pediplanadas" (CARVALHO, 1982, p.49) que apresentam níveis altimétricos situados entre 600-800 metros e são constituídos principalmente de granitos e/ou gnaisses.

Mapa 3



Localização dos municípios de Nova Floresta e Teixeira

O município de Nova Floresta está situado em parte nos Brejos Serranos de Cuité e Bom Bocadinho (na porção norte) e em parte na depressão tectônica do Curimataú¹ caracterizada pela semi-aridez (ao sul). As duas fisionomias da paisagem, uma mais seca e de domínio da caatinga, e outra subúmida acham-se presentes no município de Nova Floresta, como pode ser visualizado através das figuras 1 e 2 abaixo.

Figura 1



Paisagem da área da Caatinga em Nova Floresta. Arquivo: Silvana Correia. 13/05/2006.

Figura 2



Paisagem da área subúmida de Serra de Nova Floresta. Arquivo: Silvana Correia. 13/05/2006.

¹ “Trata-se de uma área deprimida com altitude média entre 300-350 metros e desníveis de até 300 metros entre a baixada e o topo das serras situadas ao norte. Do ponto de vista geológico a depressão do Curimataú é considerada um ambiente de tectonismo por rutura que teria originado falhas, responsáveis pela orientação da drenagem local. Ela é estruturada em micaxistos e apresenta uma topografia colinosa com elevações de topos planos a arredondados” (MOREIRA, 1999, p. 14).

A essas duas paisagens naturais correspondem formas diversificadas de uso do solo agrícola. Embora não se pressuponha um determinismo ambiental, não se pode negar a influência dos condicionantes naturais à qual se soma os condicionantes técnicos, na forma de organização produtiva das áreas estudadas.

Do ponto de vista geológico, a porção norte do município de Nova Floresta coincide com a unidade estratigráfica denominada Formação Serra dos Martins (Fig. 5). Esse capeamento sedimentar imprime uma feição semi-horizontal, tabular aos topos das serras que se destacam na paisagem como "chapadas elevadas".

Na porção sul, dominada pela Depressão do Curimataú, o município sofre os rigores da semiaridez caracterizado por uma:

pluviosidade média anual em torno de 350 mm, com os meses mais chuvosos atingindo no máximo 800 mm de chuvas, temperaturas médias em torno de 27° C e umidade relativa do ar de aproximadamente 75% (...). A intensa semi-aridez aí apresentada deve-se tanto à sua localização geográfica, a sotavento do curso dos ventos alíseos de Sudeste e em posição de abrigo das massas de ar CIT, quanto à sua condição de área deprimida em relação à circunvizinhança (MOREIRA, 1999, p. 16).

É justamente a porção sul do município de Nova Floresta que coincide com duas unidades litoestratigráficas: do neoproterozóico (formada por granitóides de quimismo indiscriminado e granitóides diversos) e do paleoproterozóico (formada pelo Complexo Serrinha-Pedro Velho: ortognaisse tonalítico trndhjemítico a granítico migmatizado e migmatito) (BELTRÃO, 2005).

Quatro tipos de solos² predominam em Nova Floresta: os Bruno Não Cálculo, os Latossolos Vermelho Amarelo, os Regossolos e os Litossolos. Em algumas áreas podem ser encontrados também afloramentos de rochas (EMBRAPA, 1995). Nestes solos desenvolve-se uma cobertura vegetal "constituída por fitofisionomia não florestal, subxerófila, decídua, com predomínio das formas arbóreas e arbustivas, características do semi-árido nordestino" (SEBRAE-PRODER, 1996, p. 11).

A rede de drenagem se apresenta bastante incipiente, em decorrência da irregularidade da superfície e das características litólicas. Os solos, nas áreas mais úmidas são mais profundos e nas áreas mais secas são rasos e pedregosos com acidez de moderada a baixa, e facilmente erodidos.

² A caracterização dos solos de Nova Floresta será abordada correlacionada com a aptidão dos produtos agrícolas no Capítulo 4 que trata da organização da produção agrícola.

Já o município de Teixeira acha-se integralmente inserido no conjunto serrano da “Serra de Teixeira” na porção sul do Sertão paraibano. Essa unidade morfológica corresponde a um conjunto de serras dispostas no sentido leste-oeste do Estado, “que apresenta uma linha de escarpa muito íngreme, com desníveis da ordem de até 500 metros na face voltada para o pediplano sertanejo” (CARVALHO, 1982, p. 50) (Fig. 3).

Figura 3



Alinhamento da Serra do Teixeira. Fonte: Arquivo de Emília Moreira. 27/05/2007.

Do ponto de vista geológico, em Teixeira distinguem-se três unidades estratigráficas: do Cenozóico (formado por depósitos colúvio-aluviais de sedimentos arenosos, areno-argiloso e conglomerático); do Neoproterozóico (formado por rochas shoshonítica alcalina referente aos leucogranito e biotita-hornblenda sienito); e do Mesoproterozóico (as rochas granítica-migmatítica com ortognaisse granodiorítico a monzogranítico; o complexo São Caetano formado por gnaisse, megrauvaca, metavulcânica félsica e metavulcânica e; o Complexo Salgueiro-Riacho Gravatá, referente aos xistos, metavulcânica máfica a félsica, metaultramáfica e metatufo) (BELTRÃO, 2005).

A topografia é bastante acidentada (ondulada e fortemente ondulada) com predomínio de solos Litólicos, Regossolos, Cambissolos e Latossolos (EMBRAPA, 1995). Nestes solos, há uma cobertura vegetal de Caatinga Hiperxerófila de porte e densidade diferente das encontradas na Depressão Sertaneja, motivada por uma maior umidade. As cactáceas são menos expressivas, destacando-se pouca presença de facheiro (CAVALCANTE, 1989).

Compõem a rede hidrográfica do município o alto curso dos rios Espinharas, que integra a bacia do rio Piranhas (cujas águas escoam para norte) e do rio Taperoá, que integra a bacia do rio Paraíba (cujas águas escoam para leste) (BELTRÃO, 2005).

O padrão de drenagem é o dentrítico e os cursos d'água dos rios possuem regime de escoamento intermitente. As águas somente ocorrem nos meses de inverno e nos meses restantes do ano os leitos ficam expostos. Esses recursos hídricos pobres apresentam-se em forma de riachos: o das Moças, o de Poços, o de Catolé e do Desterro.

Em decorrência da topografia acidentada, os cursos de alguns riachos não possuem direção comum, isto é, têm seus cursos orientados em direção que tanto banham alguns municípios vizinhos, como ultrapassam a fronteira do município com o estado de Pernambuco (BELTRÃO, 2005).

De acordo com a divisão do estado da Paraíba em regiões Bioclimáticas, o município de Teixeira enquadra-se no bioclima 4bth de Gaussen ou ao clima:

Tropical quente, de seca média, (...). Este clima corresponde a uma caatinga mais branda com fitofisionomia diferente da do clima 4ath, apresentando menor quantidade de cactáceas e bromeliáceas, e expressiva ocorrência de representantes arbóreos, como braúnas, aroeiras, angicos e outros (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, p. 4).

Já segundo a classificação de Köopen, o clima que ocorre na área é do tipo Aw' quente e seco, amenizado pela altitude das serras que imprimem modificações no quadro climático local e regional em virtude de sua posição perpendicular às correntes aéreas dominantes, conferindo-lhe uma feição subúmida decorrente da atuação das chuvas orográficas nas encostas a barlavento. Esse clima contribui para formação de uma caatinga arbórea que originaram as matas serranas. A pluviometria média anual do município varia entre 800/900 mm, atingindo até 1.000 mm nos anos bons de chuvas. A temperatura, geralmente, fica entre 15° a 28°C, ocorrendo grandes quedas durante a noite (MOREIRA, 1999).

Em suma, apesar de Nova Floresta e Teixeira apresentarem limitações para a produção agrícola decorrentes da presença de um relevo acidentado, de afloramentos rochosos, da susceptibilidade à erosão e da falta de água, o clima semi-árido ao ser suavizado pelo relevo cria condições especiais para o desenvolvimento agrícola originando uma área de exceção no semiárido paraibano.

Embora não se pressuponha um determinismo ambiental nos dois municípios, não se pode negar a influência dos condicionantes naturais sobre a dinâmica da organização do

espaço agrário. De fato, ao contrário do que ocorre no pediplano sertanejo onde predominam os latifúndios pecuaristas, na Serra do Teixeira e em Nova Floresta, desenvolveu-se historicamente uma atividade agrícola diversificada praticada principalmente em pequenos e médios estabelecimentos rurais. A forte presença das pequenas explorações agrícolas é facilmente percebida na paisagem rural, o que mostra que a natureza aqui apresentada foi transformada pelo processo histórico de ocupação do espaço agrário como veremos a seguir.

3.2 O processo histórico de produção do espaço agrário de Nova Floresta e Teixeira

Para entendermos o processo histórico de produção do espaço agrário dos municípios de Nova Floresta e Teixeira partimos do pressuposto de que:

o espaço e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não é algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 1999).

Em outras palavras, concebemos o espaço segundo Milton Santos (1985) como:

um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. O espaço é (...) o resultado da produção (...) mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS, 1985, p.49).

Nesse sentido concordamos com Bezerra (2008) que:

São as condições históricas de reprodução social, determinantes dos processos de elaboração das formas espaciais, que devem ser investigadas para que se possa obter uma interpretação consistente sobre o processo de produção do espaço como forma de apreensão da história social (p. 23).

Desse modo, o espaço é entendido “como o produto material ou o substrato material que reflete as condições de reprodução social vigentes em determinada época, sendo ainda um produto do processo dialético pelo qual a sociedade desenvolve seus conflitos” (BEZERRA, 2008, p. 23).

O espaço é, portanto, uma totalidade aqui entendida segundo Goldmann, como o “conjunto absoluto das partes em relação mútua” (1967, p. 94). Por esse prisma, “toda ação e

todo objeto gera um reflexo e interage com todos os outros pontos do planeta direta ou indiretamente. A totalidade só pode então ser compreendida por suas partes, assim como as partes só são compreensíveis em uma totalidade relacional” (BEZERRA, 2008, p. 23).

Desse modo, o espaço agrário dos municípios estudados constitui um segmento do espaço nacional e estadual e reproduz as condições de reprodução social vigentes ao longo do tempo histórico nesses espaços.

Segundo Moreira e Targino (1997):

O espaço agrário paraibano, desde o início da colonização portuguesa, tem-se constituído em um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais teceram um “ambiente de vida” gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização, subordinadas inicialmente aos interesses do capital mercantil metropolitano e, mais recentemente, aos ditames de valorização do capital industrial e financeiro, não têm como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população (p. 19).

Na verdade, o espaço agrário paraibano, enquanto segmento do espaço nacional, esteve inicialmente subordinado ao modo de produção capitalista na sua fase mercantil. Por essa razão, ele se constituiu para atender necessidades externas a ele. Daí a expressão de Moreira e Targino (1997) de “espaço alienado” para se referir ao momento posterior a conquista do território paraibano pelos colonizadores portugueses que se apropriaram deste espaço para tirar dele um excedente colonial. Tal assertiva descarta a idéia de Guimarães (1968) da existência de uma economia feudal no território brasileiro, haja vista que “as culturas exploradas, as relações de trabalho implantadas, o nível tecnológico vigente e a distribuição da propriedade da terra” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 20), foram construídos com a intencionalidade de extrair um excedente para atender a acumulação do capital mercantil.

A atividade canavieira desenvolvida no Litoral paraibano garantiu este processo, além de ter sido responsável pela ocupação inicial do espaço agrário paraibano, na medida em que “promoveu, em seu período áureo, a separação da produção agrícola e pecuária, determinando uma divisão espacial do trabalho: o Litoral especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidos no Sertão e no Agreste” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 79).

Além da cana e da pecuária, o algodão foi outra cultura que contribuiu para o povoamento do Agreste e do Sertão.

A agricultura camponesa paraibana surgiu no interstício das atividades canavieira na Zona da Mata, pecuária e algodoeira no Agreste e no Sertão. Segundo Moreira e Targino (1997), ela desenvolveu-se inicialmente no interior do latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se relacionada à implantação do sistema de morada no interior dos engenhos da Zona da Mata e da parceria e do arrendamento no Agreste e no Sertão.

Outra atividade que marcou a paisagem da região agrestina e da porção oriental da Serra do Teixeira no Sertão Paraibano foi a sisaleira. Trazido do México por volta de 1903, somente a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940 o sisal se constituiu em uma alternativa econômica para algumas regiões do semi-árido aí incluído o Agreste seco. A crise do sisal no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 decorrente da queda dos preços no mercado internacional em virtude da concorrência com a fibra sintética foi responsável pela busca de novas alternativas econômicas para além do algodão e da pecuária nas regiões que haviam se convertido em produtoras dessa lavoura. Nelas desenvolvem-se a partir de então, experiências de produção de frutas e hortaliças a exemplo do caju e da cenoura. Mais recentemente observa-se a expansão da cultura do maracujá irrigado e de sequeiro.

O espaço agrário de Nova Floresta e de Teixeira enquanto frações do espaço paraibano reproduziram esse processo.

3.2.1 O processo histórico de produção do espaço agrário de Teixeira

Como já mencionamos, o processo inicial de ocupação do espaço agrário do Sertão deveu-se à atividade pecuária que penetrou e se estabeleceu na região entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII. Esse avanço da pecuária para o interior do território paraibano acha-se relacionado à expansão da atividade canavieira na Mesorregião da Mata Paraibana. Essa atividade, no seu período áureo, provocou a separação da produção de cana-de-açúcar e do gado no interior dos Engenhos determinando uma nova divisão territorial do trabalho na Paraíba, qual seja: o Litoral voltou-se exclusivamente para a produção da cana-de-açúcar enquanto a pecuária passou a ser praticada no Sertão (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Conforme Moreira e Targino (1997):

Inicialmente, o gado era criado em currais no interior dos Engenhos do Litoral. Ele destinava-se quase que integralmente ao atendimento das necessidades de trabalho. Os animais de “tiro” eram utilizados para transportar açúcar, lenha e a cana do eito para o picadeiro. Amarrados a

carroças de madeira em pares de dois ou quatro, deram origem aos tradicionais “carros de boi”. Serviam ainda como “animais de tração” para mover os trapiches. (...) O crescimento de animais de tiro em função da expansão da atividade açucareira, o paulatino aumento do consumo de carnes nos Engenhos e centros urbanos em emergência e os conflitos entre criadores e lavradores foram responsáveis pela separação das atividades canavieira e pecuária (p. 65-66).

Os rios constituíram os “caminhos do gado” (ANDRADE 1986; MOREIRA E TARGINO, 1997) no processo de penetração do povoamento para o interior, sobretudo pela disponibilidade de água. Às suas margens foram se instalando currais e ergueram-se fazendas de gado que posteriormente originaram núcleos de povoamento.

O processo inicial de ocupação do interior da Paraíba foi marcado pelo confronto entre os colonizadores e os nativos como lembra Andrade (1986):

Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casas, levantava currais de pau-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios, onde havia falta d'água durante quase todo o ano. Vivendo na idade da pedra, retirando o sustento principalmente da caça e da pesca, o indígena julgava-se com o direito de abater os bois e cavalos dos colonos, como fazia com qualquer caça. Abatido o animal, vinha a *vindita*³ e a reação do indígena e, finalmente a guerra. Guerra que provocou o devassamento do interior e que concluiu com o aniquilamento de poderosas tribos e com aldeamento dos remanescentes. Guerra que possibilitou a ocupação, pela pecuária, do Ceará, do Rio Grande do Norte, e de quase toda a Paraíba (p. 149).

Os índios nativos do Sertão pertencentes ao grupo dos Cariris, lutaram em defesa do seu território e se organizaram dando origem a “Confederação dos Cariris” ou “Guerra dos Bárbaros”. Esta foi considerada a maior guerra anticolonialista travada no Brasil, a qual se expandiu pelos sertões nordestinos desde 1680 até 1730 (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A atividade pecuária que se desenvolveu no Sertão paraibano, foi organizada de forma ultraextensiva em campo aberto devido a alguns fatores, tais como: a) a escassez das pastagens naturais da caatinga; b) a existência de secas periódicas; c) a utilização de técnicas muito rudimentares na criação de gado, além de outros. Por essas razões, era preciso muito hectares de terras para alimentar uma rês, fato que explica a organização da pecuária bovina em grandes propriedades: a fazenda (MOREIRA E TARGINO, 1997). Sendo assim, o latifúndio no Sertão surgiu para atender as necessidades da atividade pecuária.

³ Vingança ou qualquer forma de punição.

Outros fatores também contribuíram para expansão desta atividade em grandes propriedades, quais sejam: a) o baixo nível de capitalização exigida para implantação de uma fazenda, haja vista que bastava construir uma casa e organizar os currais de bois para soltá-los em vastos hectares de terra; b) a organização do trabalho com base na combinação do trabalho livre e escravo, com baixo predomínio deste último, dado que “o criatório não exigia mão-de-obra numerosa, bastava somente dez ou doze trabalhadores para manter o funcionamento de uma fazenda” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 71); c) o sistema de pagamento do vaqueiro com um quarto da produção a partir de quatro ou cinco anos de trabalho, o qual recebia “(...) de uma só vez, um certo número de animais, suficiente para permitir sua instalação por conta própria em terras que ele comprava, arrendava ou, simplesmente, se apossava” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.72); d) a fraca relação com o mercado exterior, uma vez que era muito pouca a exportação do couro se comparada com a exportação da cana-de-açúcar produzida no Litoral. Por isso que as crises externas não atingiam o sistema criatório como atingiam a atividade canavieira. Como resultado de tais premissas, a região sertaneja teve um processo contínuo e disperso de povoamento.

Neste contexto desenvolve-se a agricultura camponesa associada inicialmente à pecuária. O desenvolvimento da agricultura alimentar realizada por camponeses na região semiárida pode ser explicada entre outras razões: a) pelo isolamento geográfico do Sertão que se encontra muito distante das áreas produtoras de alimentos, como o Litoral e o Agreste; b) por se tratar de uma atividade complementar à atividade pecuária, cujo gado aproveitava os restos das culturas alimentares após a colheita; c) pela capacidade da autoreprodução dos trabalhadores das fazendas que cuidavam ao mesmo tempo do gado e do roçado, proporcionando uma reprodução social através do consumo dos alimentos que plantavam e da carne e do leite do gado que cuidavam (MOREIRA E TARGINO, 1997). Os camponeses recebiam diferentes denominações tais como: vaqueiro, boiadeiro, parceiro, renteiro e outros.

O espaço agrário da Mesorregião do Sertão se organizou até a primeira metade do século XVIII em função da atividade pecuária extensiva complementada pela agricultura alimentar praticada pelos camponeses. A partir da segunda metade deste mesmo século, o algodão se expande na região reorganizando o espaço agrário sertanejo.

Segundo Moreira e Targino (1997), embora o algodão já se fizesse presente nas combinações agrícolas desde o período pré-colonial e como produto de autoconsumo da Colônia, ele só terá destaque na economia paraibana “(...) nos fins do século XVIII, com o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa e o conseqüente aumento da demanda no mercado internacional, e durante a Guerra de Independência americana, com o

afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial (...) (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.73-74).

Com a expansão do algodão pelo território sertanejo têm-se a formação do complexo gado-algodão o qual estará fortemente relacionado à policultura alimentar. No decorrer do século XIX, a cultura do algodão se tornou (ao lado da cana-de-açúcar) uma das principais fontes de renda monetária da Paraíba.

O município de Teixeira, integrado a este espaço regional vivenciou as transformações ocorridas no seu quadro agrário. A ocupação do seu território reproduziu a lógica da exploração colonial.

De acordo com Frei Hugo Fragoso (2006), as primeiras famílias colonizadoras que se enraizaram na Serra de Teixeira chegaram expulsando os índios Sucurus que ali viviam para instalar suas fazendas de gado.

A terra dos índios pertencia, segundo os conquistadores, que chegaram à Serra do Teixeira, a quem as tivesse “descoberto”. E tal “descoberta” era um título especial para impetrar ao Governo a carta de sesmaria. A terra “descoberta” ainda não tinha “dono”, afirmavam eles, e por isso os colonizadores se propunham a “povoá-la”. E é impressionante como em mais de um documento de pedido de sesmaria, na região do futuro município do Teixeira, se alega que a terra está “despovoada”, pois só tem índios brabos nela morando. E, por isso, os colonizadores se propõem, como expressam no pedido de sesmaria, a povoá-la com gado (FRAGOSO, não datado)⁴.

Segundo Batista (1933), a Serra do Teixeira se constituía numa “artéria de comunicação” e de comércio por onde passavam estradas de boiadas, fazia-se “intercâmbio do café da Baixa Verde, do açúcar do Cabo de Santo Agostinho e das Alagoas, dos cereais e da pecuária local com o sal riograndense do norte” (p. 14-15).

A ocupação inicial desse subespaço regional se deu, portanto com base na atividade pecuária, mas seu povoamento só se efetivou posteriormente com a atividade algodoeira. Todavia, o município, como de resto os municípios da região serrana de Teixeira se diferenciam dos municípios da depressão sertaneja pelo fato de concentrarem uma maior produção de lavouras alimentares e por apresentar uma melhor distribuição da propriedade da terra. De acordo com Moreira e Targino (1997):

⁴ Disponível em: http://www.teixeirapb.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=92&Itemid=33

Merece destaque a maior concentração da produção alimentar nas áreas de exceção, como os brejos de altitude existentes no Sertão, a exemplo de Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Teixeira. Nessas manchas verdes, houve uma maior concentração da produção e da população, bem como um padrão de distribuição de terras menos concentrado do que nas demais áreas sertanejas (p. 78).

Isto se deve em parte ao relevo fortemente ondulado que dificultou uma maior expansão da pecuária, às melhores condições de clima e solo e à fragmentação da propriedade da terra por motivo de herança.

O povoado que deu origem ao município de Teixeira teria sido fundado, segundo alguns historiadores, em 1761 com o nome de Canudos, mais tarde denominado de Serra de Teixeira e finalmente, de Teixeira.

Do ponto de vista político-administrativo, o povoado de Teixeira foi transformado em vila pela Lei provincial nº 4, passando a ser Distrito do município de Patos por força da Lei nº. 16 de 06 de outubro de 1857. Em 1859, o território de Teixeira desmembra-se do município de Patos sendo elevado à condição de município no dia 29 de agosto de 1859, pela Lei provincial nº 4⁵. Em 1949 quando a Lei nº. 318 aprovou a divisão territorial da Paraíba em 41 municípios, Teixeira já se integrava à nova divisão político-administrativa do Estado com cinco distritos, quais sejam: Desterro, Cacimbas, Mãe D'Água, Imaculada e Maturéia. Mas, a partir de 1959, os mencionados distritos se desmembraram de Teixeira dando origem a novos municípios: Desterro e Cacimbas em 1959; Mãe D'Água em 1961; Imaculada em 1965 e Maturéia em 1995.

Até o início do século XX o espaço agrário do município de Teixeira organizava-se com base na produção de alimentos produzidos consorciados ao algodão e na atividade pecuária.

Por volta de 1940, a valorização do sisal no mercado internacional estimulou sua produção no município. Tanto os grandes como os pequenos proprietários passaram a produzir sisal, promovendo mudanças significativas na paisagem rural e nas relações de trabalho uma vez que essa cultura exige muita mão de obra o que obriga o produtor a contratar trabalhadores assalariados.

A desvalorização do sisal no mercado externo foi responsável pela retração da cultura no município a partir do final dos anos de 1960 e pela sua substituição por frutas a exemplo do caju e de hortaliças como a cenoura, a beterraba, cebola e outras leguminosas.

⁵ Enciclopédia dos municípios paraibanos. João pessoa-PB, 1976.

A modernização da agricultura que teve lugar na segunda metade dos anos de 1960 no Brasil e de forma atenuada, na Paraíba não promoveu muitas alterações na organização do espaço agrário teixeirense. Isto pelo fato de nele predominar uma agricultura predominantemente camponesa e pela dificuldade de utilização de máquinas em virtude das condições de relevo fortemente movimentado. Não resta dúvida, porém que expandiu-se o consumo de insumos químicos, particularmente dos formicidas e pesticidas e da prática da irrigação verificada na produção do caju e da cenoura (MOREIRA E TARGINO, 1997).

3.2.2 O processo histórico de produção do espaço agrário de Nova Floresta

O processo inicial de produção do espaço agrário do município de Nova Floresta reproduziu a lógica do processo de ocupação do espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano o qual, da mesma forma que no Sertão, esteve relacionado ao desenvolvimento da atividade canavieira. Só que, numa aparente contradição, enquanto no Sertão a ocupação se deu em função da expansão daquela atividade, no Agreste ela se deu em virtude da sua retração. Ou seja, com o declínio da economia açucareira na segunda metade do século XVII, houve um deslocamento da mão-de-obra que foi liberada dos engenhos em direção ao Agreste Baixo⁶ onde passou a se dedicar ao cultivo de alimentos em pequenas unidades de produção (os sítios).

Também contribuiu para a ocupação do Agreste,

o surgimento de currais e de pontos de pouso, para gado e vaqueiros oriundos da região sertaneja quando dos longos percursos em direção ao Litoral. Algumas cidades agrestinas daí se originaram e tiveram sua dinâmica relacionada às feiras de gado que ali se desenvolveram. O núcleo de povoamento de Itabaiana no Agreste Baixo e a cidade de Campina Grande são dois bons exemplos desse processo (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 80).

Mas o povoamento efetivo da região só se efetivou, com a expansão da atividade algodoeira.

Os principais efeitos da “febre do algodão” na organização socioeconômica do Agreste foram: a) a monetarização da economia; b) a consolidação do sistema morador, pois para o cultivo do algodão os grandes e médios proprietários substituíram o trabalho escravo

⁶ Moreira denomina de Agreste Baixo a região que fica à retaguarda dos tabuleiros costeiros da Paraíba e que é dominada, do ponto de vista morfológico, pela depressão sublitorânea (MOREIRA, 1999).

pelo o sistema morador; c) a concentração da população ocasionada pela migração da mão-de-obra livre e escravos libertos dos engenhos do Litoral (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Da primeira metade do século XX, até o final de 1960, além do algodão, outra atividade econômica se expandiu na região do Agreste motivada pelos altos preços no mercado internacional: o sisal. Assim, o algodão e o sisal partilharam o espaço agrário regional com a policultura alimentar e a criação de gado, disputando porções desse espaço (MOREIRA E TARGINO, 1997).

O município de Nova Floresta, integrado ao espaço regional vivenciou as transformações nele ocorridas ao longo do tempo histórico.

Do ponto de vista político-administrativo, até março de 1959, tinha seu território integrado ao município vizinho de Cuité, do qual se desmembrou em 30 de abril daquele ano quando foi elevado à condição de município pela Lei Estadual nº 2.077 (SEBRAE-PRODER, 1996).

No território de Cuité do qual Nova Floresta era parte integrante, viviam índios da nação Tarairius “verdadeiros tapuias do Nordeste, que desde os primórdios da colonização se opuseram à penetração lusa e à conquista de suas terras” (SANTOS, 2010, não paginado). Só após a Guerra dos Bárbaros quando os índios já haviam sido expulsos ou exterminados é que tem início a ocupação do território pelo colonizador através da concessão de sesmarias no início do século XVIII para a criação de gado e cultivo de lavouras⁷.

Os primeiros povoadores seriam procedentes das margens do Rio São Francisco e da Zona da Mata de Pernambuco, ali chegando em busca de terras propícias à lavoura e à criação de gado (SANTOS, 2010).

A atividade pecuária, complementada com a produção alimentar marcaram assim o processo inicial de ocupação e povoamento do espaço agrário de Nova Floresta. Posteriormente, com o “boom” do algodão, assiste-se a expansão dessa cultura no município onde era cultivada tanto pelos grandes como pelos pequenos proprietários e pelos camponeses sem terra como os parceiros e arrendatários.

Apesar de estar localizado distante do município de Teixeira, Nova Floresta também sofreu a influência da valorização do sisal no mercado internacional e se transformou em um grande produtor dessa fibra.

A crise do sisal iniciada na década de 1960, decorrente da queda do preço deste produto no mercado internacional devido à concorrência com o fio sintético e com o sisal

⁷ De acordo com Tavares (1982) a primeira sesmaria concedida na região data de 08 de dezembro de 1704.

africano, foi agravada com sucessivos períodos de seca. A isto se somou, na década de 1980, a crise da atividade algodoeira, promovida pela expansão da praga do bicudo (MOREIRA E TARGINO, 1997). Esses fatos promoveram forte impacto na organização do espaço agrário do município com repercussões importantes na organização da produção agropecuária, na estrutura fundiária e nas relações de trabalho.

As velhas relações de parceria que comandavam a organização da produção algodoeira se retraíram. Houve um crescimento do trabalho assalariado devido ao fato do sisal ser cultivado com as culturas alimentares somente nos dois primeiros anos de cultivo. Portanto, os camponeses conviviam com o sisal no início do seu ciclo produtivo e depois se transformavam em trabalhadores assalariados (temporários) na época da extração do produto.

Com a crise da atividade sisaleira, a organização da produção agropecuária municipal ficou restrita, até 1985, à combinação da policultura alimentar com o algodão e à criação de gado. Com o desmantelamento da atividade algodoeira a partir de então, em virtude da disseminação da praga do bicudo, as combinações agrícolas municipais se restringem aos produtos alimentares básicos voltados em parte ao autoconsumo e em parte à comercialização e à atividade pecuária. Na década de 1990 é introduzido o maracujá no município que passa a ser o substituto do algodão nas pequenas unidades produtivas.

3.3 A organização atual do espaço agrário dos municípios de Teixeira e Nova Floresta

Entre a primeira metade dos anos de 1990 e a primeira década do século XXI algumas alterações podem ser observadas na organização da produção agropecuária dos dois municípios estudados como será visto a seguir.

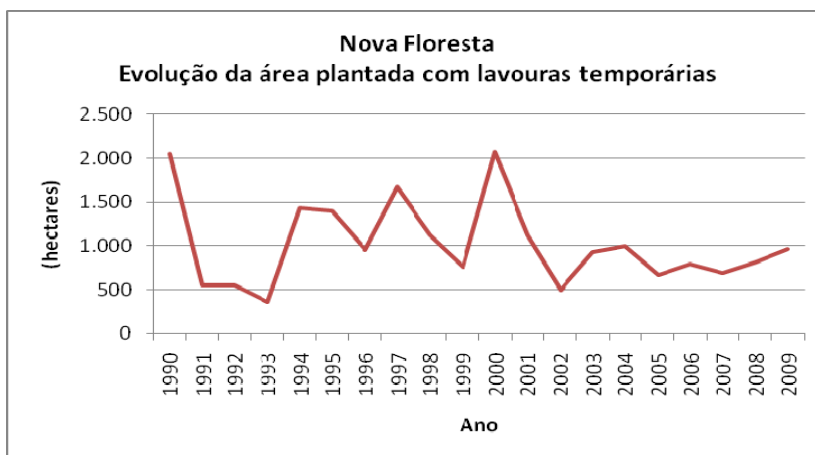
3.3.1 A organização recente da produção agropecuária

Nos municípios de Teixeira e de Nova Floresta observa-se entre 1994 e 2009 uma retração significativa tanto das lavouras permanentes como das lavouras temporárias. Este comportamento declinante sofreu alterações no período como pode ser visto nos gráficos 1 e 2.

Em Nova Floresta, o comportamento das lavouras temporárias entre 1990 e 2009 é muito irregular. De acordo com o gráfico 1, pode-se perceber certa coincidência entre os períodos de retração da área cultivada com os anos de pico de seca como por exemplo em 1993, em 1998 e entre 2002 e 2003. A pauta dos produtos agrícolas da lavoura temporária

municipal em 2009, segundo o IBGE, era muito pouco diversificada, sendo composta basicamente pelo feijão, pelo milho, pela fava e a mandioca.

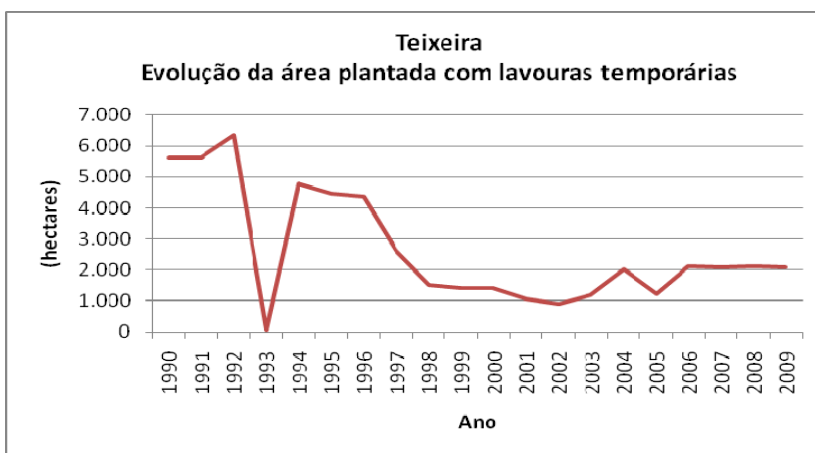
Gráfico 1



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1994-2009.

No caso de Teixeira a coincidência dos picos de seca com a redução da área plantada é também muito perceptível (Gráfico 2). Além do efeito das secas sobre a produção dos alimentos básicos o município também sofreu com a crise do algodão provocada pela praga do bicudo e pela retração de outras lavouras como o arroz que deixou de ser produzido desde 2001 e a cana-de-açúcar cuja área plantada declinou de 70 hectares em 1990 para apenas 6 hectares em 2009 (IBGE, 1990-2009). Daí a redução da área cultivada a partir do final da segunda metade dos anos de 1990 (Gráfico 2).

Gráfico 2

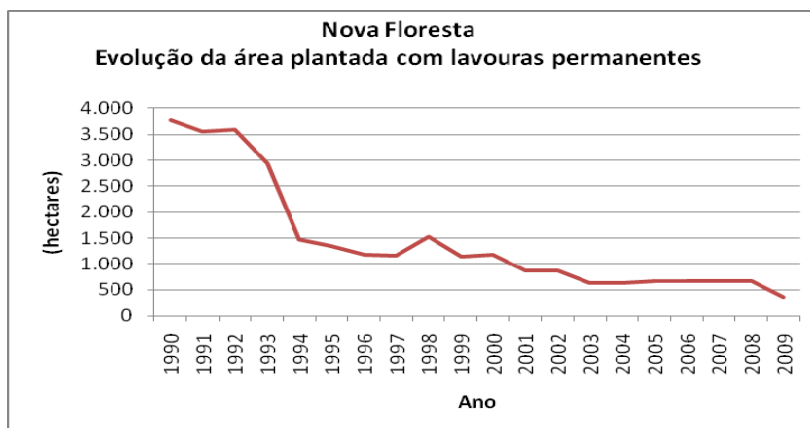


Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1994-2009.

No que se refere às lavouras permanentes, constata-se nos dois municípios um comportamento decrescente da área plantada desde o início dos anos de 1990 (Gráficos 3 e 4).

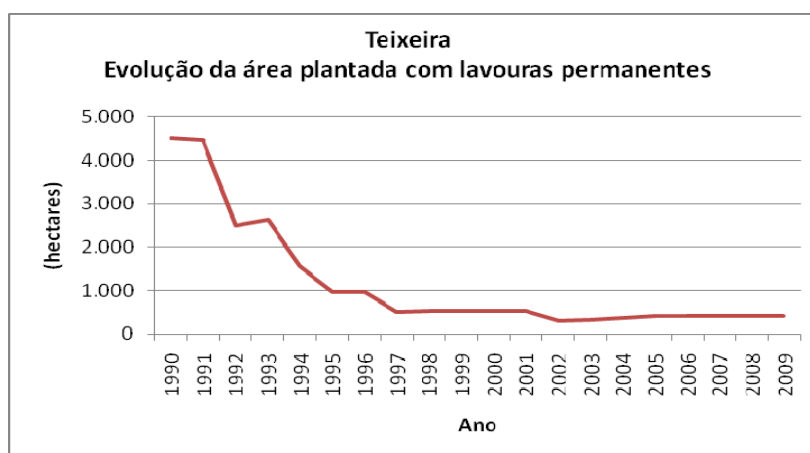
Este comportamento reflete, sem dúvida, a erradicação do algodão arbóreo, cultura permanente muito produzida em ambos os municípios até a segunda metade dos anos de 1980 e o declínio persistente do sisal.

Gráfico 3



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1994-2009.

Gráfico 4



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1994-2009.

Os produtos que compõem a pauta das lavouras permanentes de Nova Floresta são, pela ordem de importância: a castanha de caju, o maracujá, o sisal e a goiaba. Outros produtos como o algodão arbóreo, a manga e a banana desapareceram do ranking dos produtos cultivados no município. O sisal embora em franco declínio ainda é encontrado em algumas pequenas unidades de produção do município. O maracujá que já era cultivado no início dos anos de 1990 se encontra em fase de expansão.

No caso de Teixeira, os produtos que compõem a pauta das lavouras permanentes são, pela ordem de importância: a castanha de caju, o sisal e a goiaba. O algodão arbóreo também

já fez parte das combinações agrícolas municipais, porém acha-se completamente erradicado no município. Da mesma forma que em Nova Floresta o sisal ainda resiste e é produzido em cerca de 50 hectares do município por pequenos proprietários.

Vale a pena chamar a atenção, no caso do município de Teixeira, para o fato de que a retração da área plantada com as lavouras temporárias e permanentes pode ser em parte atribuída ao desmembramento em 1995, de parte do seu território para dar origem ao município de Maturéia. Considerando-se que em 2006 a área dos estabelecimentos agropecuários desse município correspondia a 4.833,0 hectares (IBGE, 2006) e sabendo-se que esta área pertencia a Teixeira, não há como deixar de atribuir mesmo que em parte a redução das áreas ocupadas com lavoura a essa perda territorial.

Outro aspecto que também merece ser ressaltado é que na pauta dos produtos das lavouras permanentes e temporárias não estão incluídas as plantas forrageiras a exemplo do capim e da palma forrageira, nem a horticultura cujos dados não são disponibilizados pela Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM). No censo agropecuário de 2006, porém, foi possível identificar a existência de 22 estabelecimentos rurais em Teixeira que produziram 8.769 toneladas de cenoura e menos de 3 estabelecimentos agrícolas que produziram milho para forragem.

No que se refere à atividade pecuária, o município de Teixeira se destaca por possuir um rebanho de grande e médio porte com 4.597 cabeças bem superior ao de Nova Floresta que é de 2.111 cabeças (Tabela 1).

Tabela 1. Nova Floresta. Rebanho de grande e médio porte

Tipo de rebanho	Nº. de cabeças	%
Bovino	1.232	58,4
Equino	50	2,4
Asinino	29	1,4
Suíno	397	18,8
Caprino	193	9,1
Ovino	210	9,9
Total	2.111	100,0

Fonte. IBGE. Produção Pecuária Municipal, 2009

Em ambos os municípios predomina a pecuária bovina sendo que em Nova Floresta, embora o plantel seja menor ele representa 58,4% do total do rebanho de grande e médio porte, seguido em ordem de importância pelos rebanhos suíno, ovino e caprino (Tabela 1). Os

animais de trabalho como os asininos, embora em pequeno número ainda são encontrados no município (Tabela 1).

Em Teixeira embora o plantel do rebanho bovino seja maior que o de Nova Floresta, ele representa 46,3% do total do rebanho de grande e médio porte em virtude, principalmente, da importância que assume o rebanho caprino. Este representa 30,0% do total do rebanho de grande e médio porte. Seguem em ordem de importância os rebanhos suíno, ovino, asinino, eqüino e muar (Tabela 2).

Tabela 2. Teixeira. Rebanho de grande e médio portes

Tipo de rebanho	Nº. de cabeças	%
Bovino	2.130	46,3
Equino	55	1,2
Asinino	208	4,5
Muar	12	0,3
Suíno	539	11,7
Caprino	1.380	30,0
Ovino	273	5,9
Total	4.597	100,0

Fonte. IBGE. Produção Pecuária Municipal, 2009.

No que tange a avicultura observa-se que o período de maior expansão da atividade em Teixeira foi de 1985 a 1996 quando o número de cabeças passou de 13.200 para 39.343, o que representou um crescimento médio da ordem de 198%. A partir de 1997 há uma redução gradativa do plantel que em 2009 correspondia a 16.340 cabeças, o equivalente a um crescimento negativo da ordem de 58,5% em relação a 1996.

Em Nova Floresta a avicultura tem uma menor expressão e o crescimento da atividade é mais recente. Entre 1970 e 1980 o total de aves existente no município só em dois anos chegou a 2.000 cabeças. Na década de 1990 a média da produção anual girou em torno de 2.500 a 2.900 cabeças. Só na década de 2000 é que o número de aves do município atinge uma média entre 3.000 e 4.000 cabeças, o que vale dizer que esta atividade não é muito significativa para a economia municipal.

3.3.2 Relações de trabalho e estrutura fundiária

A grande maioria dos produtores rurais dos dois municípios são proprietários das terras (69,8% em Nova Floresta e 61,7% em Teixeira) (Tabela 3). É importante destacar que esses proprietários detêm pequenas parcelas. De fato, segundo o censo agropecuário de 2006, do total de proprietários de Nova Floresta 75,6% detêm menos de 10 hectares e 95,7% detêm menos de 50 hectares. Em Teixeira os proprietários com menos de 10 hectares de terra representam 70,9% do total dos produtores rurais e os que detêm estabelecimentos com menos de 50 hectares representam 93,6% do total.

Além dos proprietários, os parceiros e os ocupantes são outras categorias de produtores que se fazem presentes nos municípios, sendo mais numerosos em Teixeira (Tabela 3). Na sua grande maioria (mais de 90% do total nos dois municípios) são pequenos produtores que administram áreas inferiores a 50 hectares.

Tabela 3. Nova Floresta e Teixeira. Produtores rurais segundo a condição 2006

Produtores segundo a condição	Nova Floresta		Teixeira	
	No. de produtores	%	No. de produtores	%
Proprietário	303	69,8	701	61,7
Arrendatário	1	0,2	7	0,6
Parceiro	66	15,2	218	19,2
Ocupante	64	14,7	211	18,6
Total	434	100,0	1137	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Essa predominância do pequeno produtor é reafirmada através da análise da estrutura fundiária dos municípios. Como pode ser visto nas tabelas 4 e 5 os pequenos estabelecimentos agropecuários isto é, os com menos de 50 hectares representam mais de 95% do total dos estabelecimentos existentes tanto em Nova Floresta como em Teixeira. A área ocupada por estes estabelecimentos representa, no caso de Nova Floresta, 51,3% da área agrícola municipal e em Teixeira, representa 65,5% da área agrícola de Teixeira.

Os dados contidos nas tabelas 4 e 5 permitem também constatar que o perfil da distribuição da propriedade fundiária dos municípios estudados não reproduz o do estado da Paraíba.

No caso do Estado, o perfil da estrutura fundiária é marcado por uma forte concentração de terras. Como pode ser observado na tabela 6, em 2006, os estabelecimentos menores de 50 hectares que representavam 91,4% do total dos estabelecimentos agropecuários existentes na Paraíba apropriavam-se de apenas 26,7% da área agrícola total. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 200 hectares que representavam apenas 2,2% do total dos estabelecimentos, apropriavam-se de quase a metade da área agrícola (47,6%).

Tabela 4 - Estrutura Fundiária de Nova Floresta – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	360	81,1	998,0	23,9
De 10 a menos de 20	44	9,9	528,0	12,7
De 20 a menos de 50	22	5,0	613,0	14,7
De 50 a menos de 100	9	2,0	560,0	13,4
De 100 a menos de 200	6	1,4	682,0	16,4
De 200 a menos de 500	3	0,7	790,0	18,9
Total	444	100,0	4471,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Tabela 5 - Estrutura Fundiária de Teixeira – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	981	81,3	1701,0	21,6
De 10 a menos de 20	140	11,6	1762,0	22,4
De 20 a menos de 50	57	4,7	1692,0	21,5
De 50 a menos de 100	21	1,7	1373,0	17,5
De 100 a menos de 200	5	0,4	533,0	6,8
De 200 a menos de 500	3	0,2	797,0	10,1
Total	1207	100,0	7858,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Tabela 6 - Estrutura Fundiária do estado da Paraíba – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	110928	69,3	317045	8,4
De 10 a menos de 20	19329	12,1	255966	6,8
De 20 a menos de 50	16037	10,0	480498	12,7
De 50 a menos de 100	6506	4,1	438274	11,6
De 100 a menos de 200	3675	2,3	491125	13,0
De 200 a menos de 500	2505	1,6	737829	19,5
De 500 a menos de 1000	723	0,5	471533	12,5
De 1000 a menos de 2500	286	0,2	399175	10,6
De 2500 e mais	43	0,0	191433	5,1
Total	160032	100,0	3782878	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Conclui-se, com base no exposto, que a pequena unidade produtiva prepondera em número e área nos dois municípios estudados e, por conseguinte, que a propriedade da terra é bem melhor distribuída que na maioria dos municípios do Estado.

Na Paraíba a agricultura camponesa de base familiar se desenvolve em estabelecimentos menores de 200 hectares. Essa assertiva se consolida quando ao analisar os dados censitários de 2006 constatamos a presença de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor em quase todos os estabelecimentos agropecuários de Nova Floresta e Teixeira.

3.3.3 O padrão técnico da agricultura

No que se refere ao padrão tecnológico, verifica-se que o relevo movimentado do município de Teixeira dificulta a mecanização. Daí o número de tratores existentes em 2006 no município ser muito pequeno: apenas 6 presentes em 5 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). Em Nova Floresta o número de tratores existentes é maior: 34 distribuídos em 30 unidades produtivas. Mesmo assim se levarmos em conta a existência de 444 estabelecimentos agrícolas menos de 10% possuem tratores. Daí ser comum o aluguel de tratores por hora de trabalho.

A utilização de tecnologias químicas é bem mais significativa nos dois municípios. Em Nova Floresta 162 estabelecimentos (36,5% do total) e em Teixeira 269 estabelecimentos (22,3% do total) utilizam agrotóxicos (IBGE, 2006).

A irrigação é uma prática adotada por 98 estabelecimentos agropecuários de Nova Floresta (22,1% do total) e por 76 estabelecimentos de Teixeira (6,3% do total) (IBGE, 2006). Em Nova Floresta o método de irrigação mais utilizado é o de gotejamento e micro aspersão praticado por 74 estabelecimentos (75,5% do total dos que adotam a prática da irrigação). Em Teixeira o método mais utilizado é o da aspersão, praticado por 54 estabelecimentos (71,1% do total dos que adotam a prática da irrigação).

Verifica-se, por conseguinte que a pequena unidade de produção nos dois municípios adota tecnologias mecânicas e químicas. Todavia, no que se refere à propriedade de máquinas essa é restrita a um pequeno número de produtores rurais. As tecnologias químicas e a prática da irrigação ainda que mais difundidas ainda se restringem a um número reduzido de estabelecimentos. Donde se conclui que a modernização técnica da agricultura brasileira embora tenha sido incorporada por parcela dos camponeses de Nova Floresta e Teixeira ainda não conseguiu atingir sua totalidade.

Apesar de pautado em fontes bibliográficas e dados estatísticos, o estudo aqui realizado constata que o processo histórico de produção do espaço agrário e as limitações ou potencialidades naturais têm rebatimentos na organização da produção agropecuária, na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e no padrão técnico adotado pela agricultura. Ele permite também afirmar que nos dois municípios estudados a agricultura camponesa se constitui no sustentáculo da economia agrícola municipal.

Nos capítulos que seguiremos verificaremos com base na pesquisa de campo, de que forma o campesinato de Nova Floresta e Teixeira vêm resistindo e se recriando no interior do modo de produção capitalista dominante.